



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



SANDRA GORETE GOMES DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA DITADURA
MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS**



Maringá/PR
2021



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



SANDRA GORETE GOMES DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA DITADURA
MILITAR NO BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS**



Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFIHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Maringá/PR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori

Maringá/ PR
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

O48a Oliveira, Sandra Gorete Gomes de
Análise da representação da ditadura militar nos livros didáticos / Sandra Gorete
Gomes de Oliveira. -- Maringá, PR, 2021.
112 f.figs.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-
Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) -
Mestrado Profissional, 2021.

1. Ensino de História. 2. Livros didáticos. 3. Ditadura Militar. I. Priori, Angelo, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

CDD 23.ed. 907

Jane Lessa Monção - CRB 9/1173

SANDRA GORETE GOMES DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR
NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFIHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Maringá/PR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

MARINGÁ, 11 de maio de 2021.

Aprovada em ___/___/___.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profº Drº Angelo Priori
Universidade Estadual de Maringá - UEM Orientador

Profº Drº Leandro Brunelo
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profº Drº Zeus Moreno Romero
Universidade Estadual do Paraná – Unespar

AGRADECIMENTOS

Ao longo do desenvolvimento desse trabalho, muitas pessoas contribuíram e me ajudaram de alguma forma para concretizá-lo. Assim, preciso agradecer a todos e todas.

Agradeço a Deus primeiramente! O grande arquiteto do universo! Por ter me mantido firme com saúde, entusiasmo e o foco até o final.

Agradeço ao Profº Drº Angelo Priori, meu orientador. Por dividir seu conhecimento comigo, pela paciência e dedicação para realizarmos um bom trabalho.

Agradeço meus pais, especialmente minha mãe, que em sua grande sabedoria sempre nos estimulou a estudar, superando muitas dificuldades.

Quero agradecer a minha família, meu namorado Junior, pelo companheirismo e compreensão durante o mestrado. Aos meus irmãos pelo apoio e reconhecimento da necessidade de estudar. Agradeço especialmente ao Marcos “Doga”, meu irmão, responsável pela digitação de parte do meu trabalho. E meus sobrinhos Géssica e David, que contribuíram também. E a minha amiga Sueli, por me apoiar sempre!

Enfim, que não seja o fim, mas o início de outros começos.

Agradeço a todos e todas que de alguma forma tornou possível a realização da presente dissertação. Meu muito obrigada!

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a minha MÃE.

Que sempre cuidou de mim e cuidou de todos.

Dedicou sua vida aos filhos. Agora, eu cuido da senhora!

Tudo aquilo que sou ou pretendo ser, devo a um anjo;

Minha mãe Judite!

EPÍGRAFE

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.

(Paulo Freire)

OLIVEIRA, Sandra Gorete Gomes de. Análise da Representação da Ditadura Militar no Brasil nos Livros didáticos de História. Mestrado Profissional em ensino de História (ProfHistória) Universidade Estadual de Maringá. 2021.

RESUMO

O presente trabalho, apresentado como dissertação de mestrado para o ProfHistória, tem como objetivo analisar como os livros didáticos abordam o tema da Ditadura Militar no Brasil, pontuando questões como o golpe, o aparelho repressivo, a resistência à ditadura, além do processo de abertura, que culminou na anistia e na transição para a democracia. Para isto, utilizamos como suporte de análise, dois livros didáticos (BOULOS, 2018; VAINFAS et al., 2016) que são utilizados no Colégio Estadual do Campo José de Anchieta, localizado no distrito de Graciosa, cidade de Paranavaí/PR. Os livros escolhidos são parte integrante do material didático do último ano do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM). Como método de análise, realizamos uma abordagem comparativa entre os conteúdos dos dois livros e a produção historiográfica sobre o tema. Para ampliar nossa discussão, revisitamos aspectos importantes do LDH, sua relação com os professores e alunos, pois é um material importante para o ensino da história nas escolas. E como pode contribuir no desenvolvimento da consciência histórica nos estudantes. Dessa forma procuramos entender o papel do LDH como disseminador de discursos que ressalta ou omite determinadas visões do tema. Por isso, a importância de refletirmos sobre sua composição e linguagem. Realizamos uma abordagem em que contribuímos para o aperfeiçoamento do pensamento crítico e questionador dos estudantes em relação a memória sobre o tema, ressaltar a necessidade de promovermos a educação para os direitos humanos. Fizemos isso através de uma sequência didática, que problematiza o ensino do período da ditadura militar brasileira, para que os alunos possam compreender e refletir sobre os desafios atuais que tratam de governos autoritários.

Palavras-chave: Ensino de História; Livros didáticos; Ditadura Militar.

OLIVEIRA, Sandra Gorete Gomes de. **Analysis of the representation of the military dictatorship in Brazil in didactic history books.** Professional Master in History Teaching (ProfHistória) State University of Maringá, 2021.

ABSTRACT

The present work, presented as a Master's dissertation for ProfHistória aims to analyze how didactic books address the theme of Military Dictatorship in Brazil, punctuating issues about the coup, the repressive apparatus, resistance to dictatorship, and also the process of opening, which culminated in amnesty and the transition to democracy. For this, we used two didactic books as a support for analyses (BOULOS, 2018; VAINFAS et al., 2016) that are used at the Colégio Estadual do Campo José de Anchieta, localized in the district of Graciosa, city of Paranavaí/PR. The chosen books are an integral part of the didactic material of the last year of Elementary School and High School. As a method of analysis was carried out a comparison between the contents of the two books and the historiographical production on the theme. To expand our discussion were revisited important aspects of didactic history books (LDH) and their relationship with the teachers and students, as it is an important material to teach history in schools, and how it can contribute to the development of historical awareness in students. In this way, we seek to understand the role of the didactic history books as a disseminator of speeches that highlights or omits certain views of the theme. Therefore, the importance of reflecting on its composition and language. We carry out an approach in which we contribute to the improvement of critical and questioning thinking of students in relation to the subject, highlighting the need to promote education for human rights. It was made through a didactic sequence, which problematizes the teaching the period of the Brazilian Military Dictatorship so that students can understand and reflect on the current challenges that deal with authoritarian governments.

Keywords: History teaching; Didactic books; Military dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

ALN – Aliança Libertadora Nacional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIE – Centro de Informações do Exército

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

DOI-CODI - Destacamentos de Operações de Informações e Centros de Operações de Defesa Interna

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IPM – Inquérito Policial Militar

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

LDH – Livro Didático de História

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Operação Bandeirante

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SD – Sequência Didática

SISNI – Sistema Nacional de Informação

SNI – Serviço Nacional de Inteligência

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (LDH)	25
2. O CONTEXTO DO GOVERNO JOÃO GOULART.....	37
2.1 A POSSE DE JOÃO GOULART.....	37
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMAS DE BASE	41
2.3 OPOSIÇÃO A JOÃO GOULART, PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS.....	43
2.4 MILITARES.....	48
3. O GOLPE	52
3.1 GOLPE MILITAR OU CIVIL-MILITAR	56
3.2 A DITADURA MILITAR E O APARATO DE REPRESSÃO.....	67
3.3. OS ATOS INSTITUCIONAIS	69
3.4. REPRESSÃO.....	77
3.5 ÓRGÃOS REPRESSIVOS	80
3.6 RESISTÊNCIA.....	83
4. ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO	86
4.1 DIREITOS HUMANOS.....	91
4.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO 1964-1985	94
5. PRODUTO - SEQUÊNCIA DIDÁTICA (SD)	100
5.1. INTRODUÇÃO.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo analisar a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), tomando como referência dois livros didáticos que são utilizados no Colégio Estadual do Campo José de Anchieta, localizado no distrito de Graciosa, cidade de Paranavaí/PR. Os livros escolhidos são parte integrante do material didático do último ano do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM).

O primeiro livro, utilizado no 9º ano do Ensino Fundamental, foi escrito por Alfredo Boulos e se intitula História, sociedade e cidadania, publicado pela editora FTD (BOULOS, 2018). Boulos é doutor em História da Educação pela PUC/SP e Mestre em História Social pela USP. Lecionou na rede pública, particular e em cursinhos pré-vestibulares. Além de autor de outras coleções paradidáticas, Boulos também foi assessor da Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo.

O segundo livro, utilizado no terceiro ano do Ensino Médio, é uma obra coletiva escrita por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, tem como título História 3 - O mundo por um fio: do século XX ao XXI, publicado pela editora Saraiva (VAINFAS *et al.*, 2016). Todos os quatro autores são doutores em história e professores universitários no Estado do Rio de Janeiro.

As duas coleções fizeram parte do Programa Nacional do Livro Didático. Alfredo Boulos (2018) na apresentação de sua coleção destacou a elaboração da obra, os diversos profissionais que colaboraram intelectualmente para a composição do trabalho que resultou nessa produção que vamos analisar. Ronaldo Vainfas, *et al.* (2016) ressaltam em sua apresentação a importância da História e de conhecê-la. Afirmam que estudar o passado é parte essencial para compreendermos o presente, que não pode ser entendido em si mesmo. Com o estudo do passado é possível avaliarmos criticamente o presente, a realidade em que estamos inseridos. Estudar a História, também é conhecer outras sociedades, em outros tempos, outros modos de vida, segundo os valores de sua época, considerando certos princípios, tais como: o direito à liberdade, respeito à diferença e luta pela justiça. Para concluir, os autores salientam que devemos evitar a todo custo às verdades acabadas, as explicações com base em um único ponto de vista, típicas das doutrinas e não do pensamento livre.

Como o livro didático ainda é um instrumento fundamental para o ensino/aprendizagem em nossas escolas temos o dever de avaliar o que é relacionado ou omitido, o que os autores fazem lembrar ou esquecer em uma obra. Isso é significativo para assimilarmos a história do

nosso país, que influencia diretamente o entendimento que os estudantes vão construir do passado. Essa é uma preocupação que nos inquieta bastante atualmente, diante das falácia propaladas com ideias distorcidas da Ditadura Militar no Brasil, principalmente entre os jovens que não viveram o período ditatorial e que são tomados por campanhas que exaltam uma memória alterada dos militares, e de certa forma, da ditadura.

Foi veiculado recentemente no jornal de grande circulação nacional Folha de São Paulo dados que, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 54,2% da população brasileira nasceram após o ano de 1985, quando o regime militar tinha terminado. Somados aos que eram crianças de até 10 anos nesse ano, o percentual sobe para 69,4%. Ou seja, 7 de cada 10 brasileiros não viveram a ditadura, ou eram muito jovens para terem fixado na memória o que foi. O próprio jornal organizou uma série de eventos midiáticos com a finalidade de mostrar para os mais jovens, qual era a realidade do período autoritário (FOLHA DE S. PAULO, 24 jun. 2020).

Neste contexto, este trabalho se faz necessário, diante da conjuntura vivida em nosso país, onde grupos se manifestam reivindicando intervenção militar e fechamento de importantes instituições democráticas, baseados em informações muitas vezes manipuladas em redes sociais, sem nenhuma base histórica confiável. Por isso, o exame crítico dos livros didáticos é importante para verificarmos como a historiografia analisa os diversos discursos veiculados nesse instrumento didático, com grande alcance entre os estudantes, com o cuidado de observarmos as linguagens inseridas nos textos sobre a ditadura. Como os autores trabalham com os conteúdos, propõem reflexões acerca das informações ou fazem uma abordagem tradicional e conservadora?

A preocupação com a temática é devido à qualidade de conhecimento que é apresentado aos estudantes sobre o período ditatorial em todos os seus aspectos. Assim, os estudantes podem construir elementos para avaliar o período em sua abrangedora dimensão histórica e principalmente perceber que o país de hoje, deve muito àquela época que muitas vezes é estudada superficialmente, sendo importante termos consciência disso também. Os grupos que possuem conotação positiva da ditadura, pedindo sua implantação, provavelmente baseada em uma memória parcial do período, espalham essa ideia de forma acrítica. Devido a esse tipo de interpretação, devemos olhar atentamente aos discursos que vêm nos livros didáticos, para que possam ser confrontados com as informações de redes sociais, contribuindo com uma reflexão crítica sobre o tema.

A Ditadura Militar no Brasil tem se tornado um assunto muito controverso que traz à tona muitas preocupações, por exemplo, como tratar a documentação, as informações que

estavam protegidas por lei para o acesso à população. Essas fontes trazem luz àquele período que ainda está submerso na história de nosso país e latente na memória das vítimas. Os novos enfoques, debates, pesquisas recentes que vêm sendo construídos, novos discursos concebidos nos últimos anos estão sendo inseridos nos livros didáticos. Novas abordagens sobre a ditadura militar, conceitos antes refutados, agora são validados, devido aos documentos disponíveis. A abertura de arquivos sobre a ditadura permitiu muitas possibilidades de pesquisas com novas interpretações, como a participação dos Estados Unidos no planejamento do golpe, influenciando os empresários, parte da população contra João Goulart, em preparação para um possível golpe, entre outros.

Os autores Alfredo Boulos (2018) e Ronaldo Vainfas *et al.* (2016) já trazem referências das interpretações recentes da historiografia como a mudança do termo de golpe militar para golpe civil-militar, porque antes não envolvia o apoio de empresários, jornalistas, políticos e a elite como conspiradores juntamente com os militares em defesa do golpe. Mas percebemos divergências sobre Jango. Boulos (2018) destaca João Goulart como comunista. No entanto, Vainfas *et. al.* (2016) não faz essa mesma interpretação, em momento algum ele confirma essa ideia. Fico (2004), porém, afirma que havia uma campanha financiada pelos Estados Unidos, que distribuía dinheiro aos candidatos da oposição, aos órgãos de imprensa, aos empresários, para disseminar e radicalizar a teoria de que Jango era comunista. Com as novas pesquisas, constata-se, de fato, que o governo estadunidense era responsável por essa publicidade contra João Goulart.

Como as reformas de base eram vistas como obstáculo para as empresas norte-americanas, que seriam prejudicadas diretamente, era justificável que os Estados Unidos utilizassem o contexto da Guerra Fria para estimular o mito de ameaça comunista no Brasil. Essa ideia se transformou em um movimento a favor do golpe, se tornando viável quando as Forças Armadas brasileiras vislumbraram a possibilidade de tomarem o poder. Dessa forma, permitiria aos capitalistas estadunidenses uma lucrativa temporada no Brasil. Nesse sentido, Napolitano (2014) assegura que acabar com o governo de João Goulart, colocaria o país no caminho certo, o que agradaria setores nacionais e internacionais principalmente por conta dos EUA, que participaram da estruturação do golpe auxiliando os conspiradores brasileiros.

Carlos Fico (2014) defende a teoria de que a ditadura foi essencialmente militar, ao contrário do golpe que recebeu apoio de vários setores civis. O governo autoritário do Brasil de 1964 a 1985 foi uma Ditadura Militar. O fato que corrobora com essa tese foi o impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo de assumir a Presidência do Brasil em 1969, devido ao afastamento do Marechal Arthur da Costa e Silva.

A repressão foi o lado mais forte e cruel da Ditadura Militar. Os dois autores Boulos (2018) e Vainfas *et al.* (2016), relatam sobre os primeiros Atos Institucionais, mas somente Boulos (2018) destaca o AI-5 como o mais repressor de todos, e os dois descrevem suas principais características, tendo como causa o aumento da oposição à ditadura. Os dois autores ressaltam que os AIs, seriam uma tentativa de dar legitimidade ao governo para prender, torturar sem precisar responder por isso legalmente. Assim, os AIs davam amparo legal para justificar atos violentos dos militares, que diziam livrar o país da ameaça comunista, sendo dirigidos à revelia da lei, sob os ditames da vingança e da perseguição (FICO, 2001). Nos livros didáticos de Boulos (2018) e Vainfas *et al.* (2016) podemos perceber que o governo do general Castelo Branco foi tão repressor como o de seus sucessores.

Segundo Napolitano (2014) uma parte da historiografia relaciona o início real da ditadura em 1968, com a instituição do AI-5, pois nos quatro anos anteriores havia manifestações, relativa liberdade, porém, ele contradiz essa tese afirmando que foram no governo castelista que se instauraram as bases ditatoriais, consolidando um governo autoritário, preparando uma série de órgãos que seriam usados contra os inimigos do estado. É nesse contexto que a Lei de Segurança Nacional, copiada dos Estados Unidos, iria ser promulgada no Brasil. Sobre esta lei a historiadora Maria Helena Moreira Alves (1984), acrescenta que os teóricos e planejadores do Estado de Segurança Nacional fossem dotados de um programa geral de formação e desenvolvimento do Estado e as estruturas, formas de controle reais adquiririam dinâmica própria.

O livro didático de Alfredo Boulos (2018), sem destaque, relata dois casos de assassinato no DOI-CODI em São Paulo: do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, mas sem nenhum documento que possa ser analisado pelos estudantes, se referindo às várias organizações da resistência, como a luta armada, porém, ressalta que não defendiam a democracia. Em contrapartida, Ronaldo Vainfas *et al.* (2016) além de fazerem relatos formais sobre a repressão, colocaram parte da narrativa de Jacob Gorender sobre sua prisão e tortura, deslocados do texto que tratava dos vários tipos de violência praticadas contra os inimigos do estado. O autor descreve com certo fôlego sobre a luta armada e seus ideais, que se espelhavam na experiência cubana, e como foi perseguida e dizimada pelo governo militar. A sociedade, após perceber que os militares não iam deixar o governo tão logo, e também pela violência que usavam para se manter no poder, começou a se manifestar contra a ditadura. Boulos (2018) chama de resistência democrática e Vainfas *et al.* (2016) de movimento de oposição. Os dois autores citam a Passeata dos Cem Mil, que ocorreu em 26 de junho de 1968 e que mostrou a insatisfação com o governo.

Durante a Ditadura no Brasil, diante da quantidade de violações de direitos, houve algumas tentativas de buscar apoio nos órgãos internacionais que defendiam os direitos humanos, mas pouco conseguiram fazer. Atualmente os órgãos se fortaleceram, o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos do Cidadão e na Constituição, no artigo 5º, está resguardado os direitos de todos os brasileiros. Mas a população ainda não conhece e não se reconhece muitas vezes com esses direitos. Diante dessa realidade se faz necessária uma educação voltada para o reconhecimento de tais direitos, e para isso a escola é um meio importante para fazermos esse trabalhado: conscientizar os estudantes da importância de reconhecer e viver os direitos humanos (PRIORI; FELIPE; PEREIRA; 2019).

Esperamos, com esse estudo, contribuir para ampliar os discursos dos livros didáticos sobre a Ditadura Militar no Brasil, buscando novos enfoques, abrir possibilidades para debates, já que o tema ainda é espinhoso, cheio de controvérsias, com muitas pontas para discussão. É o momento de conhecermos e refletirmos mais profundamente sobre esse período da história do Brasil, importante para a população que viveu e para os que nasceram depois construírem uma memória baseada na defesa dos direitos humanos, assim, nesta reflexão não poderá permitir tipo algum de violência.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), tomando como referência dois livros didáticos utilizados no Colégio Estadual do Campo José de Anchieta, como citado anteriormente. Dessa forma, buscamos refletir sobre esse material tão importante para a cultura escolar, o livro didático, o ensino, e o currículo de História, tomando como referência os autores Circe M^a Fernandes Bittencourt, Jörn Rusen, Kazumi Munakata, Maria Auxiliadora Schmidt, Rogério Rosa Rodrigues e Tomaz Tadeu da Silva.

Diante dessa problemática pretendemos analisar as obras didáticas públicas em consonância com as pesquisas historiográficas que tratam sobre o tema, destacando a relação entre elas como também o nível de reflexão demonstrado nos textos didáticos, além dos conceitos utilizados pelos autores para que sejam desenvolvidos nos estudantes, seus pensamentos e ações críticas, observadoras da história. Que esse estudo possa contribuir na formação dos estudantes, para que eles consigam interpretar os fatos de modo assertivo, na valorização da democracia, dos direitos humanos e da liberdade como fundamentos essenciais para a construção de uma nação que privilegie a igualdade e a justiça entre seus cidadãos.

Por essa razão, a sequência didática proposta nesta pesquisa, é construir com os estudantes uma visão crítica dos acontecimentos históricos, desenvolvida na abordagem sobre a Ditadura Militar, municiando os estudantes com argumentos, para que consigam refletir, quando colocados diante de informações unilaterais, que tentam adestrar as interpretações dos fatos

históricos, com base no revisionismo, que se mostra perigoso para o fortalecimento da democracia e da liberdade. Para elaboração, utilizamos as contribuições de Isabel Barca para o desenvolvimento do Produto.

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) é um tema que vem obtendo destaque nas pesquisas historiográficas nos últimos anos. Sua relevância está relacionada ao período recente da história nacional, que ainda não foi totalmente esclarecido e, portanto, merece atenção, devido seu viés ideológico e social que suscita atualmente interesses maniqueístas.

Para desenvolver esta pesquisa buscamos na historiografia autores renomados, que possuem obras recentes sobre a Ditadura Militar no Brasil. São historiadores que têm um número significativo de estudos sobre o tema e nos proporcionam uma visão ampla do período. Discutem várias temáticas sobre o governo dos militares, fizeram novas abordagens sobre o presidente João Goulart, o golpe e a ditadura, e a abertura de documentos que antes proibidos, ajudaram a redesenhar o período. As novas fontes puderam corrigir velhas interpretações, colocar novos personagens na história, ou mesmo ressaltando ou atenuando suas ações como o próprio ex-presidente João Goulart, visto por alguns como um líder com convicções fracas ou inábil politicamente.

Esses questionamentos mostram o contexto de seu governo e as várias forças que atuaram para desestabilizá-lo. O enfoque sobre o golpe, também mudou em perspectiva, outro exemplo é o governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente militar em 1964, que era apresentado como legalista defensor da democracia, cujo governo tinha passado como moderado, até que novos questionamentos fossem elencados e nos dão outra versão de seu governo.

Dessa forma, vamos trabalhar com três obras do historiador Carlos Fico: 1964 – Momentos decisivos; Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar; Como Eles Agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Marcos Napolitano é outro historiador que contribui com a pesquisa, por meio de seu livro 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Rodrigo Patto Sá Motta, em sua tese de doutorado “Em guarda contra o perigo vermelho” nos dá noção da construção do anticomunismo no Brasil, desde sua origem na década de 1920 até 1964. Os artigos, Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro e História e Memória, que vai nortear a importância da recordação construída para os estudantes. E a autora Maria Helena Moreira Alves, que tem a obra mais antiga de 1984, nos mostra o aparelhamento do Estado ditatorial com os órgãos com os quais colocou em prática a repressão, seu auge e decadência, a abertura política, o difícil desmonte da ditadura no Brasil e seus resquícios.

Sobre os Direitos Humanos, o livro Conversas sobre Direitos Humanos e Práticas Educativas no Espaço Escolar – UEM, dos professores Angelo Priori, Delton Aparecido Felipe e Márcio José Pereira, que nos dá um panorama da dimensão histórica e a importância de desenvolver o tema nas escolas atualmente, principalmente quando tratamos da temática sobre as violações de direitos durante a ditadura e os dias atuais. Esses historiadores nos fornecem a base para analisarmos os dois livros didáticos que norteiam nossa pesquisa. Alfredo Boulos Junior, 9º ano E.F. e Ronaldo Vainfas *et al.*, do 3º ano E.M., são os autores das obras educativas, experientes nestes segmentos. Com elas pretendemos conhecer o discurso em que é apresentada a Ditadura Militar no Brasil 1964-1985 para os estudantes desses respectivos anos da escola pública.

Podemos afirmar que há muito interesse no meio acadêmico em torno da Ditadura Militar, percebemos pelo número de dissertações e teses defendidas, o que demonstra a relevância do tema. Dentre as pesquisas, selecionamos quatro dissertações. São pesquisas recentes que comprovam o considerável aumento de trabalhos realizados sobre a Ditadura Militar atualmente. Quatro delas exploram os estudos sobre a memória que os jovens possuem da ditadura militar, e uma trata de um glossário sobre os conceitos da ditadura militar. Dessas pesquisas, foram desenvolvidas sequências didáticas realizadas em escolas públicas e irão orientar a Sequência Didática deste.

Bryan Lee Thompson Ávila - As Narrativas dos alunos do ensino médio de Londrina – PR, Sobre a Ditadura Militar Brasileira 1964 – 1985, em sua dissertação de mestrado defendida em 2015 pela UEL, desenvolveu sua pesquisa com jovens do ensino médio. Sua trajetória acadêmica é que vai definindo e delimitando seu objeto. Ele utiliza uma lista de fatos para demonstrar como a Ditadura Militar ainda tem forte impacto na sociedade atual, que existem setores que veem com bons olhos uma intervenção militar, ou tentam relativizar os efeitos da ditadura no Brasil de 1964-1985. Assim, baseado nas concepções dos autores da Educação Histórica, aprende-se História dentro e fora da sala de aula, e por conta do cinquentenário do Golpe Civil-Militar foi evidenciada a temática que ganhou força e importância na época, definindo seu objeto de pesquisa. Diante do exposto por Bryan Lee, esse contexto colocou a Ditadura Militar Brasileira na ordem do dia, o que provocou embates de memórias e como os jovens entendem esse contexto em que a história é debatida nas redes sociais.

A problemática de sua pesquisa está em determinar as ideias que os jovens de dois Colégios de Londrina têm sobre a ditadura. E como lidam com as diferentes narrativas, e quais fontes influenciam a construção dessas ideias? Para isso, ele buscou em Peter Lee (2001), o entendimento do tema, o papel da narrativa histórica em Jörn Rüsen (2012), e o trabalho de

ideias prévias com Isabel Barca. Sua metodologia está baseada em caráter qualitativo, com Gabriel Goyette, Michelle Lessard-Hébert e Gerard Boutin. O trabalho foi desenvolvido através de questionários de estudo exploratório, observando quais critérios os alunos utilizaram para escolher uma versão dos fatos e qual delas pode ser mais válida que outra e as possibilidades de origem destas ideias.

De modo semelhante Lícia Gomes Quinan apresenta a dissertação do ProfHistória, defendida em 2016 - As memórias dos jovens sobre a Ditadura Civil-Militar e a função social do historiador professor – UFRJ. O trabalho com jovens foi encaminhando a pesquisa e seu interesse em compreender como havia pessoas que sentiam vontade em propalar sua opinião sobre a Ditadura Militar, e como foi construída essa visão, baseada em um discurso de senso comum de que a ditadura teve pontos positivos e negativos. A preocupação da professora foi compreender como os alunos construíram sua própria memória sobre os acontecimentos históricos. É preciso ter claro que construímos nossa memória com elementos do presente. E a partir dessa percepção forjamos nossa identidade e nos orientamos dentro dela. Mas qual o papel do professor de História nesse contexto? Lícia acredita que o papel do professor tem uma função social, por isso, é preciso desconstruir o discurso que sustenta valores antidemocráticos e a não valorização dos direitos humanos na atualidade. O método aplicado foi a coleta de dados através de depoimentos.

Inclui-se também o trabalho de dissertação, do ProfHistória, de Carlos Monteiro Alves – Ditadura Militar Brasileira: Memória e Ensino em tempos de Redemocratização. UEMS – Amambaí, 2018. A pesquisa contextualiza o governo de João Goulart, tendo como perspectiva o golpe civil-militar e os fatores que possam ter contribuído para a ruptura democrática em 1964. Ele se utiliza de autores que possuem longa trajetória de pesquisa sobre os aspectos da Ditadura Militar 1964/1985.

O trabalho de Eurico da Silva Fernandes, da mesma maneira merece destaque mesmo sendo fora do âmbito de mestrado, pois sua pesquisa de 2016, intitulada de “Um historiador chamado Marco Antonio Villa e a grande mídia na revisão do golpe e da ditadura militar (1964 – 1985)”, está dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, do governo do estado do Paraná. O estudo enfatiza o revisionismo histórico que tem ganhado adeptos nos últimos anos no Brasil. Villa talvez seja o representante mais proeminente no Brasil, ele revisita questões acerca do ex-presidente João Goulart, do golpe, e da ditadura como um todo.

A pesquisa de Fernandes (2016) possui uma sequência didática ampla, com diversas atividades relacionadas com a ditadura militar. Podemos perceber nas abordagens, que o trabalho tem a intenção de provocar nos estudantes, ponderações sobre o revisionismo, já que

ressalta a análise de diversos pontos de vistas e fontes. Assim, os alunos desenvolvem condições de se posicionar diante dessa rede de múltiplas linguagens (FERNANDES, 2016), bem como reconhecer o lugar de fala de Villa para que possam compreender a ideologia que está por trás desse intelectual.

Para finalizar as dissertações, Letícia Rodrigues Ferreira Netto, com a temática Presença e Ausência: A Construção dos Discursos de Memória sobre os Desaparecidos Políticos – UNESP – Araraquara, São Paulo, 2017. Ela mantém o conceito de pesquisa com os estudantes e a visão que eles têm da Ditadura Militar, com ênfase na Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Estas pesquisas reforçam a preocupação com o ensino de História, a necessidade de conhecer o tema, mas de debater suas ideias para que compreendam a amplitude de sua importância.

A Ditadura Militar não pode ser tratada superficialmente, devemos ressaltar seus aspectos de modo que os estudantes possam adquirir qualidades que consigam refutar explicações simplistas e baseadas no senso comum, e assim valorizar a tradição democrática, a liberdade e a defesa dos direitos humanos.

A metodologia desta pesquisa está baseada no estudo bibliográfico dos livros didáticos e dos historiadores renomados, que possuem obras sobre o tema que possam contrapor as ideias, que cada autor privilegiou em suas produções, sobre possíveis predileções na abordagem e linguagem da ditadura. Tentaremos desenvolver, uma conversação entre os conteúdos elencados nos manuais didáticos com a pesquisa acadêmica, que muitas vezes se distanciam relegando aos estudantes informações e visões ultrapassadas.

A estrutura deste trabalho está dividida em cinco capítulos, além da introdução, e uma Sequência Didática subsidiando o desenvolvimento crítico dos estudantes sobre a ditadura militar no Brasil 1964-1985. O primeiro capítulo foi dedicado ao debate sobre o LDH, ensino e o currículo de História.

O segundo capítulo, abordamos o contexto em que o golpe civil-militar foi construído no Brasil. Com destaque para o governo de João Goulart, a mudança de atitude dos militares, abandonando o papel de moderador para assumirem de fato o governo brasileiro e a influência dos Estados Unidos em uma campanha difamatória contra o presidente Jango. Esse pode ter sido o fator crucial para sua derrubada em março de 1964.

No terceiro capítulo, demonstraremos o contexto do Golpe de 1964, no qual questionamos sua essência. Com base em Carlos Fico (2014) e Marcos Napolitano (2014), procuramos observar se o Golpe foi genuinamente Militar ou Civil-Militar, trazendo à tona novos atores com a participação direta de parte da sociedade contrárias às reformas de base do

presidente João Goulart. Dessa forma buscamos lançar luz nos pontos que contribuem para uma história baseada em fontes históricas que permitem elucidar características do golpe antes deixadas de lado pela pesquisa, bem como analisar as obras didáticas em sintonia com as recentes pesquisas historiográficas. Ainda com a obra Estado e Oposição no Brasil (1964 -1985), de Maria Helena Moreira Alves, conhecer o aparelhamento repressivo montado pelo Estado para lutar contra o inimigo interno, indivíduos, grupos simpatizantes e seguidores dos ideais comunistas, os subversivos. A oposição à Ditadura se organizou para contrapor a repressão, os grupos de luta armada foram os mais expressivos contra os militares, teve seu auge entre 1964 a 1973, quando os militares desmantelaram a guerrilha. Foi também no contexto da repressão que surgiram as primeiras denúncias de violações dos direitos humanos.

Já no quarto capítulo, continuamos com Maria Helena Moreira Alves, com a obra, Estado e Oposição no Brasil (1964 -1985) e Marcos Napolitano, 1964 História do Regime Militar Brasileiro, analisaremos as condições da abertura política, a Lei da Anistia, e consequentemente, o contexto da transição da ditadura para a democracia. As teorias que marcaram essa passagem, como também demonstrar a importância da educação para os direitos humanos, com Angelo Priori e Manoel Adir Kischener, com o artigo “Conversas sobre os Direitos Humanos e dignidade da pessoa humana”, Márcio José Pereira e Delton Aparecido Felipe, com o artigo “Educar para os Direitos Humanos”. A memória construída do período da ditadura militar e o uso dela atualmente, com o artigo de Marcos Napolitano “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro” e Márcia M^a Menéndez Motta, com o artigo “História e Memória”.

O quinto capítulo, contemplará a Sequência Didática, que pretende desenvolver reflexões sobre o golpe e sua essência, fornecendo elementos para que os estudantes possam superar as manipulações midiáticas sobre o período destacado, ressaltando que informações superficiais podem levar a achismos e radicalismos que afetam o fortalecimento da democracia em nosso país, que vive frequentemente abalada.

Isso será feito através da análise de fragmentos textuais, a importância de educar os estudantes para desenvolver a consciência de seus direitos, baseado nos direitos humanos e sobre a memória construída ao longo de mais de 50 anos, do início da ditadura militar e o uso que se faz dessa memória atualmente. A questão poderá auxiliar na melhora da consciência dos estudantes como suporte para compreenderem com mais clareza o contexto político que vivemos atualmente em nosso país.

A Sequência Didática é uma forma de orientar as atividades com os estudantes sobre a Ditadura Militar, ressaltando nela, os pontos que acreditamos serem importantes para o entendimento, e que proporcionem uma visão ampla e crítica, sobre o período, que necessita ser mais conhecido, pois, existe um silêncio em relação aos documentos disponíveis e leis que impõe uma política restritiva de acesso às fontes públicas. A memória é uma fonte que deve ser valorizada, baseada em uma metodologia específica, para buscarmos elementos que contribuam para formação crítica de nossos estudantes (FERREIRA; ZENAIDE; MELO, 2017). Para Fernandes (2016) devemos reforçar nos estudantes, características que possam vivenciar esse momento que estão imersos em uma rede de múltiplas linguagens, que evocam tempos e memórias do passado. Nosso referencial teórico será Isabel Barca e Jörn Rusen, considerando o conhecimento dos autores sobre o desenvolvimento da consciência histórica em nossos estudantes.

Faz-se importante começar considerando o conhecimento prévio que os estudantes têm sobre o tema, e assim articular problematizações que sejam significativas. Após essa fase inicial de verificação do aluno sobre a ditadura militar no Brasil, podemos avançar como mediadores, relacionando o conhecimento já construído pela historiografia com a experiência dos estudantes. Os conteúdos históricos devem ser estudados de modo que proporcionem aos alunos reflexões sobre o período ditatorial com leituras, análises de fontes, o confronto de seus conhecimentos prévios com versões e interpretações que agreguem significados na produção de seu conhecimento, ressignificando e contribuindo para dar novo sentido a sua relação com a sociedade e a História (FERREIRA; ZENAIDE; MELO, 2017).

Para introduzir o tema sobre a Ditadura Militar no Brasil 1964-1985, a abordagem deve ser com uma atividade, na qual os estudantes possam demonstrar o conhecimento prévio sobre o período estudado. É importante também contextualizar o período estudado, no tempo e no espaço historicamente. Quem são os autores e seu papel no contexto do golpe e ditadura? Definir a oposição, apoio, militares, Estados Unidos, a elite, os políticos, como cada segmento se posicionou no governo de João Goulart e no golpe. A partir dessa intervenção podemos analisar o período através de questionamentos aos estudantes, como: A democracia estava ameaçada? Por quem? O golpe foi civil, militar ou civil-militar? O golpe foi a melhor solução para a crise? Essas atividades têm maior êxito quando são trabalhadas em grupos. A partir disso podemos realizar um debate sobre os pontos destacados.

Seguindo a discussão, é possível avançar sobre os primeiros anos da ditadura, os quais os revisionistas afirmam que não havia ditadura de 1964 a 1968. Outra ideia é que, com o AI-5, houve um golpe dentro do golpe. Qual o sentido dessa afirmação? Devemos ver também a

repressão com os Atos Institucionais, o papel dos órgãos repressivos e o papel da resistência e dos direitos humanos na ditadura militar.

Com a abertura política a partir de 1979, ressaltar a questão da memória e a dificuldade de acesso aos documentos oficiais do período para pesquisa. Assim a memória, é uma fonte importante para estudarmos a ditadura militar. É importante destacar que nossos estudantes não viveram o período da ditadura. Uma parte significativa dos brasileiros eram crianças quando ela acabou em 1985, cerca de 69,4%, 2/3 da população. Portanto, no momento atual em que vivemos com o revisionismo buscando espaço e distorcendo a história, é importante trabalharmos com nossos alunos questões referentes à Ditadura Militar no Brasil. Eles estão expostos a essas informações e muitos se posicionam sem buscar o conhecimento baseado na historiografia, ou não conhecem o lugar de fala de quem está fornecendo os dados a eles. Aceitam passivamente sem análise ou crítica por não serem instigados a pensar sobre o tema. É a partir dessa reflexão que esta pesquisa se faz necessária e importante.

1. O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (LDH)

O livro didático é um produto cultural, suas abordagens se diferenciam de época em época, privilegiando ideologias de acordo com o contexto histórico atual. Se transformando num objeto carregado de valores que serão transmitidos para alunos. O que é omitido ou mostrado tem a ver com a cultura que se pretende impor nas gerações presentes e futuras.

Desta feita, os livros didáticos cumprem um papel social, na difusão e apropriação de ideias, que contribuem para a formação da sociedade e são considerados como fonte confiável pelos alunos. O professor¹, nessa relação livro didático e alunos desempenha um papel cultural importante. É ele quem vai avaliar a produção, e consequentemente valorizar, mostrar aos alunos, ou simplesmente desacreditá-los. Por isso, analisar toda a obra, sua representação, seu discurso, é relevante para conduzir o trabalho nas aulas enriquecendo, ou mesmo prevenindo, contra interpretações que podem desvirtuar a formação cidadã nos estudantes, estimulando-os ao entendimento de respeito à democracia, tolerância e reconhecimento dos direitos humanos, como fator primordial, para avançarmos numa sociedade mais justa.

Bittencourt (2008) analisa o papel dos materiais didáticos no ensino e na aprendizagem histórica. Como os materiais didáticos influenciam a formação do professor e como contribuem na formação dos alunos? Acredita que para esclarecer essas questões é preciso compreender três aspectos essências dos mesmos, sua concepção, a relação entre produção didática e indústria cultural, e o seu uso.

O livro didático está entre os mais populares materiais didáticos usados pelos professores e alunos. Porém, é difícil defini-lo, mas fácil de identificá-lo. Os livros didáticos de história (LDH) passaram por uma grande transformação após a Segunda Guerra Mundial. Esse movimento tem como objetivo auxiliar nas transformações, e novas concepções, novas abordagens, que seriam incentivadas, para compor uma produção didática, com tendências para promoção da paz, e com exemplos históricos de soluções de conflitos por meio de acordo e negociações. Dessa forma o LDH seria o suporte educacional que contribuiria para o despertar

¹ Para escolha dos livros didáticos aprovados na avaliação pedagógica, é importante o conhecimento do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). É tarefa de professores e equipe pedagógica analisar as resenhas contidas no guia para escolher adequadamente os livros a serem utilizados no triênio. O livro didático deve ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e professor; e à realidade sociocultural das instituições. Os professores podem selecionar os livros a serem utilizados em sala de aula somente pela internet, no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A escola deve apresentar duas opções na escolha das obras para cada ano e disciplina. Caso não seja possível a compra da primeira opção, o FNDE envia à escola a segunda coleção escolhida. Portanto, a escolha da segunda opção deve ser tão criteriosa quanto à primeira. No volume “Apresentação do Guia”, encontram-se as orientações detalhadas referentes à escolha das coleções.

da população, de sentimentos de tolerância e solidariedade entre os povos, abandonando visões ultrapassadas, que valorizava uma visão bélica.

Mesmo com tais mudanças, os LDH muitas vezes são culpados pelas mazelas do ensino de História, por isso, sua análise é um tema polêmico. Diversas pesquisas o apontam, como o principal instrumento da perpetuação do ensino tradicional, impregnado de ideologia dos detentores do poder. Todas essas críticas nos levam a pensar que seja possível existir um livro didático ideal, que seja capaz de resolver todas as suas deficiências (BITTENCOURT, 2008). O livro didático é sempre alvo de debates e análises por parte daqueles que se interessam pelo ensino de História nas escolas, e questionam quais qualidades ele deve ter?

Essa pesquisa analisa como os LDHs podem influenciar no desenvolvimento cognitivo dos estudantes, mais especificamente como o Regime Militar brasileiro 1964 – 1985, é representado nos livros didáticos de Alfredo Boulos e Ronaldo Vainfas *et al.*. Qual discurso eles utilizam? Eles contribuem para a formação da consciência histórica nos estudantes? Como podemos perceber que os alunos alcançaram uma aprendizagem histórica satisfatória?

Considerada como síntese da percepção, experiência e interpretação, a aquisição de conhecimentos adquire, como processo de aprendizagem, uma dinâmica e uma complexidade especiais, e somente à luz desta dinâmica e desta complexidade poderão ser identificadas e analisadas as qualidades necessárias que deve ter um livro didático para que possa cumprir sua função de guia do processo de aprendizagem histórica em sala de aula (para dizer mais exatamente: para que possa desempenhar sua tarefa com mais ou menos êxito) (RÜSEN, 2010, p. 114 e 115).

Segundo Rüsen, o bom LDH deve ser capaz de estimular nos estudantes, capacidades que são primordiais no ensino de história, julgar, argumentar e criticar. Essas são competências que devem ser desenvolvidas por meio do trabalho de interpretar o passado, como problematizações, usando as referências dos estudantes, de modo argumentativo que possam se converter em conhecimento, consciência histórica. Dessa forma, o autor expõe como deveria ser o LDH ideal.

Tem que apresentar os procedimentos mais significativos do pensamento histórico, e de tal modo que possa se exercer na prática: o desenvolvimento de problemas, o estabelecimento e a verificação de hipóteses, a investigação e a análise do material histórico, a aplicação crítica de categorias e padrões de interpretação globais. Deve oferecer explicações inteligíveis e verificáveis, sem se limitar, entretanto, a meras afirmações de fatos, bem como evitar por princípio argumentações monocausais e insistir no fato de que a interpretação histórica está aberta por princípio às argumentações multicausais. Assim, deve apresentar o conhecimento histórico de forma argumentativa, e evitar qualquer aparência de uma certeza dogmática e definitiva (RÜSEN, 2010, p. 123).

O LDH deveria para Rüsen (2010) não só orientar sua perspectiva em direção aos temas históricos, mas relacioná-los com a construção de identidade dos alunos, ativando seu potencial de aprendizagem. O autor acredita que o futuro dos estudantes é configurado de acordo com sua consciência histórica, e o LDH é um elemento fundamental para alcançarmos esse objetivo.

Para Munakata (2013), os estudantes da educação básica, necessitam de abordagem adequada à sua idade, e capacidade cognitiva. Segundo o autor, algumas pesquisas afirmam que nas classes iniciais, deve-se privilegiar a memorização, e a reflexão nos alunos mais velhos. Que a inteligência não funciona no vazio, e que acontece por associação e combinação, para evoluirmos, é preciso guardar na memória certa quantidade de dados para que você consiga introduzir e relacionar novas informações e formular hipóteses.

A consciência histórica é essencial para compreendermos os diversos caminhos que percorremos com a sua narrativa, que auxilia na formação da identidade dos alunos. Sem ela não há aprendizagem memoriosa. Se os estudantes não relacionarem sua própria experiência com conceitos de temporalidades, eles não conseguirão pensar no decorrer cronológico de todas as coisas, para isso devem realizar a formação condizente, que envolve dois aspectos, vida prática e ciência, que estão interligados. O livro didático deve oferecer a possibilidade de verificar as interpretações dadas e de elaborar interpretações próprias, ou melhor, mediante a própria interpretação, estabelecer contextos históricos com base na documentação dada (junto à exposição de autores concretos ou complementares a ela) (RÜSEN, 2010).

Para Schmidt (2017), é imprescindível que os estudantes façam a relação entre a vida prática e o processo de ensino aprendizagem histórica. Ela é o ponto de partida e chegada do ensino de História. Assim, é preciso partir das indagações dos alunos, que estão relacionadas como mundo deles, fazendo sentido para sua vivência.

Segundo a autora, devemos rejeitar o que ela chama de educação bancária, em que o aluno é mero depósito de conteúdos previamente selecionados. Dessa forma, quando relacionamos o conhecimento ensinado e a vida prática dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem – alunos e professores – a partir do conhecimento produzido, podemos nos ver, ver o outro e o mundo. O ensino e a história encontram seu sentido na vida prática humana, a aprendizagem tem que fazer sentido para o aprendiz.

O objetivo é uma consciência crítico-genética, onde a relação presente e passado seja fundamentada em narrativas mais complexas, que se prestem à uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios como a liberdade, democracia e direitos humanos... nunca se pode dissociar a aprendizagem histórica do sujeito que aprende, por exemplo, o jovem e a cultura jovem e, portanto, a dinâmica da aprendizagem não se realiza quando a história é ensinada como algo dado e alheio ao sujeito que aprende. Assim, saber história não é a mesma coisa que pensar historicamente correto, pois o conhecimento histórico que é apenas apreendido como algo dado, não desenvolve a capacidade de dar significados

para a história e orientar aquele que aprende de acordo com a própria experiência histórica (SCHMIDT, 2017, p. 75).

A proposta é que o ensino de História tenha como objetivo a formação de uma consciência histórica, rompendo com formas tradicionais lineares, bem como, visões históricas prontas e acabadas. É preciso lembrar-se da pergunta – para que serve a história? O desenvolvimento da consciência histórica é a finalidade do ensino e sua utilização na vida cotidiana (SCHMIDT, 2017).

Entre as dificuldades de definir o LDH, segundo Bittencourt (2008) seria pela diversidade de sujeitos envolvidos na sua produção, circulação e consumo. Portanto, devemos considerar vários aspectos do LDH. Aprendizagem histórica não é sua única função, é um objeto de múltiplas facetas, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências. É também uma mercadoria, do mundo editorial, é um suporte de conhecimentos escolares e método pedagógico proposto pelos currículos educacionais. É onde o Estado interfere, elabora os conteúdos e estabelece critérios para avalia-lo; para a autora, a característica de associar o conteúdo e método de ensino explica sua importância na constituição da disciplina e do saber escolar.

Para Bittencourt (2008), a característica de associar o conteúdo e método de ensino explica sua importância na constituição da disciplina e do saber escolar. O livro didático, sendo uma mercadoria, um produto da indústria cultural, insere-se numa lógica de consumo, em que a figura do professor, é o principal alvo desse mercado, e o aluno e um consumidor compulsório.

Na Alemanha, foi criado um Instituto Georg Eckert², especializado para revisar os livros didáticos, na década de 1970. Enquanto aqui no Brasil, essa tendência chega somente na década de 1980. As universidades vão ser o centro das análises e pesquisas sobre o LDH. A Unicamp é a pioneira nesses estudos. Aos poucos as pesquisas, se tornam mais complexas e desafiantes, porém, com muitas divergências entre os pesquisadores, sobre a função da obra didática e a responsabilidade em relação ao sucesso ou ao fracasso escolar.

Os estudos sobre o LDH visava principalmente à crítica da ideologia, sobre sua produção, que era fruto principalmente dos anos de ditadura que o país havia vivido. Os livros didáticos geralmente são instrumentos reprodutores de ideologia e manipulação política sobre o público escolar.

² O *Georg-Eckert-Institut für International Schulbuchforschung* está localizado na cidade de Braunschweig, na Alemanha, existindo sob essa denominação desde 1975. Além de desenvolver projetos próprios de pesquisa, o instituto incentiva, por meio de bolsas, a visita e permanência de pesquisadores em diferentes níveis de formação em suas dependências. Mais informações a respeito no site: <http://www.gei.de/en/institute.html>, acesso 26/06/2021.

Com a democratização brasileira, na década de 1990, as análises sobre o LDH, se tornaram mais amplas, complexas, com novas perguntas e problematizações, acerca dos professores, mediadores entre os LDHs e os estudantes. As mudanças provocaram a necessidade de reformas curriculares, com realização de debates, que fossem formuladas novas propostas, incorporadas abordagens que refletissem a realidade do Brasil. A crítica do domínio da história oficial, foi grande, porém, não conseguimos muitos avanços. Houve progressos, com a pressão de grupos sociais, novos conteúdos foram inseridos, como história da África, afro descendente, indígenas, mulheres no currículo. Mas a extinção da história oficial ainda persiste na seleção dos conteúdos.

As revisões curriculares vêm ganhado destaque, devido à mobilização de pesquisadores e historiadores. Propondo o repensar da influência eurocêntrica nas obras, constituindo o conhecimento escolar. Muitos movimentos sociais têm conquistado avanços significativos, com a incorporação de novos conteúdos, transpondo barreiras da cultura europeia, valorizando parte da contribuição da formação do povo brasileiro.

Segundo Munakata (2013), o esforço dos historiadores e professores para superarem o método centrado na memorização e valorizassem a reflexão, foi grande e intenso. Não se trata apenas de mudanças metodológicas, mas da reformulação completa dos paradigmas epistemológicos e pedagógicos, até os não existentes. Mesmo com grandes mudanças na abordagem, da história oficial para uma história científica, essa transformação é um desafio. Para o autor, a história escolar não superou por completo a história oficial que privilegia alguns atores históricos, ressaltando a necessidade de reformulação de currículo. Para Munakata (*Apud* Abreu Lima, 2013), defende a ideia, que já houve muitas tentativas no Brasil de reformular o currículo da história ensinada. E que não adianta as agitações de superfície, com algumas alterações, sem promover uma séria reflexão e reestruturação nas disciplinas que constituem a escolarização contemporânea.

A didática da História é uma área que se preocupa com ensino da História escolar. Seu objetivo é pensar como se ensina e se aprende os conceitos do passado e do presente que são formadores da consciência histórica. O propósito de todo ensino é a aprendizagem, mas como se ensina depende de saber como os indivíduos aprendem. A concepção de aprendizagem como ponto de partida e pressuposto orientador do método de ensino da História, bem como, sua complexidade e diversidade de abordagens do conteúdo (SCHMIDT, 2017).

No centro do processo de aprendizagem, está o desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente, da apropriação de conceitos formadores da consciência histórica nos estudantes.

Para Schmidt (2017) apud Rüsen, a escola é fundamental para a formação da consciência histórica, e compreendermos o LDH neste contexto, é importante para entendermos sua participação nesse processo.

Assim, a História tem uma função didática de formar a consciência histórica, na perspectiva de fornecer elementos para uma orientação, interpretação (para dentro – apropriação de identidades, e para fora – fornecendo sentidos para ação na vida humana prática)... pressuposto inegociável de que qualquer aprendizagem é autoeducação e inseparável da prática significativa da auto-gestão, em que os jovens e crianças sejam agentes ativos de sua própria educação (SCHMIDT, 2017, p. 64).

O LDH é o livro mais analisado, por seu papel político, valores culturais, etc, com o passar do tempo, outras preocupações foram acrescidas como defasagem de conteúdo, ausência de grupos minoritários de poder. Bittencourt (2008) faz uma crítica das análises baseadas somente na conotação ideológica, segundo ela é importante, mas não contribui de modo significativo em seu aperfeiçoamento. Atualmente, as preocupações estão mais centradas na compreensão das relações entre conteúdo escolar e métodos de aprendizagens, política pública, relação entre conteúdo e LDH, os usos que professores e alunos fazem do livro, etc.

A preocupação dos analistas continua, sobre o caráter ideológico dos autores das obras didáticas, como também, a vinculação do conhecimento histórico acadêmico e o escolar. Os autores dos LDHs devem atrelar as pesquisas historiográficas aos parâmetros acadêmicos para garantir a qualidade e a autenticidade dos conteúdos. Essa preocupação está presente nessa análise, o conhecimento produzido na academia deve ter como principal objetivo, o público escolar, onde realmente a consciência histórica começa a ser desenvolvida, e deve ser fortalecida através da reflexão.

A academia, além de fornecer pesquisas para melhorar o debate historiográfico, também contribuiu com questionamentos sobre as avaliações dos livros didáticos. Os responsáveis por referendar as obras são intelectuais de instituições públicas. Na medida em que podem interferir nas mudanças, ou aperfeiçoamento da produção, assim, como o papel, os critérios dos professores que irão escolher usar a obra em suas aulas, colocando-o em contato com os alunos. Como também limitar a interferência das grandes editoras e na escolha das obras pelos professores.

Bittencourt (2011) demonstra outra preocupação, que enriquece nossa pesquisa, a constituição de uma memória coletiva baseada nos LDHs, a função que o material didático tem na formação de nossos estudantes. A autora afirma que não existe pesquisa que deixa clara essa relação, que pudesse comprovar de forma categórica a influência do LDH e a constituição de

uma memória coletiva. Porém os indícios dessa relação são fortes, para a maioria dos estudantes, é muitas vezes a única fonte histórica que eles têm contato em toda sua vida escolar. Nossa país, é carente em leitura, não cultivamos esse hábito, e a escola, é onde os alunos são estimulados a ler.

Segundo Bittencourt (2011) o livro didático adquiriu muita importância nas últimas décadas, de abominável passou a ter importante papel nas escolas, mas que ainda não alcançou sua plenitude, como material escolar de qualidade. Seu valor, enquanto agente de conhecimento crítico e problematizador, ainda tem muito a avançar, por isso as análises devem continuar, para que consigamos melhorar nossos livros didáticos de história.

Silva (2001) faz uma referência sobre os currículos. Ele está no centro da educação, e nele estão contidas as representações entre saber, poder e identidade. O autor faz uma abordagem dos estudos curriculares, permeada pela crítica na área educacional e curricular. Ele coloca o contexto atual para expor suas ideias sobre as reformas educacionais, a restruturação do currículo é um dos elementos centrais dos debates, pois, sua posição estratégica se desdobra nas lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do discurso da política educacional, que principalmente os grupos sociais dominantes demonstram seu poder, disseminando sua visão de mundo, seu projeto social, sua verdade, sendo assim, um elemento simbólico, e as políticas educacionais devem ser vistas também como representação.

As políticas curriculares movimenta toda uma indústria cultural, gera muito material entre eles, o livro didático. Sua influência na relação entre professores e alunos; qual conceito de conhecimento é almejado; a elaboração de critérios avaliativos, a inclusão de certos saberes e indivíduo. O currículo estabelece diferenças, constrói hierarquias, produz identidades (SILVA, 2001).

Ele propõe uma nova forma de ver o currículo, de impor reflexões críticas. Ele deve ser dinâmico, flexível às transformações sociais culturais. O currículo não pode ser engessado, não permitir que seja atingido pelos novos ares, através de novos conteúdos que conteemple novas visões de mundo e a inserção de grupos sociais.

Pelas mesmas razões, tampouco o currículo pode deixar de ser visto como uma relação social. O currículo visto como produto acabado, concludo, não pode deixar de revelar as marcas das relações sociais de sua produção. Desde sua gênese como macro texto de política curricular até sua transformação em microtexto de sala de aula, passando por seus diversos avatares intermediários (guias, diretrizes, livros didáticos), vão ficando registrados no currículo os traços das disputas por predomínio cultural, das negociações em torno das representações dos diferentes grupos e das diferentes tradições culturais, das lutas entre, de um lado, saberes oficiais, dominantes e, de outro, saberes subordinados, relegados, desprezados (SILVA, 2001, p. 22).

No projeto educacional crítico, pensar o currículo como ato político é inseri-lo nas relações de poder. O currículo educacional está no centro do palco de uma série de transformações sociais e educacional, é nele que as lutas por hegemonias se concretizam, pelo domínio do processo de significação, que pode traduzir em seu discurso as visões e os significados do projeto dominante, dando legitimidade e autoridade. É para essa reflexão que o autor nos leva, o currículo vai continuar sendo um campo fechado, um estático tabu, a produção de significados e de identidades alternativas? Ou vamos fazer dele um campo aberto, polissêmico, de produção de identidade? É necessário tomarmos partido para que tenhamos voz e vez na sua construção.

Representação da ditadura militar nos livros didáticos, partiremos do estudo do sociólogo Stuart Hall, “Cultura e representação”, vamos conceituar nossa análise com o referencial do autor sobre a ditadura militar no Brasil 1964 a 1985 nos livros didáticos de Alfredo Boulos, 9º ano, e Ronaldo Vainfas *et al.*, 3º ano.

Stuart Hall (2016) vem contribuir com a pesquisa nos emprestando seu conhecimento sobre representação, como a linguagem e a cultura estão presentes na confecção, nas ideias, e nas abordagens dos conteúdos nos livros didáticos como, ao mesmo tempo, os conteúdos elencados nos currículos, estão permeados de simbologias, signos e cultura.

O livro didático é um produto cultural que suas abordagens se diferenciam de época em época, privilegiando ideologias de acordo com o conceito histórico, se transformando num objeto carregado de valores que serão transmitidos para alunos. O que é omitido ou mostrado tem a ver com a cultura que se pretende impor nas gerações presentes e futuras.

Assim, as obras didáticas cumprem um papel social na difusão e apropriação de ideias que contribuem para a formação da sociedade. Ele ainda é considerado uma fonte confiável pelos alunos. O professor, nessa relação livro didático e alunos desempenha um papel importante, cultural, pois sendo medidor nessa interação, é o professor que vai avaliar a produção, e consequentemente valorizar, mostrar aos alunos ou simplesmente desacreditá-los. Por isso, analisar sua representação, seu discurso, é relevante para conduzir o trabalho nas aulas enriquecendo, ou mesmo prevenindo contra interpretação que podem desvirtuar a formação cidadã nos estudantes estimulando-os ao entendimento de respeito à democracia, tolerância e reconhecimento dos direitos humanos como primordial para avançarmos numa sociedade mais justa.

Dessa forma, percebemos que seja indispensável refletirmos como é construída a representação. Vamos relacionar a representação que a ditadura militar tem nos dois livros didáticos, objetos da pesquisa, pois é fundamental compreender o impacto que a cultura e a linguagem, pontos importantes, para entendermos a mesma no contexto da sociedade.

Para Stuart Hall (2016), a cultura se faz no atravessamento da representação, linguagem e identidade. Não tem como negar a importância das medidas atualmente na disseminação de uma visão positiva sobre a ditadura militar no Brasil. O papel, principalmente das redes sociais, ganha destaque nas informações distorcidas, sem base historiográfica sólida, sem métodos confiáveis, informações deslocadas de um contexto histórico fundamental que afeta a representação dos militares no poder. O autor destaca essa preocupação na transmissão do conteúdo, centrado na figura do professor, como medidor entre o livro didático e seu público, os estudantes.

Os militares que ficaram no comando do governo brasileiro, durante vinte e um anos, forjaram ideias, discursos, elaborando uma representação do papel que queriam desempenhar ou iludir a população, a cultura foi extremamente usada pelos que estavam no poder. Na interpretação da realidade, dos comportamentos que os atores sociais construíram os modos de ser social. Para Hall (2016) a cultura possui diversas manifestações e instrumentos que produzem novas subjetividades e forma de estar e interagir no mundo. O discurso é produzido de acordo com a cultura, e a partir desse entendimento passa a ter significações que ao interpretar a realidade, os indivíduos se reconhecem ou não, nessas falas. Pode acontecer a identificação que comprehende e se explica como sujeito social e o mundo, a partir do arcabouço de ideias que considera ser verdade.

A cultura também é um campo de contrários onde há uma luta pela significação, pelo lugar de fala. A negociação de quem reivindica esse poder é fixado e adquire cada vez mais simbolismo. A cultura é um fenômeno social dinâmico e imprevisível do novo milênio.

A cultura, podemos dizer, está envolvida em todas essas práticas que não são geneticamente programadas em nós [...], mas que carregam sentidos e valores para nós, que precisam ser significativamente interpretadas por outros, ou que dependem do sentido para seu efetivo funcionamento. [...] Nesse sentido, o estudo da cultura ressalta o papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida em sociedade (HALL, 2016, p. 21).

A maior manifestação da cultura é a linguagem, é o fio condutor das representações, que são construídas no seio da sociedade. Portanto, é essencial aos processos, pelos quais os significados são produzidos. Compreendemos pela prática social como funciona a representação.

O cotidiano é formado pela representação, simbologia, linguagem. A realidade é composta por ela, como produzimos nossos discursos, toda simbologia que avançamos para entender e interagir com o mundo. É o que dá significado nas relações com os outros e consigo mesmo. Para Hall (2016), os significados culturais regulam nossas práticas sociais, que são construídas através dos sistemas de representação.

Para Hall (2016), nossas identidades sociais, são geradas pela representação, através da cultura, resultante da posição que possuímos através dos discursos culturais elaborados que podemos nos reconhecer socialmente.

Eles são veículos ou meios que carregam sentido, pois funcionam como símbolos que representam ou conferem sentido (isto é, simbolizam) as ideias que desejam transmitir. Para usar outra metáfora, eles operam como signos, que são representações de nossos conceitos, ideias e sentimentos que permitem aos ouvintes ‘ler’, discordar ou interpretar seus sentidos de maneira próxima à que fazemos (HALL, 2016, p. 24).

Os livros didáticos são instrumentos de poder. A narrativa histórica é uma luta pelo poder simbólico e discursivo, assumindo a forma de uma política cultural, a linguagem é uma parte importante na produção de conhecimento, que está relacionado com o poder e as práticas de representações funcionam em períodos históricos específicos.

A ênfase da abordagem discursiva recai invariavelmente sobre a especificidade histórica de uma forma particular ou de um ‘regime’ de representações, e não sobre a linguagem’ enquanto tema mais geral. Isto é, seu foco incide sobre linguagens ou significados e de que maneira eles são utilizados em um dado período ou local, apontando para uma grande especificidade histórica – a maneira como práticas representacionais operam em situações históricas concretas (HALL, 2016, p.26 – 27).

A coleção didática de História, Sociedade & Cultura, de Alfredo Boulos, dos anos finais do ensino fundamental, está inserida segundo o autor na corrente historiográfica da História Nova. Ele ressalta que a História é um conhecimento que está em permanente construção, valorizando o documento, porém, como ponto de partida e não de chegada (BOULOS, 2018). A História Nova destaca a História totalizante, que analisa a estrutura, propõe que tudo têm uma História, que é vista de baixo, pelos sujeitos da base da sociedade. Contrapondo a História Tradicional, que supervaloriza o documento os grandes personagens da História nacional internacional, e a abordagem dos documentos, é estático.

Nosso recorte com o livro didático do 9º ano, sobre o Regime Militar Brasileiro, Capítulo 13, que na abertura tem como título “Ditaduras na América Latina”, onde o Regime Militar brasileiro 1964 – 1985 está inserido. Percebemos que a organização do conteúdo é da História Integrada, contrapondo o que afirma Boulos (2018) na abertura de sua obra. No decorrer dos

textos a abordagem é factual e linear, não há problematização, o que consequentemente não propicia a reflexão dos professores e alunos, apresentando uma narrativa tradicional.

Percebemos essa característica tradicional, que descreve o conteúdo, sem crítica, o que dificulta o pensar historicamente. Na abertura, é destacada a frase “BRASIL UM PAÍS QUE VAI PRA FRENTE!”, slogan dos governos militares. Se não houver uma atenta atenção do professor, que problematize essa frase ufanista, os estudantes podem assimilar uma visão distorcida do período. Ao longo do capítulo, o autor reforça essa noção tradicional, ressaltando a história política destacando os presidentes-militares, ou seja, nos personagens importantes do período.

Em alguns aspectos o autor traz conceitos atuais, demonstrando sintonia com a historiografia, preocupando-se com a didatização do conteúdo, aborda a resistência indígena e negra, de forma superficial, passando a impressão de que era apenas para constar, cumprindo as exigências do currículo. Contudo, a falta de problematização é evidente, as atividades são propostas apenas no final do capítulo. Entretanto, tem um texto, que apresenta a ditadura brasileira, como não tendo sido tão violenta quando comparada com a Argentina e Chile, que foram exibidas concomitantemente com a ditadura brasileira, ressaltando sempre os seus atos violentos, sugerindo que a ditadura brasileira tenha sido menos cruel, reforçando o conceito revisionista. A Ditadura foi narrada de forma que não provocasse repulsa às violações dos direitos humanos, muito menos como forma de fortalecer nos alunos à democracia.

Nosso segundo objeto, é a coleção de livros didáticos elaborados por Ronaldo Vainfas *et al.* (2016) está direcionada para o ensino médio. Essa coleção está baseada na perspectiva de História Integrada, articulando os conteúdos entre si. A História Integrada destaca a conexão, os processos históricos onde os conteúdos se relacionam entre si. As diversas sociedades em espaços geográficos diferentes, socioculturais, mas em tempo cronológico semelhante. Essa proposta contribui para contextualizar e reforçar a história do Brasil com a europeia e africana.

Os autores estimularam a história problema em sua abordagem sobre o Regime Militar Brasileiro, que se encontra no capítulo 13. O texto permite compreender a história como um processo, em que os fatos se relacionam entre si. Na abertura do capítulo destaca a escultura, de uma pessoa sendo torturada, que se localiza numa Praça em Recife – PE, um lugar de memória sobre as violações dos direitos humanos que muitos brasileiros sofreram durante a ditadura.

Diante da análise realizada, sob a perspectiva da História Integrada como metodologia, a abordagem da Ditadura Militar no Brasil, com o título de abertura “O Brasil da Ditadura Militar”, está deslocado dos outros regimes militares da América Latina, que está antes, no capítulo 11. Entre os dois capítulos, no capítulo 12, os autores inseriram o período democrático

brasileiro 1946 – 1964. Dessa forma, Vainfas, *et al.* (2016) não faz bom uso da História Integrada. Sendo que as ditaduras da Argentina, Chile, Uruguai, poderiam ter sido relacionadas com a brasileira, demonstrando assim, a tendência de unir as temáticas globais às nacionais.

O autor elabora o texto com muitos detalhes, inclusive cita vários movimentos que se destacaram no final da década de 1970, estudantil, OAB, ABI, a CNBB, as mulheres, e os operários que passam a participar através de greves. A Anistia era a principal reivindicação da sociedade, mas o empobrecimento da população também era motivação para exigências de reformas no governo militar.

O movimento pelas eleições diretas para presidente já em 1984, “Diretas já” é mostrado com a união das oposições a favor da Emenda Dante de Oliveira, que não foi aprovada mesmo com a pressão social das ruas. Vainfas *et al.*(2016), ressalta que foi o maior movimento cívico popular da história do Brasil até então, com cerca de 1 milhão e meio de pessoas em São Paulo. Porém, afirma que a transição foi conduzida pela oposição, representada pelo PMDB, dando a impressão de que os militares aceitaram os termos deles, mas, na verdade, segundo a historiografia consultada, foram sempre os militares que conduziram a transição para o regime democrático.

No próximo capítulo, vamos contrapor os autores dos livros didáticos com a historiografia, para analisarmos as abordagens sobre os principais aspectos da Ditadura Militar Brasileira 1964 – 1985.

2. O CONTEXTO DO GOVERNO JOÃO GOUART

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, começou o embate entre o então vice-presidente João Goulart e os militares. Nessa conjuntura conflituosa o governo de João Goulart teve um início caótico, devido à pressão que os militares impuseram à sua posse, com a justificativa de que ele era comunista, descumprindo a Constituição. A crise sucessória provocada pelo antagonismo das forças políticas dividiu o País e quase desencadeou um conflito armado. O embate em torno da posse de Jango despertou em parte dos políticos, dos militares e do governo dos Estados Unidos uma preocupação com o avanço do comunismo no Brasil, principalmente, pela aproximação do presidente Goulart com a China Comunista. Desta forma, João Goulart conseguiu tomar posse como presidente, mas foi forçado a aceitar um regime parlamentarista, o que limitava os poderes da presidência, e isso levou a oposição numa acomodação do dito perigo comunista.

Sob o regime parlamentarista, o presidente tinha seus poderes limitados; ele não governava de fato, quem desempenhava esse papel era o primeiro-ministro. A situação parecia estar resolvida para a oposição, até que Jango recupera seus plenos poderes de presidente da República, após o plebiscito realizado em 1963, que questionava qual regime o povo preferia entre Presidencialismo e Parlamentarismo. A partir da vitória do presidencialismo, Jango se fortalece e, dessa mudança, o presidente coloca seu plano de governo em prática e parte em busca de apoio político para implementar suas reformas. Seu projeto ficou conhecido como as “*Reformas de Base*”; com grande apelo social, que acabariam provocando mudanças profundas nas classes sociais menos favorecidas, mas as medidas também atingiram o grande capital de empresas internacionais, entre outras impondo limites de remessa de lucros para o exterior.

2.1 A POSSE DE JOÃO GOULART

Quando, em 1963, é realizado o plebiscito, em que foi vencedor Goulart, ele se torna o grande vitorioso pela volta do presidencialismo. Assim, João Goulart retoma o poder executivo plenamente, com todas as atribuições do cargo, mas também começam os problemas, e toma forma o desenho do cenário para o futuro golpe em 1964.

Sobre a posse de Jango, Boulos (2018) afirma que o Congresso propôs uma solução política para crise. Napolitano (2014) afirma que, o Parlamentarismo foi uma acomodação de interesses para superar a crise, dentro da velha tradição brasileira de conciliação, sendo

exatamente o contrário, do que veio há acontecer dois anos e meio mais tarde, quando ficou impossível estabelecer essa conciliação, devido à radicalização de ambas as partes. Boulos (2018) cai no que Napolitano (2014) chama de lógica binária do “isto ou aquilo”. O livro didático, de forma simples, deixa claras as motivações que provocaram o golpe, colocando de lado explicações mais complexas, sobre o contexto do golpe militar no Brasil.

O governo de João Goulart está inserido no livro 9º ano, E.F. de Alfredo Boulos Júnior (2018), e é apresentado de forma descriptiva, citando que, após a renúncia de Jânio Quadros, frisa-se a dificuldade de João Goulart tomar posse, pois ele já era visto como comunista. Porém, havia quem fosse favorável à Constituição sendo cumprida e que ele assumisse a Presidência. O autor afirma que, a disputa ameaçava levar as partes à beira de uma guerra civil no Brasil. Assim, para solucionar essa crise política, a saída foi mudar a forma de governo para parlamentarismo, deixando João Goulart tomar posse. Utilizando-se de manobras políticas, ele consegue realizar o plebiscito que restaurou o presidencialismo, Jango estava retomando seu poder de chefe supremo do executivo. É acompanhado de um texto complementar, com dicas de site para aprofundamento do assunto, de imagens, e documentário.

Boulos (2018) retrata João Goulart como chefe do governo brasileiro e que deveria cumprir algumas promessas; entre as principais estavam as reformas de base. O autor ainda divide a sociedade brasileira em dois grupos: **contrários** e os **favoráveis** às reformas, destacando nomes e movimentos que faziam parte dela. Para cada grupo ele atribuiu um parágrafo demonstrando as principais ideias de cada um. Para reforçar o texto, o autor inseriu três imagens significativas: a primeira, do deputado Francisco Julião, defendendo as reformas de base em seu discurso, em 1961, na Praça da Sé, em São Paulo; a segunda, João Goulart também discursando no famoso comício pelas Reformas de Base, em 13 de março, em frente à estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro e a terceira imagem é a de manifestantes da Marcha da Família com Deus pela liberdade.

Esse contexto mostra de forma isenta como o Presidente era apoiado pelos movimentos sociais (camponeses e trabalhadores urbanos); em contrapartida, as classes médias e altas brasileiras o acusavam de ser cúmplice do comunismo internacional, em que setores da Igreja Católica, a OAB, organizações como IPES, IBAD, os grandes jornais e os empresários também eram contra as reformas. O autor apenas sugere a participação dos Estados Unidos na campanha para o golpe, afirmando que muitas organizações brasileiras recebiam dinheiro de “empresários brasileiros e estadunidenses” para promoverem campanhas contra o governo Goulart.

Agora, com relação à obra de Ronaldo Vainfas *et al.* (2016), eles iniciam as suas análises a partir do período anterior ao golpe, a renúncia de Jânio Quadros (1961) e toda a dificuldade de

João Goulart em tomar posse da presidência. Depois da campanha da legalidade, ele assume a “presidência da República sob o regime parlamentarista, ou seja, Jango se tornaria presidente, mas não governaria o Brasil. O governo seria chefiado pelo primeiro-ministro” (VAINFAS *et al.* (2016, p. 211). Quando João Goulart consegue retomar os poderes plenos de presidente, mediante a um plebiscito, ele começa a colocar seu plano de governo em prática (as reformas de base), que era defendido também pelas esquerdas, trabalhadores e camponeses. Porém, Fico (2014) e Napolitano (2014), afirmam que o clima no Brasil era de radicalizações. De um lado, representando a esquerda, estavam os movimentos sociais, exigindo mudanças, com o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra”. Também se destacou o contexto mundial da Guerra Fria, que influenciava negativamente a política brasileira com mais financiamentos vindos dos Estados Unidos para fazer oposição ao governo. O presidente estava no meio dos radicais tanto da direita como da esquerda. Para os autores, a causa do isolamento de Jango, foi o radicalismo político que se instalou no país e a crise mundial.

O comício de 13 de março de 1964, da Central do Brasil, foi organizado pelo PCB e a CGT, contando com a presença do Presidente, que anunciou o projeto de reforma agrária e a nacionalização de refinarias de petróleo. Devido a essa atitude, os setores da direita passaram a conspirar abertamente contra Jango, e, no dia 19 de março de 1964, milhares de pessoas saíram às ruas numa passeata contra o presidente e as Reformas de Base. Esse ato ficou conhecido como Marcha da Família com Deus pela Liberdade. “Enquanto as esquerdas exigiam a decretação imediata das reformas, as direitas faziam uma oposição intransigente ao governo” (VAINFAS ET AL., 2016).

Vainfas *et al.* (2016) e Boulos (2018) reforçam a teoria que foi a quebra de hierarquia entre o presidente e o comando da Marinha, anistiando diversos suboficiais que se envolveram em ocorrência, que desafiavam a autoridade da hierarquia militar, e sua presença numa manifestação de sargentos, em 30 de março de 1964, acabou sendo a gota d’água para o golpe.

Tal gesto do presidente foi interpretado como uma provocação aos militares, a seguir, os autores retratam em detalhes os desdobramentos de 31 de março de 1964; o rompimento do Congresso com o governo, pedindo intervenção militar; o avanço das tropas do general Olímpio Mourão para o Rio de Janeiro, com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e, se fosse necessário, receberiam apoio diplomático, financeiro e militar dos Estados Unidos.

Estava em andamento o golpe, a união de toda oposição contra João Goulart. Em 1º de abril de 1964, é declarada vaga a Presidência do Brasil, pelo presidente do Congresso Nacional, enquanto o Presidente ainda estava no país. Assim, empossou-se imediatamente o presidente da

Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Leonel Brizola tentou uma reação no Sul, mas foi silenciado por Jango, que, segundo o livro, optou por evitar uma guerra civil.

Assim, o livro didático de Ronaldo Vainfas *et al.* (2016) é bastante completo em relação ao contexto do governo de João Goulart (1961-1964), período de preparação do golpe. O autor é detalhista, pois cita os fatos desde a motivação da viagem de João Goulart para a China. O autor relata que a viagem fazia parte do plano de Jânio Quadros, na pretensão de dar um golpe, segundo muitos analistas. Consequentemente, os desdobramentos dos acontecimentos se desenrolam com a renúncia de Jânio, o impedimento de Jango pelos ministros militares à sua posse e a campanha da legalidade. Quanto às regras do jogo, essas foram mudadas para satisfazer ambas as partes. João Goulart assume a presidência da República com poderes limitados pelo regime parlamentarista. A equação foi resolvida da seguinte forma: Jango se tornaria presidente, mas não governaria o Brasil. O governo seria chefiado pelo primeiro ministro.

Após muitas negociações políticas, o Congresso Nacional aprovou, no dia 2 de dezembro de 1961, uma Emenda Constitucional que modificou o regime presidencial para parlamentar. Ficou decidido que João Goulart assumiria a presidência da República sob o regime parlamentarista, ou seja, Jango se tornaria presidente, mas não governaria o Brasil. O governo seria chefiado pelo primeiro-ministro (VAINFAS ET AL., 2016, p. 211)

Porém, a oposição ao governo Jango aumentou com sua posse. Segundo Vainfas *et al.* (2016), no período em que João Goulart governou sob o regime parlamentarista, “ele trabalhou com dupla estratégia política”. Ele queria recuperar os poderes presidencialistas e conseguir a maioria no Congresso Nacional, com apoio do PTB e PSD, conseguiu a volta do presidencialismo a partir do plebiscito em 1963, mas não conseguiu formar maioria no Congresso. Portanto, o presidente conseguiu governar com o presidencialismo, mas não tinha base parlamentar consistente para aprovação das reformas de base, seu programa político.

Foi uma confirmação da legitimidade do mandato de Goulart. Ele se sentiu inteiramente fortalecido. (FICO, 2019, p. 24).

Goulart passaria a viver um novo momento depois do sucesso do plebiscito em janeiro de 1963 que derrotou o parlamentarismo e deu-lhe os plenos poderes da Presidência da República. A vitória retumbante do presidencialismo deveu-se ao apoio de muitos setores, inclusive de forças que se opunham a Jango, mas ele pôde interpretá-la como uma conquista pessoal. (FICO, 2014, p. 37).

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMAS DE BASE

As reformas de base eram a principal bandeira do governo de João Goulart, e ele passou a defendê-las após a volta do presidencialismo. No bojo das reformas, estavam contidas mudanças que assustavam uma grande parcela da sociedade e que afetavam muitos interesses; a extensão do voto aos analfabetos, a legalização do PCB, a reforma agrária, etc. podiam afetar setores da sociedade que temiam perder privilégios.

Dessa forma, quando Jango, após a volta do presidencialismo, acena com a possibilidade de uma agenda política, que tinha como projeto maior a inclusão social, o nacionalismo econômico e a democratização política, o que beneficiaria a maioria da população brasileira pobre, desperta a ira e o medo num país profundamente conservador e excluente. Para Napolitano (2014), o país era liderado por uma elite liberal oligárquica, avesso a maior participação política da população excluída. No contexto mundial da guerra fria, inibia qualquer tipo de reforma social que poderia ser traduzida como comunista, junto dos grupos sociais que se intitulavam de esquerda, que apoiavam o governo, sendo os ingredientes que a conjuntura transformou num golpe de estado insuflado pelos EUA, mediante a sua influência nas Forças Armadas Brasileiras e em outros setores da sociedade, com financiamentos que compõem a fórmula do golpe.

As propostas de reforma de base não eram radicais, sobretudo da reforma agrária. Na verdade, eram imprecisas e modestas. Devemos reconhecer que Goulart não foi habilidoso ao defendê-las. [...] Mas também é preciso reconhecer que essas pequenas possibilidades de conquistas populares encheram de receio a elite e boa parte da classe média. Por que havia semelhante horror em relação a algumas simples medidas de justiça social? Esse é um traço fundamental da sociedade brasileira da época e ajuda-nos a entender por que foi possível a deflagração do golpe. (FICO, 2014, p. 67-68)

As reformas de base tinham o apoio de grupos sociais diversos que incluíam trabalhadores urbanos, rurais, ligas camponesas e movimentos ligados aos estudantes. Os trabalhadores urbanos ligados aos sindicatos apoiavam o presidente. Na campanha pela volta do presidencialismo, fizeram uma grande greve para pressionar o Congresso Nacional a aprovar a consulta popular.

O comício do dia 13 de março, na Estação Central do Brasil foi organizado pelo PCB, CGT e a FMP, contando com a presença do presidente João Goulart e “a partir daí o presidente governaria somente com o apoio das esquerdas” (FICO, 2014). Esse foi o anúncio de importantes reformas no comício, segundo Vainfas *et al.* (2016), o qual deu o pontapé para que os setores da direita se inquietassem, e uma parte dos militares sob a liderança do general

Castelo Branco, passassem a conspirar contra o presidente. O autor explora o conteúdo, com auxílio de documentos, porém, este ficou meio deslocado ao fim do texto. Ele coloca em destaque parte do discurso de João Goulart, no comício da Estação Central do Brasil, ressaltando os argumentos utilizados pelo presidente em defesa da reforma agrária.

A participação política que os trabalhadores em geral vivenciaram, lhes fortaleceram como grupo de pressão, que podia ser visto como uma efervescência social daquele momento histórico no Brasil. Os movimentos sociais que surgiram desse contexto atingiram um grau de organização nunca antes visto na história brasileira. Sob a bandeira das reformas de base, eles almejavam transformações sociais que, por meio de suas reivindicações, alcançariam mais direitos.

Segundo o historiador Jacob Gorender, a luta pelas reformas de base foi a causa de grande dinamização social que o país experimentou entre 1963 e 1964, ‘uma situação pré-revolucionária’. Tratava-se da demanda, sempre mobilizadora, de que é preciso ‘mudar tudo que aí está. (FICO, 2019, p. 37-38)

Talvez, a organização desses grupos em torno das reformas, no início da década de 1960, reflita os anos de experiência democrática mais importante que o Brasil conheceria. Para Napolitano (2014), o golpe foi a derrota de um projeto político que vinha amadurecendo ao longo do período democrático, mas não foi suficientemente forte, para enfrentar os reacionários. De acordo com o autor, o golpe revela as fragilidades desses movimentos sociais, mas também mostra sua força. O poder de se organizar em busca de objetivo comum era possível. Demonstra também como a classe média e rica é excludente, temendo perder privilégios, como o novo arranjo que as reformas podiam trazer, ficaram temerosas de que a redistribuição de riquezas pudesse atingir negativamente suas posições privilegiadas.

O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. (GORENDER, *apud* FICO, 2014, p. 34).

Fico (2014) e Napolitano (2014) concordam que a classe média e rica temiam as reformas sociais e que perderiam posições sociais. O medo foi aflorado pela campanha desestabilizadora contra o governo Janguista. As tensões entre os setores sociais foram radicalizando o discurso. As classes baixas organizaram o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, em que o presidente João Goulart em discurso, firmou um pacto com o povo e as reformas. As classes mais abastadas reagiram firmemente ao efeito que o comício teve na

população; dias depois, no dia 19 do mesmo mês, elas organizaram uma passeata em São Paulo, intitulada de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, como demonstração de força para o Presidente, defendendo a família e o direito à propriedade, mas foi muito mais que isso. A marcha teve um papel simbólico, um apelo que faziam as Forças Armadas por intervenção militar no governo.

O comício e o anúncio das reformas alarmaram os setores de direita. Um grupo do Exército. Sob liderança do general Castello Branco, passou a conspirar contra o presidente. No dia 19 de março, na cidade de São Paulo, milhares de pessoas realizaram uma passeata contra Jango e as reformas de base, que ficou conhecida como a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. (VAINFAS *et al.*, 2016, p. 214)

Como resultado da radicalização de ambos os lados, os militares se sentiram fortalecidos para tomarem o poder, desferindo o golpe contra o governo de João Goulart, com a justificativa de resolver a crise política e econômica, e interromper a influência comunista no Brasil.

2.3 OPOSIÇÃO A JOÃO GOULART, PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS

Nenhum dos autores Boulos (2018) ou Vainfas *et al.* (2016), explicam por que Jango ganhou a fama de comunista. Para Carlos Fico (2014), isso se cristaliza quando Jango torna-se ministro do trabalho de Getúlio Vargas em 1953. Na ocasião, ele se aproximou dos sindicatos, de seus líderes e pode ter percebido a força dos trabalhadores. Porém, após a constituição da URSS, o fim da II Guerra Mundial, e com o mundo dividido entre as áreas influenciadas pelo capitalismo ou pelo socialismo, sendo que o Brasil se alinhava no bloco liderado pelos norte-americanos, formando uma elite civil e militar contrária ao nacionalismo e a transformações sociais.

Jango, quando fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (1953-54), mostrara ‘suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes os meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízos mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras’. Disseram que Jango nomeara esquerdistas para cargos nos ministérios, ‘ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional’. Mencionaram, inclusive, a presença do vice-presidente na China, onde teria deixado ‘clara e patente sua incontida admiração ao regime [...] exaltando o êxito das comunas populares. (FICO, 2014, p. 17-18)

Os militares contrários à posse de Jango em 1961, que eram os comandantes das Forças Armadas vinham dessa tradição anticomunista. Declararam não aceitar João Goulart como presidente. Assim lançaram um manifesto à nação, justificando a atitude baseada na ideia de que Jango era comunista. Segundo Fico (2014) Jango estava longe de ser comunista. Era um homem

de posses, fazendeiro rico do sul do Brasil, mas era um político popular, visto pelos militares como herdeiro político de Vargas, o que desagradava os militares ainda mais. Jango era um político com ideias reformistas de grande apelo social. Ele acreditava que o povo brasileiro tinha direito a um tratamento mais justo. Porém, Fico (2014) não consegue definir exatamente os ideais de João Goulart, afirmando que foi uma das personalidades mais controvertidas da história do Brasil. Ele era uma verdadeira incógnita. Em seus discursos deixava transparecer uma imagem vacilante e dúbia.

O autor do livro didático do terceiro ano Vainfas *et al.* (2016), não esqueceu a conjuntura internacional da Guerra Fria, que era um agravante para as disputas internas no Brasil. O autor cita dois órgãos de direita que trabalhavam financiados pelos Estados Unidos, por políticos, empresários e outros grupos de direita brasileiros, para desestabilizar o governo Goulart, a saber: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses dois órgãos tinham o objetivo de defender os interesses e desempenharam papel importante na política brasileira no início da década de 1960. Eles foram responsáveis pela campanha difamatória contra o presidente João Goulart, na qual pretendiam enfraquecê-lo politicamente, pelo temor que suas reformas levariam o Brasil para o comunismo.

A proximidade do presidente com setores da esquerda, movimentos sociais e estudantis para a oposição denunciavam essa intenção. Carlos Fico (2019) afirma que esses órgãos (IPES e IBAD) não desejavam tirá-lo do poder, mas diminuir sua popularidade, principalmente, junto às classes baixas. Esses órgãos conspiravam contra Jango; financiavam movimentos contrários ao governo, como a CAMDE, que contribuiu com a organização das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Não podemos afirmar que a atuação deles tenha sido determinante para o golpe, mas, provavelmente, ajudou a incutir na população o medo, e criou um ambiente propício de incertezas e dúvidas, o que levou muitos a apoiar o desfecho golpista.

O Ibad [...] Tinha perfil marcadamente anticomunista. Seu objetivo era intervir diretamente na vida política. A posse de Goulart evidentemente acirrou os ânimos dos ibadianos que, por isso mesmo, investiram muitos recursos, em 1962, no financiamento de candidatos afinados com seus princípios. Foi esse instituto que serviu para repassar os recursos norte-americanos. (FICO 2019, p. 34)

O Ipes foi criado no final de 1961 e iniciou suas atividades no início de 1962. Contava com grupos de empresários e simpatizantes mais fortes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Promoveu elaborada campanha de propaganda contra Jango, associando-o ao comunismo. [...] O Ipes articulou-se com outros movimentos de oposição a Jango e às reformas de base, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. Tinha ligações profundas com a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. (FICO, 2019, p. 35)

Segundo Fico (2014), mesmo com toda campanha agressiva contra João Goulart, o presidente, às vésperas do golpe, gozava de razoável apoio popular e possuía condições de indicar um sucessor. Portanto, o esforço do IPES e IBAD não foi suficiente para sua queda. Vainfas *et al.* (2016) mostra um presidente dividido, entre os setores mais conservadores, como os empresários, e os setores da esquerda que faziam exigências, como a reforma agrária imediata. Cita que havia uma crescente radicalização, entre os dois setores que tentavam se impor. E o presidente se encontrava, sem muitas alternativas diante do ambiente político de radicalização (VAINFAS *ET AL.*, 2016). Com isso, o radicalismo político entre as esquerdas e as direitas aumentaram a partir do segundo semestre de 1963.

O presidente perdeu qualquer chance de aprovar as reformas no Congresso, pois não tinha base política para isso, culpa da campanha difamatória contra ele, que o deixou apenas com os movimentos sociais, que não possuíam força suficiente para pressionar o poder legislativo. Assim, as esquerdas exigiam o cumprimento das reformas de base, enquanto à direita, as abominavam, temendo perder privilégios. Criou-se o caos, e é aí que os militares veem a chance de tirar João Goulart do poder, e concretizar os planos de 1961. Há também o apoio financeiro e logístico dos Estados Unidos.

A campanha de desestabilização colocada em prática pelo IPES e IBAD não tinha como meta o golpe, mas podemos perceber que contribuíram enormemente, talvez decisivamente, para implantação do caos político no governo, e consequentemente fortalecendo os militares, que mesmo desorganizados, conseguiram dar o golpe, tamanha a fragilidade em que o governo de Jango se encontrava.

A situação que se seguiria, segundo o autor, com os debates, as acusações de golpismo e os insultos contra o presidente, acentuam o isolamento político de João Goulart, o qual faz um pedido ao Congresso para decretação do estado de sítio. Esse fato foi determinante para o desenrolar trágico de alguns acontecimentos. Ele não recebeu o apoio que precisava, e ainda perdeu o pouco que possuía, para Vainfas *et al.* (2016), foi o radicalismo político e a crise econômica, os principais responsáveis pelo enfraquecimento político de Jango, fortalecendo, assim, o grupo opositor e o ambiente conspiratório.

Vainfas *et al.* (2016) diz que naquele “clima de confrontos, a preservação do regime democrático representativo, não foi valorizada pelas partes em conflito”. O autor ainda cita, a revolta dos marinheiros e fuzileiros navais que foram anistiados pelo presidente, havendo quebra na hierarquia das Forças Armadas. Muitos militares também se opuseram ao presidente, devido a esse fato, engrossando ainda mais o movimento golpista.

E, para piorar, Jango compareceu e discursou num jantar de sargentos, com a presença dos marinheiros revoltosos, o que foi considerado uma provocação pelos militares. Todos esses pontos citados por Ronaldo Vainfas *et al.* (2016), em seu livro didático foram importantes como desencadeadores do movimento dos militares, e de parte da sociedade contra o presidente, e a favor do golpe, não conferindo ao autor, muita importância à campanha subterrânea dos Estados Unidos no Brasil, por meio do IPES e IBAD.

Então, Carlos Fico (2014) defende a ideia de que a campanha de desestabilização era apenas para enfraquecer politicamente João Goulart, desabilitando-o para as campanhas eleitorais posteriores, principalmente, a presidencial prevista para 1965, e não tinha a intenção de derrubar, tirar João Goulart do poder. Fico (2014) afirma ainda que foram coisas diferentes. Segundo ele, os militares não faziam parte dessa campanha de desestabilização, entrando em cena apenas em 63, quando a intenção golpista aumenta. Podemos perceber que a campanha difamatória contra Jango, apesar de não ter sido eficiente para com a população em geral, foi eficientíssima no meio político, na classe média e no meio militar.

Pode ser que os generais, devido às atitudes de João Goulart, de interferências nas Forças Armadas, como a anistia a militares desordeiros, e a quebra da hierarquia, tivessem percebido os riscos que o momento apresentava, e aproveitaram como justificativa para tirar o presidente do cargo. Poderiam não ser um grupo coeso, mas tinham um objetivo em comum, derrubar Jango. Diante de um governo totalmente perdido, sem rumo, que não conseguiu unir seu apoio civil, nem político, como as ligas campões, os sindicatos, o movimento estudantil, sem coesão, como poderia fazer frente à tentativa de golpe militar?

A oposição e o governo estavam em constante confronto. Como o projeto de reforma agrária não fora aprovado por duas vezes no Congresso, e Goulart afirmava que tal projeto teria que passar nem que fosse à margem do Congresso, piorou-se muito a situação. As sucessivas crises com as forças armadas, a instabilidade política, a oposição, o apoio de parte da sociedade à intervenção militar, tudo isso gerou um clima em que os golpistas se sentiram fortalecidos, sendo vistos como salvadores da pátria.

Goulart e seus ministros militares solicitaram ao Congresso a decretação do estado de sítio após a entrevista bombástica de Carlos Lacerda a um jornal estadunidense, o *L. A. Times*, criticando duramente o governo de João Goulart. Retirou-a depois, pois não havia situação grave para tal pedido, mas o governo ficou mais desmoralizado ainda. A situação que se seguiu, segundo Vainfas *et al.* (2016), com os debates, acusações de golpismo, insultos contra o presidente, acentuou o isolamento e o enfraquecimento político de João Goulart.

Na tentativa de sustar o processo de radicalização política, Jango, com o apoio dos ministros militares, pediu a decretação do estado de sítio ao Congresso. Com a medida, as garantias constitucionais dos cidadãos ficariam suspensas. Os parlamentares – inclusive do PTB – não aceitaram. A partir daí, Goulart ficou isolado politicamente. (VAINFAS ET AL., 2016, p. 213)

Como a campanha de desestabilização não funcionou como deveria, mediante ao forte financiamento dos Estados Unidos, o presidente Kennedy, então, em 1963, deu instruções sobre um plano de contingência que deveria encontrar alternativas para a crise brasileira (crise provavelmente das reformas de base) para que os interesses dos Estados Unidos fossem defendidos e preservados.

Após a vitória de Goulart no plebiscito de 1963, as inquietações do governo norte-americano cresceram. Preocupado com a evolução dos acontecimentos no Brasil, onde se vivia uma exacerbação política, com muitas manifestações sociais, greves e mobilização da esquerda, Kennedy determinou algo que era e é corriqueiro em diversos governos e empresas: a elaboração de um ‘plano de contingência’, isto é, um estudo que trabalhasse com cenários para possíveis desdobramentos da crise brasileira e apresentasse alternativas de ação para que o governo dos EUA defendesse seus interesses. (FICO, 2014, p. 76)

Carlos Fico (2014) afirma que, naquela época, a sociedade, em geral, não valorizava o sistema democrático, pois defendiam e clamavam pela intervenção militar.

Refiro-me à crença, largamente difundida na sociedade de então, de que era admissível uma intervenção violenta, arbitrária, para ‘pôr ordem na casa’. É esse desapreço pela democracia que explica o apoio de tantos setores da sociedade ao golpe de 1964. Creio que esse é o ponto mais importante para retermos quando consideramos os episódios daquele ano. O apoio ou a tranquila aquiescência de tantos em relação ao golpe. Quando não distinguimos as duas coisas, vendo o golpe apenas como o evento inaugurador da ditadura, abrimos caminho para as leituras vitimizadoras, segundo as quais a sociedade – supostamente democrática – teria sido vítima de militares sádicos e desarvorados. Isso certamente não é correto. (FICO, 2014, p. 120-121)

Cada setor de oposição tomou atitudes que instigou o golpismo. Cada um desempenhou um papel, que culminou com a tomada do poder pelos militares, os quais se sentiram encorajados e apoiados para derrubar Jango, dizendo estarem defendendo a democracia. Mas o que aconteceu, como que esse movimento aparentemente democrático se transformou numa ditadura, o que a determinou?

2.4 MILITARES

O início do governo de João Goulart foi um dos mais controversos da história brasileira. Após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, o direito por lei era de que o vice assumisse a presidência, porém, o que se seguiu foi uma negociação intensa para que fosse cumprida a Constituição Federal. Iniciou-se uma queda de braço entre o movimento legalista e os militares que se colocaram contra a posse de Jango.

A rejeição à Jango pelas forças armadas, vinha da ideia de que ele tinha tendências esquerdistas. Os militares eram extremamente conservadores, capitalistas e contrários aos ideais socialistas. Em suas reformas, Jango era extremamente populista, com muito apelo social e tinha o intuito de diminuir a pobreza e as desigualdades. Os militares se alinhavam ao lado dos Estados Unidos, que lideravam o bloco capitalista no contexto da Guerra Fria. Os militares brasileiros não gostavam de João Goulart desde 1953, quando ele fora Ministro do Trabalho de Vargas, e concedeu um aumento de 100% ao salário mínimo. Naquela oportunidade, os oficiais redigiram um documento pedindo a demissão de Goulart. Foi assim que Jango ganhou um lugar de honra na galeria dos inimigos da direita. Posição que somente perdia para o próprio Vargas, e o comunismo.

Os militares brasileiros se identificavam com grupos pró-capitalistas e vinham de certa forma numa tradição golpista, ao longo da história republicana brasileira. Foi assim em 1889, 1930, 1945, 1954 e, finalmente, em 1964, quando conseguiram se impor no poder com apoio dos Estados Unidos e parte da sociedade civil, políticos, empresários, Igreja Católica. O historiador Carlos Fico (2014) fala sobre a tradição golpista dos militares.

O anticomunismo das Forças Armadas e outros setores da sociedade brasileira inseriam-se no contexto da chamada ‘Guerra Fria’, mas vinha de muito antes, pelo menos desde 1935, em função da fracassada tentativa de tomada de poder que ficaria conhecida como ‘Intentona Comunista’ [...] O importante a destacar é que, a partir daí, houve grande repressão contra os comunistas e a “Intentona” tornou-se símbolo do anticomunismo. (FICO, 2014, p. 24)

Segundo Fico (2014), os militares, nas ocasiões e contextos anteriores, tomavam o poder, arrumavam a casa e devolviam o poder aos civis. Qual foi a lógica que mudou em 1964? Quando sucessivos generais se tornaram presidentes, impondo uma ditadura a sociedade?

Segundo Motta (2000), as ideias comunistas no Brasil eram vistas como uma planta exótica, que não daria certo aqui, porém, se fosse totalmente verdade, não existiriam motivos para temeridades. Em 1935, já haviam fixado um conjunto de representações anticomunistas no Brasil, através da Ação Integralista Brasileira. Mas foi devido a Intentona Comunista, neste

mesmo ano, que se tornou, a partir dela, a maior responsável pela disseminação do anticomunismo na sociedade brasileira. Criaram-se as bases da forte tradição das décadas seguintes.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a bipolarização entre países capitalistas e comunistas, e os Estados Unidos passando a coordenar campanhas pelo mundo, aumentam as representações no imaginário do povo contra o comunismo. Ao longo da história do Brasil, o anticomunismo foi usado como justificativa e convicção de convencimento da sociedade, ou parte dela, de atitudes repressivas contra a esquerda, que catalisaria toda a repulsa da “doutrina maldita”.

Por outro lado, surgiram elaborações originais, relacionadas às singularidades da dinâmica política brasileira. É o caso do imaginário construído em torno do levante de 1935, a “Intentona Comunista”, que forneceu boa parte do arsenal propagandístico usado pelos anticomunistas do Brasil. A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistêmica. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo (MOTTA, 2000, p. 18).

A alta cúpula dos militares era anticomunista, e teve suas raízes no governo de Getúlio Vargas, nos anos 30, quando foi desencadeada a única tentativa de tomada do poder pelos comunistas. O movimento que queria derrubar o governo de Vargas, mas o governo logo debelou a rebelião. Carlos Fico (2014) afirma que, foi a partir daí que os militares fizeram do comunismo um importante inimigo, que deveria ser combatido. O general Olímpio Mourão, que iniciou o movimento golpista em 64, foi o autor do Plano Cohen, um pseudo-plano comunista forjado para Vargas em 1937, se perpetuar no poder.

Esse fato deu ao presidente o pretexto necessário para decretar o Estado de Sítio, o que levou à implantação do famigerado ESTADO NOVO, criando assim a Ditadura Varguista, que perdurou até 1945, quando foi derrubada pelos militares que voltaram dos campos de batalha da II Guerra Mundial, na Europa, onde lutaram ao lado das forças democráticas, no combate à tirania e ao totalitarismo, que se instalaram no velho continente. Nessa época, Mourão já era militar, mas ainda não era general; atuava em áreas obscuras, como as farsas governamentais.

Outro fato que contribuiu para disseminar o anticomunismo entre os militares brasileiros, foi o contexto da Guerra Fria, (que alimentava o medo do comunismo), e que também forçava a definição de uma posição das nações ao redor do mundo, a favor ou contra EUA ou URSS, já no final dos anos 50, principalmente, após a tomada de Cuba por Fidel, em 1959. O contato e a

proximidade dos oficiais brasileiros, com o alto comando norte-americano, pendeu a balança em favor de Washington.

Segundo Carlos Fico, em seu livro *Além do Golpe* (2014), existia no Brasil, até 1964, um padrão de relacionamento entre civis e militares, caracterizável como “moderador”. A lógica seria que, nas crises políticas, os militares entrassem em cena, destituíssem o mau governo, arrumassem a casa, colocassem o país no eixo. Organizassem as instituições, para continuarem seu caminho democraticamente. Qual foi a lógica de 1964 que mudou esse padrão? O autor ressalta que, a justificativa de mudança do padrão estava no impasse político, que se encontrava o governo e a quebra de hierarquia, demonstrando toda a inabilidade política de Jango, sendo incapaz de resolver os problemas envolvendo seu mandato.

A singularidade crise de 1964 estaria precisamente na capacidade que teve de transformar tal ‘padrão’, pois, além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também se sentiram diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e da hierarquia, suposto passo inicial para dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-los mais. Além disso, critérios políticos para promoções no Exército sugeriam aos militares que Goulart teria a intenção de constituir, para fins golpistas, uma força militar que lhe fosse leal (falava-se em “Generais do Povo” e ecoavam boatos sobre “Exércitos Populares”, que não eram desmentidos pelo apoio de Goulart aos cabos, sargentos e suboficiais). (FICO, 2014, p. 31)

A Escola Superior de Guerra³ desempenhou um papel importante no cenário da crise. Foi esse órgão que deu sustentação aos militares nesse momento, tornando-os capazes, ou pelo menos pensavam que estavam aptos, para assumirem o governo e governarem. Os militares estavam cansados de serem usados para arrumar a casa e devolvê-la aos civis, que se mostravam incapazes de resolver os problemas do País. Temos que considerar ainda, o nível elevado dos quadros que compunham as Forças Armadas, e que frequentavam a ESG, os quais se achavam prontos para ocupar o poder, salvar o país dos comunistas e, efetivamente, comandar o Brasil. Mesmo que isso, não deixe clara a motivação da mudança de padrão, oferece-nos um panorama de parte da questão, para refletirmos e avançarmos em pesquisas que podem dar conta de uma explicação mais completa.

³ A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949, com assistência de consultores franceses e norte-americanos, para treinar ‘pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional’. Seu papel foi ampliado no mesmo ano, passando a incluir o desenvolvimento de um ‘método de análise e interpretação de fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico’. O desenvolvimento de teorias da guerra fria resultou em ênfase para a interpretação de fatores políticos, econômicos, filosóficos e militares na formulação da política de segurança nacional, passando-se a dar crescente prioridade ao adestramento em teoria do desenvolvimento.

Rodrigo Patto Sá Motta (2000) ressalta que o anticomunismo no Brasil, foi marcado desde sua origem, pela influência estrangeira. Os Estados Unidos, a partir da década de 1950, vai concentrar esforços em setores tradicionalmente anticomunistas, como as forças armadas, religiosos e políticos conservadores. Foram esses setores que, em 1953 e 1964, se tornariam líderes do movimento, que o Brasil corria um sério risco de “comunização” no governo de João Goulart, com a campanha de desestabilização e golpista.

Também podemos enquadrar neste gênero de manipulação a prática de utilizar o rótulo comunista com “liberdade”, aplicando-o a todos os indivíduos com inclinações esquerdistas. Durante décadas esta manobra foi comum no Brasil, a tática de nomear como comunistas os anarquistas, os socialistas moderados, os trabalhistas, os nacionalistas radicais, os populistas de esquerda, a esquerda católica e, em determinadas conjunturas, até mesmo os liberais avançados. A aplicação indiscriminada da expressão comunista aos indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda, praticada de maneira mais frequente pelos anticomunistas conservadores e reacionários tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social [...] alcançava-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformadoras. Amedrontada pelas sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo parte da população tendia a encarar com reserva o discurso progressista (MOTTA, 2000, p. 205).

Dessa forma, a oposição entre comunismo e democracia, foi usada para que os anticomunistas se autodeclarassem democratas e defensores da democracia, que era uma vaga ideia no Brasil, como afirma Rodrigo Patto Sá Motta (2000):

No discurso na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo. Aliás, a falta de compromisso da frente anticomunista com a democracia efetiva, ficou patente nas características adotadas pelo regime político derivado do movimento de 1964[...] Muitos se sentiram traídos e ficaram decepcionados com o rumo autoritário tomado após a derrubada de Jango. Por outro lado, alguns setores consideravam “democracia” mero sinônimo de regime da livre-iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava para segundo plano, a partir do suposto de que uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada (MOTTA, 2000, p. 306).

A parcela da sociedade que pediu, que praticamente exigiu a intervenção dos militares não conseguiu dar conta de compreender todo o contexto em que estavam inseridos. Foram muitas questões envolvidas. Mesmo assim, o general Castelo Branco afirmava no início de seu governo que iria devolver o poder aos civis até as eleições de 1965. Outra questão é: Quando o golpe Civil-Militar se transforma em uma ditadura essencialmente militar?

3. O GOLPE

No livro didático que utilizamos como ferramenta, para construirmos a memória dos estudantes, temos que buscar entendermos, qual ideologia está contida nas páginas que vamos apresentar aos nossos alunos. Por isso, devemos nos preocupar e preparar melhor essa geração para interpretar os fatos de forma ampla, clara e precisa.

Boulos (2018) em sua obra demonstra que as motivações para o golpe, de forma simplista, que serviram de justificativas, não são totalmente convincentes. Os fatores são apresentados, contudo o autor não problematiza o acontecimento para reflexão, usando o pretexto da maioria dos militares, quererem afastar a ameaça comunista do Brasil e restabelecer a hierarquia e a ordem. Enfatiza que as perseguições, se iniciaram logo após o golpe, como prisões de estudantes, jornalistas e políticos que apoavam Jango. Assim, Napolitano complementa, ilustrando o fato.

Quando se fala em golpe militar, a imagem da rebelião dos quartéis tende a se impor na imaginação do leitor: movimentação de tropas, cerco da sede do poder constitucional, pronunciamentos raivosos das lideranças militares carrancudas, deposição forçada do presidente eleito, coerção das forças civis que resistem aos golpistas. Obviamente, nosso golpe teve tudo isso e mais um pouco. Mas é este “pouco” a mais que faz toda a diferença, transformando o golpe de 1964 em uma complexa trama de engenharia política. (NAPOLITANO, 2014, p. 43)

O contexto do golpe é muito dinâmico, para valorizarmos apenas alguns aspectos em detrimento de outros. Os livros didáticos, por condensarem o conteúdo/tema, não dão conta de explicar todos os fatores que compõem o cenário e os diversos atores, cenas e motivações que houve naqueles anos de 1963, ao início de 1964, acerca do golpe.

Muitas ideias estavam sendo gestadas há anos, como a campanha de desestabilização do governo João Goulart, promovida por setores conservadores de empresários e políticos representados pelo IPES e IBAP, financiados pelos Estados Unidos desde 1962.

Uma das questões levada mais a sério, na oposição a Jango, era a possibilidade de o presidente mexer na Constituição, para mudar uma cláusula, e realizar a reforma agrária. Temerosos, a oposição acreditava que o presidente poderia aproveitar e fazer uma mudança profunda na Carta Magna, como estender seu mandato. Eram hipóteses que se combinavam com outras, que criaram um clima de polarização política enorme no Brasil.

A manipulação da direita conservadora ocorreu de forma indiscriminada, com total auxílio dos Estados Unidos, principalmente financeiro e ideológico, junto à imprensa, que passava para a população a versão de que havia o risco iminente, de uma revolução comunista.

Foi apresentado um quadro bem mais dramático à sociedade, para facilitar a mobilização na visão de Motta.

Para compreender a radicalização política da época é preciso ressaltar o ambiente de “guerra fria”, típico do período. Havia a sensação de que os soviéticos fomentavam revoluções por toda parte e o exemplo cubano está muito próximo, como a mostrar que a progressão do comunismo em direção do Brasil já ia adiantada. Nessas condições, fica mais fácil entender por que emergiu a grande onda anticomunista de 1964. O golpe de 31 de março, não há dúvida, foi um dos episódios mais importantes da “guerra fria” na América Latina. Neste sentido, há que se ressaltar a influência dos norte-americanos no desenrolar da crise (MOTTA, 2000, p. 340).

Mesmo que muitos historiadores digam que não havia organização, falta de sintonia entre as forças armadas, ou os diversos atores do golpe não sabiam exatamente a hora de agir, temos que concordar: as forças golpistas poderiam não estar totalmente coesas, mas estavam dispostas e aguardando apenas, um primeiro movimento de qualquer lado, para colocarem a trama em andamento. Inclusive, contando com a falta de reação do governo, cooptando até forças próximas a Jango, deixando-o totalmente isolado.

O golpe, porém, dependia de iniciativa propriamente militar, e as evidências de que dispomos apontam certa tibieza da parte dos oficiais-generais de fato importantes, que esperavam uma iniciativa marcadamente ilegal de João Goulart para que fosse possível convencer comandantes de grandes unidades militares a marchar sobre o Rio de Janeiro e controlar Brasília. (FICO, 2014, p. 15)

Boulos (2018) defende a ideia de que, o golpe foi dado como uma reação ao comício da Central do Brasil, com a assinatura do decreto limitando a remessa de lucro ao exterior, e a desapropriação de refinarias, feitas por João Goulart no palanque. Isso teria sido a causa que inflamou os ânimos dos militares, e de parte da sociedade contra ele. Em relação ao golpe, o autor descreve como a gota d’água, o desentendimento entre os fuzileiros navais e alta cúpula da marinha. O posicionamento do Presidente a favor dos fuzileiros contribuiu para que os militares iniciassem o golpe. Para ilustrar o texto, foi usada uma fotografia de João Goulart e o senador Auro de Moura Andrade na cerimônia de posse em Brasília, em 1961, o mesmo material que confirmou a vacância da presidência da República. Assim, é encerrado o capítulo 12, com texto de apoio, sites para aprofundar o conteúdo.

A obra de Boulos (2018) é escassa em detalhes sobre o golpe, e toda movimentação em torno da derrubada de João Goulart da presidência, se fixou em apenas dois argumentos, parecendo que não houve todo aparato militar, com movimentação de tropas. O autor deixa a desejar, sobre esse dia crucial para a história do Brasil, como se tivesse sido um golpe de gabinete.

O autor Ronaldo Vainfas *et al.* (2016), já é mais afiado na escrita e interpretação dos fatos. Começa seu texto com o título “O golpe de 1964”, contextualizando os diversos atores que conspiravam para o evento, em 31 de março de 1964. Os jornais que exigiam a deposição de João Goulart. Ainda mostra o presidente do Congresso apelando para as forças armadas tomarem o poder, além de evidenciar o deslocamento de tropas de Minas Gerais, para o Estado da Guanabara (cidade do Rio de Janeiro), e a reação do presidente, com a informação da movimentação de tropas, que nada quis fazer, pois também fora informado do apoio dos Estados Unidos, à conspiração contra ele. O autor coloca em destaque, alguns detalhes da *Operação Brother Sam*⁴ acerca da participação estadunidense, mesmo que indireta, no golpe de 1964 contra o presidente João Goulart. No livro do historiador Carlos Fico, *Além do Golpe*, ele lembra que:

Nos últimos dias de março intensificaram-se as atividades conspiratórias, envolvendo oficiais-generais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários. Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilização do governo João Goulart, sobretudo através de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelo Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e pelo Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista. (FICO, 2014, p. 15)

João Goulart pouco fez contra o movimento golpista, que queria tirá-lo da presidência, para evitar uma guerra civil, se resignou. Ainda são citadas algumas situações, no mínimo, curiosas: o presidente do Congresso Auro Moura declara vago o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, com o presidente João Goulart ainda em solo brasileiro; outro ponto destacado foi que os principais líderes políticos do golpe, como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Ademar de Barros para citar alguns e que se colocavam como possíveis candidatos à presidência em 1965, além do que o movimento golpista era desorganizado e não possuía um plano de governo, “diziam apenas que iriam livrar o país dos comunistas”.

Por telefone, Jango tentou convencer os generais do Exército a manterem-se fiéis ao governo, mas não conseguiu. Estava em andamento uma ação conjunta das Forças Armadas, com o apoio dos governadores de estados (em especial São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Rio Grande do Sul), do presidente do Congresso Nacional, de políticos da oposição, de diversos meios de comunicação, de vários setores da sociedade e do governo dos EUA. (VAINFAS ET AL., 2016 p. 216)

⁴ A Operação Brother Sam foi a culminância dessa postura intervencionista. O governo norte-americano enviou às costas brasileiras uma força-tarefa naval com um porta-aviões, um porta-helicópteros, seis contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados), 100 toneladas de armas e quatro navios-petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas. A ideia era apoiar o governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, onde o golpe de 1964 começou, com o qual os Estados Unidos haviam combinado a estratégia da declaração de um governo alternativo, plano que foi rascunhado ainda em 1963. Havia a previsão de desembarque de tropas, de armas, e os generais brasileiros estavam informados de tudo isso. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=1391.2.2> – Acesso em 26 de abr. de 2021.

A grande questão é: como logo conseguiram transformar o improviso em um governo organizado e que duraria tantos anos?

Fico (2014) relata alguns acontecimentos que teriam influenciado a implantação da ditadura militar. Algo a se considerar, era a figura do Marechal Castelo Branco, um homem moderado e legalista, mas que conspirou abertamente contra João Goulart. Foi empossado presidente no dia 15 de abril de 1964, e seu governo não mostrou ser nem moderado, ou legalista. Os militares foram instados a tomar o poder, e discursavam sobre como defendiam a democracia, e a Constituição contra o comunismo. Reproduziram essa falácia, durante todo o governo de Castelo Branco, tentando dar um ar de legalidade, mas, na verdade, nele se inaugurou a ditadura no Brasil. Desde o início na teoria, abusavam de termos que refletiam liberdade, direitos, mas, na prática, o autoritarismo foi adotado nas diversas ações que realizaram. Mesmo que Castelo fosse comumente lembrado como um homem moderado e legalista, é preciso notar que seu governo não expressou nem uma coisa, nem outra. Ele não se manteve na esfera da legalidade e foi incapaz de frear o ímpeto punitivo dos militares mais duros (FICO, 2014).

Segundo Carlos Fico (2014), as instituições democráticas, foram sendo vilipendiadas com atos arbitrários, decretos que iam contra os direitos invioláveis do ser humano, assim como as perseguições, os IPMs, e, quando o Marechal Castelo Branco aceitou e estendeu seu mandato até 1967, rompendo com o calendário eleitoral que teria eleições diretas para presidente em 1965, frustrando os planos de vários políticos que apoiaram o golpe, pensando que seriam candidatos à presidência. Foi assim que, Castelo continuou avançando em direção à ditadura militar, que ele inaugurou.

O ponto crucial para permanência dos militares na presidência, talvez tenha sido as eleições para governador, em 1965, sendo que somente para presidente da República não haveria votação. Neste ano houve eleições para alguns estados, entre eles Minas Gerais e a Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, e saíram vitoriosos candidatos que eram considerados inimigos da revolução, deixando os militares mais radicais em pânico, instalando uma crise político-militar. Foi a partir daí, que o ministro da guerra e defensor da “revolução”, do golpe, o general Costa e Silva, assume a liderança do grupo militar mais radical, a chamada “linha dura”, exigindo que os eleitos não tomassem posse. Os militares no poder perceberam que a oposição, os comunistas, ainda eram fortes. E, para defenderem a “revolução”, mandaram a democracia, ou os resquícios que dela, às favas, implantando a ditadura no Brasil. Para Carlos Fico essa foi a transição para a ditadura.

Eles não admitiam a eleição dos candidatos que a ‘revolução’ deveria ter punido, ‘inimigos do regime’. [...] A linha dura exigia que os eleitos não tomassem posse; Castelo insistia em manter seu perfil de legalista. Foi a partir dessa crise que Castelo Branco, para não ser derrubado pela linha dura, assinou o AI-2, que reabriu a temporada de punições, como era o desejo dos radicais. A eleição dos governadores oposicionistas foi usada como pretexto. (FICO, 2014, p. 118).

Como disse Carlos Fico (2014), o golpe não pressupôs uma ditadura. Ele se refere ao fato de que o golpe recebeu grande apoio de parte da sociedade, a qual pedia a intervenção militar tradicional, e que seria rápida. O que os civis não imaginavam, é que essa interferência não seria tão curta. Esse grupo não apoiaria uma ditadura prolongada, como se tornou o caso brasileiro. Os militares, inicialmente, não demonstraram intenções de ficar no poder. Foram criando subterfúgios para se manterem no comando.

Os defensores do golpe logo se viram imersos em arbitrariedades autoritárias dos companheiros de outrora. Não demorou a perceberem, que os militares tinham abandonado os ideais democráticos, para se perpetuarem no poder. Carlos Fico (2014) não responde claramente, com argumentos seguros de como o golpe civil-militar, dado para salvar a democracia do comunismo, transforma-se numa ditadura militar. O Autor afirma que, naquela época, a sociedade em geral, não valorizava o sistema democrático, pois defendiam e clamavam pela intervenção militar.

Quando sustento que o golpe civil-militar não pressupunha a ditadura militar, não pretendo atenuar sua dimensão negativa, ao contrário: minha intenção é justamente apontar o fracasso de muitos que o deflagraram. Civis como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda pretendiam apenas mais uma intervenção ‘moderadora’ dos militares. (FICO, 2014, p. 120)

3.1 GOLPE MILITAR OU CIVIL-MILITAR

O Ensino de História tem uma importância fundamental na formação dos indivíduos em sociedade, na construção de sua identidade. Contribuindo para a reflexão sobre nossas relações com os demais, nossas atitudes e noções para interagirmos com o meio. Para isso, temos que dar sentido e significado para o conhecimento histórico, que deve ser revisitado pelos historiadores, quando temos disponíveis novas fontes históricas. Assim, a possibilidade de acessar novas informações, abre espaço para confronto de ideias, e consequentemente, de transformações na relação que possuímos com o passado e de concepções históricas ultrapassadas.

Estamos falando de um período da história recente de nosso País, o golpe de 1964. Compreender a história, não é tarefa fácil, mas é uma necessidade que temos atualmente. É importante termos em mente, que a construção da História não deve partir de evidências

duvidosas, de especulações, sendo que sua reconstrução tem a responsabilidade de ser realizada em bases sólidas: as fontes históricas.

A Ditadura Militar no Brasil é um assunto muito controverso, que traz à tona preocupações entre as quais: como tratar a documentação, as informações que estavam protegidas por lei para o acesso à população e que agora estão sendo abertas para as pesquisas, trazendo à luz novas interpretações daquele período que estava submerso na história de nosso país e ainda está latente na memória nacional. Os novos enfoques, debates, pesquisas recentes que vêm sendo construídos, novos discursos concebidos nos últimos anos, estão sendo inseridos nos livros didáticos. Novas abordagens sobre a ditadura militar, conceitos antes refutados, agora são validados, devido as fontes disponíveis que aparecem com notoriedade entre os historiadores. A abertura dos arquivos da ditadura abriu muitas possibilidades de pesquisas, como a participação dos Estados Unidos no planejamento, influenciando os empresários, parte da população contra João Goulart, em uma preparação para o golpe.

Atualmente na historiografia brasileira, existe uma discussão que nos leva a ampliar o debate sobre temas relevantes da Ditadura Militar (1964 a 1985), entre os quais a essência do golpe. Assim, os historiadores Carlos Fico e Marcos Napolitano, procuram observar se o golpe foi puramente militar, ou civil-militar. Essa teoria nos leva alguns desdobramentos, que não eram considerados anteriormente, como o apoio e participação direta de parte da sociedade, no planejamento e auxílio ao golpe. Ela foi crucial, para a tomada do poder pelos quartéis.

As análises mostram com mais clareza, trazendo à cena grupos sociais que pediram e apoiaram o golpe dado pelos militares. Tal interpretação, é recente na historiografia, que há pouco tempo atrás a participação de civis não era citada. O apoio de uma parcela da sociedade civil era motivado pela temeridade das reformas sociais que estavam em curso pelo presidente João Goulart. O comunismo era outro fantasma que assombrava esses indivíduos.

Carlos Fico (2014) é um dos pesquisadores sobre a Ditadura Militar, autor de vários livros, que abordam diversos aspectos do período, baseados nos documentos do Arquivo Público aberto recentemente. Neste sentido, o autor afirma que: “é preciso ter em mente que o golpe não foi uma iniciativa de militares desarvorados que decidiram do nada, investir contra o regime constitucional e o presidente legítimo do Brasil. Houve apoio da sociedade”. Para ele, é complexo estudar o fenômeno histórico, sendo que não há fatos simples. Sob o ponto de vista do autor, a interpretação do passado nem sempre é confortável, como os grupos que apoiou o golpe civil-militar em 1964, como a imprensa, Igreja Católica e parcela da classe média e alta. Para o autor o entendimento histórico não pode ser definitivo, mas ele que nos leva refletir.

Os estudiosos do golpe de 1964 e do período histórico que se seguiu têm insistido em um ponto: não deveríamos usar as expressões ‘golpe militar’ e “ditadura militar”, pois seriam mais corretas as designações golpe e ditadura “civil-militar”. (FICO, 2014, p.9)

Porém, Carlos Fico (2014) defende que apenas o golpe foi civil-militar, no regime que se seguiu não houve protagonismos civis, sendo colocados não militares no novo governo apenas em cargos técnicos, sem grandes poderes. Assim ele define:

é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América [...] Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar. [...] admito como correta a expressão ‘golpe civil-militar’, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar. (FICO, 2014, p. 9-10)

Marcos Napolitano (2014), também é um historiador estudioso do Regime Militar brasileiro, que defende a ideia, de que o golpe de Estado de 1964, foi civil-militar. Ele acredita que o ofício do historiador não é ser juiz, deve compreender, criticar, apontar contradições, a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes.

Podemos perceber, que Napolitano (2014) ressalta o uso de documentos para sua pesquisa, e o distanciamento que o historiador deve ter para dar credibilidade à sua pesquisa. Carlos Fico (2014), também concorda com Napolitano (2014), na busca de fontes que podem elucidar aspectos do período do golpe, para compreendermos nuances que ainda necessitam que sejam melhores explicadas. Esse ponto mostra a preocupação dos autores, na procura de novas interpretações sobre a Ditadura Militar no Brasil. A discussão abre caminhos para o trabalho da historiografia, que almeja novos arcabouços, para o estudo da época recente da história do Brasil. O período ainda está cheio de controvérsias, que deixam margens a interpretações duvidosas, que querem negar muitos fatos da ditadura brasileira, até mesmo se ela existiu. A questão da memória é fundamental para rebater essa tese negacionista.

Conforme Napolitano (2014) a escrita da história que se construiu após o fim da ditadura, foi legada aos considerados perdedores do embate entre a ditadura e quem se impôs em uma luta contra os militares. Coube aos vencidos à escrita da história. Muitos defendem essa ideia, mas ainda não deram conta de que para reescrevê-la, em todos seus aspectos faltam muitos esclarecimentos. Existe muito ainda para explicar desse obscurantismo, que encobre a Ditadura Militar no Brasil. Mesmo com abertura de arquivos, antes proibidos por lei, dos quais muitos foram perdidos, queimados, deixando inúmeras perguntas ainda sem respostas.

Assim Napolitano (2014) demonstrou como o Brasil era um país profundamente conservador e excludente, liderado por uma elite liberal oligárquica, avesso a maior participação política da população excluída, inserido no contexto mundial da Guerra Fria, inibia qualquer tipo de reforma social que poderia ser traduzida como comunista. Muitos dos grupos sociais, que estava sob o espectro da esquerda eram simpáticos às reformas propostas por Jango, existiam algumas divergências entre as lideranças do próprio PCB, em apoiar o governo.

Esses podem ter sido os ingredientes que a conjuntura transformou em um golpe de Estado, insuflado pelos EUA, através de sua influência nas forças armadas brasileira, e em outros setores da sociedade, com financiamentos que compôs a fórmula golpista. Essa parcela da sociedade, que não apoiava as reformas de base, mesmo que as reivindicações fossem justas, entre elas estava a ampliação do direito de voto aos analfabetos, que transformaria essa massa em legítimos eleitores brasileiros. Alguns concordavam com a reforma agrária, mas não do jeito que o governo queria realizar. Na verdade, essa parcela da sociedade conservadora, queria a manutenção de seus privilégios, e da hierarquia social, pois tinham medo de perder seu *status quo*. O autor demonstra as motivações que a elite tinha para defender tal ato:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalização civil-militar, conservadora e antirreformista [...] O golpe foi resultado de uma profunda divisão da sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país. (NAPOLITANO, 2014, p.12)

Carlos Fico (2014) afirma que, essas motivações estavam baseadas em uma teoria, que ele chama de “moderada” que foi sendo superada pelo longo governo dos militares. Nela, grande parte da sociedade brasileira, possuía a crença de que as Forças Armadas no Brasil, quando necessário, retiravam o que eles consideravam um mal governante do poder, arrumavam a casa, e devolviam a direção do país para os civis. Temos vários exemplos históricos no Brasil, para ilustrar o fato.

Em 1930, os militares tomaram o poder e entregaram para Getúlio Vargas; depois em 1946, com o general Eurico Gaspar Dutra, à frente do movimento militar, derruba a ditadura do Estado Novo, e é eleito presidente pelo voto direto. E nos anos de 1950, as Forças Armadas se colocaram como guardiãs da Constituição, na figura do general Henrique Teixeira Lott, assegurou a posse do então eleito presidente Juscelino Kubistchek (1956), contra algumas correntes militares e civis, que defendiam um golpe, já naquela época. E outros dois levantes militares, no governo de JK, até a eleição de Jânio Quadros em 1960.

Muitos acreditaram que em 1964 essa lógica se repetiria que os militares tirariam o presidente João Goulart do poder, e em curto espaço de tempo, devolveriam o mando para o

controle da sociedade civil. Eles admitiam uma intervenção militar para “pôr ordem na casa”. Para Fico (2014), isso demonstra total desapreço da sociedade da época pela democracia, explicando por que tantos apoiaram o golpe de 1964. Outra questão levantada pelo autor é baseada em pesquisas das vésperas do golpe pelo IBOPE, que apontava João Goulart com razoável aprovação popular. O presidente tinha chances de ser reeleito em 1965, mesmo que isso não fosse possível pela legislação eleitoral da época. Isso mostra que muitos políticos concorrentes de Jango apoiaram os militares porque queriam ele fora do pleito eleitoral. Foi uma grande ilusão que os coautores do golpe viveram. Foi necessário enxergarem a dura realidade de um regime autoritário que se impôs rapidamente e que suplantou o devaneio de muitos políticos, da imprensa e da classe média. O governo posterior foi eminentemente militar. Napolitano amplia sua tese:

Entretanto, não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma ‘ditadura civil-militar’ ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder. (NAPOLITANO, 2014, p. 13).

Vejamos o caso de Pedro Aleixo, segundo Napolitano (2014) o vice-presidente do general-presidente Costa e Silva, que foi impedido de assumir a Presidência do Brasil, devido ao AVC sofrido em 1969. Essa é uma demonstração inequívoca de que a ditadura era de fato militar, e não permitia de forma alguma que civis ocupassem o cargo máximo da República, rasgando a Constituição redigida pelos próprios militares quando foi conveniente em 1967.

Os historiadores Carlos Fico (2014) e Marcos Napolitano (2014), estão buscando reconfigurar aspectos do golpe, pré-golpe e da ditadura militar, que antes eram relegados a segundo plano, ou deixados de lado, devido a algum tipo de interesse que valorizava um discurso sem aprofundar a pesquisa. A partir da abertura dos novos documentos, e também de arquivos pessoais, que foram doados após a morte de personagens proeminentes da ditadura, é que podemos ter uma compreensão mais otimizada desse período recente da história brasileira, que ainda tem muitas perguntas para serem respondidas.

Estas novas possibilidades, abrem para debates da época, que ainda traz em sua essência temas espinhosos, cheios de controvérsias, com muitas pontas para discussão. É o momento de conhecermos, e refletirmos mais profundamente sobre esse período da história do Brasil, importante para a população que viveu, e para os que nasceram depois, construírem uma memória positiva ou apaziguadora desse passado.

Ambos os historiadores, Fico (2014) e Napolitano (2014) convergem suas ideias sob a mesma tese, de que o golpe foi civil-militar, porém, a ditadura que seguiu, foi estritamente militar. Esse debate da historiografia brasileira, sobre a essência do golpe militar em 1964, assim como sobre a ditadura, é uma das preocupações atuais, e ainda paira o silêncio sobre muitos aspectos. Temos o interesse de saber como esse tema é apresentado aos estudantes, do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, tendo como ferramenta fundamental, o livro didático público de Alfredo Boulos Junior, do 9º ano, e Ronaldo Vainfas *et al.*, (2016), para demonstrarmos como os autores supra citados abordam a questão.

Para contrapor e mediar nossa discussão, é importante utilizarmos historiadores que possuem pesquisas destacadas sobre o período, que podem abrir um leque para novas interpretações, e que nos apontem ideias consistentes, para sustentarmos a escrita de nosso debate, utilizaremos obras de Fico (2014) e Napolitano (2014).

O livro didático público de Alfredo Boulos, chama a atenção por apresentar os conteúdos, mesmo que de forma tradicional, busca estarem alinhados aos pressupostos da BNCC⁵. Contudo, na abertura do capítulo 13, na página 195, que trata sobre a ditadura, o autor coloca como destaque as “Ditaduras na América Latina”, com uma imagem para ilustrar o início do conteúdo, que pode ser vista, sob uma perspectiva positiva da ditadura no Brasil, “ideia de modernidade e progresso nesse período”. Posteriormente, ele aborda o tema sobre o golpe, e a ditadura no Brasil, afirmando que houve a participação de civis no movimento golpista, explicando a aliança entre a elite, e os militares para derrubar João Goulart.

A imagem que abre o capítulo, nos leva a refletir sobre abordagem que Boulos dá a ditadura militar no Brasil, em contraposição aos outros países da América Latina, que também passaram por governos autoritários, ilustrando o início do conteúdo. Em momento algum, chama o período que seguiu de ditadura, somente no título, e em uma breve introdução, que se refere aos três países da América Latina, Brasil, Argentina e Chile. Nas próximas páginas, entre 196 a 208, não menciona a palavra ditadura, quando se refere aos governos brasileiros de 1964 a 1985,

⁵ Habilidades da BNCC, citadas a seguir:

- (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.
- (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.
- (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.
- (EF09HI29) Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras.
- (EF09HI30) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino--americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos.

é regime militar. O que chamou a atenção foi na abordagem das outras ditaduras da América Latina, que usa o tema “ditadura”.

Em contrapartida, relaciona o governo do general Augusto Pinochet à ditadura, e o chama de ditador, em referências das suas atitudes arbitrárias para manter-se no poder no Chile, a partir de 1973. Sobre a Argentina, o autor também usa o termo ditadura, para qualificar o período autoritário argentino. O que continua intrigante é a postura de Boulos nomeando apenas os outros países como ditadura. A análise é sobre o Brasil, os casos argentino e chileno, foram citados apenas como exemplo, para ilustrar essa preocupação acerca da abordagem do autor sobre o tema.

Já o livro do 3º ano do E.M. é mais claro e coerente, em sua abordagem sobre o conteúdo que traz a ditadura militar no Brasil. Já na abertura do capítulo 13, página 219, o autor é contundente ao ilustrar com a imagem do monumento “Tortura Nunca Mais”, em Recife-PE, como uma obra que remete à memória dos torturados, mortos e desaparecidos durante os governos militares autoritários no Brasil.

Ronaldo Vainfas *et al.* (2016) não economizou palavras, para referendar o período como ditadura, porém, não nomeia os militares como ditadores e sim como generais. Os relatos de Vainfas *et al.* (2016), condizem mais acertadamente com a historiografia atual, e trata com mais clareza o golpe como civil-militar, trazendo à cena grupos sociais que pediu e apoiou os militares, que há bem pouco tempo, não eram citados na história, a participação direta de civis. Eles foram cruciais para a efetiva tomada de poder pelos quartéis, os quais representavam os anseios de parcela da sociedade, temerosa das reformas que seriam implementadas pelo presidente Jango, considerado comunista, ideia criada pelos EUA para desestabilizar o governo, que não defendia os interesses desse país, e estimular o medo na população. Assim, os dois autores, Boulos (2014) e Vainfas *et al.* (2016), concordam que o golpe foi civil-militar, o que demonstra que estão em sintonia com a historiografia.

Nas duas obras, de Boulos (2014) e Vainfas *et al.* (2016), é citada a participação de civis no desencadeamento do golpe, como o governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e do presidente do Congresso Nacional, Auro Moura Andrade, lançando o manifesto contra João Goulart e invocando as Forças Armadas, para tomarem o poder. O primeiro, era aliado dos EUA e autorizou em Minas Gerais, o movimento das tropas do general Olímpio Mourão, em direção ao Rio de Janeiro; o segundo, além do manifesto, declarou vaga a presidência, dando posse ao presidente da Câmara dos deputados Ranieri Mazzilli de madrugada, com o Presidente João Goulart ainda em território nacional.

As obras didáticas analisadas mostram o golpe de forma pacífica, colocando o presidente como mero ator, levado pelos acontecimentos a uma resignação e conformidade, que deixou até a oposição atônita, com a falta de reação de um governo, que vinha travando uma luta com a oposição, para aprovar seus projetos sociais, e que possuía um grande apoio dos camponeses, operários e estudantes. Ele contava com apoio significativo dessa parcela da população, mas preferiu a aceitação. Boulos (2014) em sua análise sobre o golpe é bastante tradicional e mostra praticamente de forma inevitável, que seria o curso natural da política brasileira, diante da conjuntura mundial. Porém, o autor não menciona que essa efervescência social tinha como pano de fundo a Guerra Fria. E toda luta para transformação social, eram identificadas com a bandeira comunista, essas ideias traduzidas como esquerdistas, serviram de justificativa para o golpe, que iria restabelecer a hierarquia e a ordem no país.

Vainfas *et al.*(2016), já apresenta o golpe de forma mais sintonizada com as pesquisas historiográficas, dando suporte à sua obra, e assim conduz com mais detalhes o conteúdo, demonstrando que os episódios são controvertidos, porém, mostra de forma acessível aos estudantes, a importância do fato para a história brasileira. Ele consegue levar a percepção da tensão dos finais do governo de João Goulart, como o embate entre o Comício da Central do Brasil, e em reação, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O autor dar conta das principais causas da queda de Jango, que se insere, a Operação *Brother Sam*, conectando assim, os acontecimentos com a interferência do governo dos EUA, mas colabora com a tese da “história incruenta”, que Fico (2014) relata, sobre a teoria de que o golpe aconteceu de forma pacífica, já que o presidente não reagiu à movimentação da oposição golpista para sua deposição.

Carlos Fico (2014) em sua obra, “O golpe de 1964” defende o mito da história incruenta, para esclarecer alguns aspectos sobre o golpe. Esta teoria encobre uma versão apaziguadora do golpe, e da ditadura brasileira nos primeiros anos, que não teriam sido tão violentos, quanto nos vizinhos argentinos e chilenos. O golpe de 1964 não foi marcado pela banalidade. A tese de um golpe asséptico e banal relaciona-se à persistência da história e corrobora com a leitura segundo a qual nos primeiros anos do regime militar não teria havido tortura. (FICO, 2014, p. 59)

O mito da história incruenta embasa a teoria da “ditabrand”, importante ponto para debater sobre a violência, e o autoritarismo dos militares nos primeiros anos da ditadura. Devemos estar atentos, as diversas interpretações que surgem sobre o período. Como esse, que a ditadura no Brasil, foi menos agressiva que em outros países latino-americanos, que tiveram experiências autoritárias.

Fico (2014) relata a versão apaziguadora, de que o golpe aconteceu de forma pacífica, já que o presidente não reagiu à movimentação da oposição golpista para sua deposição. Depois, ele reafirma que esse ponto de vista é simplista, que houve violência e apoio no golpe. Os dias que se seguiram, foram de grandes manifestações em comemoração a vitória dos militares, os setores civis que apoiaram a deposição do Presidente, se regozijavam, a imprensa atacava Jango tentando justificar o ato autoritário. Em contrapartida, os poucos que reagiram, sofreram todo tipo de violações, como torturas e prisões. Enfim dizer que o golpe foi tranquilo, não condiz com a verdade.

O mito da história incruenta encobre a versão apaziguadora de que, no Brasil, o golpe de 1964 e a ditadura militar não foram tão violentos como, por exemplo, seus correlatos argentinos. Aqui teria havido uma “ditabrand” – alguns asseguram ingenuamente. [...] Essas versões simplistas dão conforto aos espíritos, mas devem ser repelidas porque não traduzem a verdade. Assim como o golpe foi violento, ele também contou com o apoio de parte da sociedade, como já disse. Essas duas questões se inter-relacionam: para os que apoiaram a derrubada de Goulart, deve ser tranquilizador supor que não houve violência. (FICO 2014, p. 60)

Esse detalhe, que grosso modo pode parecer irrelevante, nos remete à uma teoria que foi difundida em 2009, por um jornal de circulação nacional - Folha de S. Paulo.

Em 2009, a *Folha de S. Paulo* referiu-se aos quatro primeiros anos do regime militar como uma ‘ditabrand’ ou seja, uma ditadura não muito convicta da sua dureza. A opinião desse grande jornal paulistano, cioso da sua memória de resistência ao regime militar, provocou extrema polêmica sobre a natureza do regime autoritário instaurado pelo golpe de 1964. [...] Para resolver esta equação sem recair na memória construída tanto pelos liberais civis quanto pelos generais alinhados ao chamado ‘castelismo’ que gostam de afirmar o caráter reativo e brando do regime entre 1964 e 1968, é preciso refletir sobre os objetivos fundamentais do golpe de Estado e do regime que seguiu imediatamente a ele. (NAPOLITANO, 2014, p. 65)

Essa ideia, criada pelo jornal da “ditabrand”, tenta relativizar ou minimizar a ditadura entre a sociedade, e os militares no poder. É o que Boulos (2014) tenta fazer nas páginas de seu exemplar. A partir, desse artigo do jornal, muitos historiadores ficaram indignados com o desrespeito aos que sofreram com as torturas, perseguições, prisões e todo tipo de violações de direitos humanos. Foram publicadas cartas de repúdios, o debate se acirrou e foi criado o “mito da ditabrand”.

Em contrapartida, houve historiadores que tentaram defender tal interpretação, de forma precária, sem respaldo algum de fontes documentais, baseadas em especulações, como Marco Antonio Villa, que iniciou um revisionismo, tentando manipular algumas informações, e interpretando de forma deliberada, comparando inclusive, a ditadura brasileira com a Argentina e Chile, afirmando que, o período da ditadura no Brasil, foi menos violento que nos vizinhos

argentinos e chilenos, que as prisões, torturas, perseguições e mortes, em números foram muito maiores.

Em live organizada pela Folha de S. Paulo, sobre a ditadura militar no Brasil, provavelmente para reforçar seu compromisso com a democracia atual. Foi transmitida no dia 29 de junho de 2020, às 11:00 horas, tendo como mediadora a jornalista especial da Folha, Fernanda Mena, com a participação do jornalista, escritor e professor Oscar Pilagallo, e Ingrid Fernandes, jornalista da agência Mural. Neste bate-papo, Pilagallo (2020) esclarece a postura da Folha, em relação ao funesto editorial, do dia 17 de fevereiro de 2009, que chamou a ditadura no Brasil, como “ditabrand” . Esse fato teve grandes e graves repercussões em todo país, colocou o jornal no meio de vários debates sobre a ditadura, inclusive seu apoio ao golpe civil-militar e ao governo militar na época.

Para o professor Oscar Pilagallo (2020) a Folha percebeu imediatamente o equívoco que havia criado, e logo reconheceu que tinha cometido um erro no editorial. Ele diz que, “foi uma expressão muito infeliz, que foi uma maneira leviana de se referir a uma ditadura, e que não deveria ter sido dessa maneira”. No encontro online, transmitida pela TV Folha e seu canal no youtube, Pilagallo, fala também sobre a posição que o jornal teve sobre o golpe civil-militar, defendendo a tomada do poder pelos militares, e seu apoio ao governo militar que se seguiu, mas dentro da lógica que tirariam o comando do governo de João Goulart, acabando com o suposto perigo comunista.

Houve apoio do jornal ao golpe, e ao governo posterior, mas foi “reconhecido o erro posteriormente”. Ele ainda cita outro editorial da Folha, para reforçar a repulsa a governos autoritários, do dia 28 de junho de 2020, da Folha que é “admitido e considerado um erro, a posição de apoio aos militares em 1964”. Provavelmente essa mudança de postura, como ele mesmo conta, foi devido à censura que os jornais passaram a ter, após a consumação do golpe, e decretação dos primeiros atos institucionais. E que à medida que a ditadura foi se consolidando, e com a perpetuação das Forças Armadas no poder, os jornais foram se distanciando do governo, e com o tempo passaram a criticar o regime.

Outra ideia defendida por Pilagallo (2020) é a de que a ditadura no Brasil em relação aos países, como Argentina e Chile, contou com menos mortos e desaparecidos devido ao controle por parte do governo militar, do seu aparato de repressão. Algo que não havia nos países vizinhos, com governos autoritários. Ele complementa, que esse fato, porém, não justifica afirmar que aqui foi uma “ditabrand”. Enfim, a própria Folha reconheceu o equívoco logo na sequência. As tentativas do jornal em esclarecer as motivações, que teve em 1964 para defender

o golpe, reconhecendo mesmo que tardiamente. É possível que seja uma estratégia da Folha, para afastar a imagem ligada aos militares, e ao golpe. E quer deixar claro, sua defesa à democracia.

Boulos (2018), não cita o termo “ditabrand” propriamente, mas a forma de análise e abordagem demonstra que ele segue essa linha de interpretação. Essa ideia é fortalecida, pelo cuidado que ele tem ao usar termos menos impactantes, e como organiza o conteúdo. Em todo momento, seu livro didático tenta mostrar o lado bom da ditadura, como a imagem da abertura do capítulo, nas dicas de materiais, sempre ressaltando as grandes obras, documentários sobre os governos militares, deixando claramente um clima de exaltação.

É importante destacar, que mesmo não havendo reação oficial por parte do governo ao golpe, muitos aliados anônimos reagiram, não apenas ao presidente, mas uma grande parcela da sociedade, que estavam engajadas nas reformas sociais, se transformou em subversiva da noite para o dia, com perseguições, prisões e afastamentos. Veja o caso, do governador Miguel Arraes e Gregório Bezerra:

A violência após o golpe, entretanto, assumiu muitas formas. A destituição do governador de Pernambuco, Miguel Arraes ocorreu logo no dia 1º de abril. Ainda no dia 31, as tropas do IV Exército entraram em prontidão e mantiveram sob vigilância o Palácio das Princesas, sede do governo. Estudantes para lá se dirigiram, passeata, clamando contra o golpe e dando vivas a Miguel Arraes. O governador recusou-se a renunciar, apesar de ter sido pressionado nesse sentido pelo comandante do 3º Distrito Naval almirante Augusto Roque Dias Fernandes. Acabou preso e confinado na ilha de Fernando de Noronha. Teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, foi transferido para outras prisões e, 1965 conseguiu um *habeas corpus* e deixou o país. Só retornaria 14 anos depois, com a anistia de 1979. [...] Também em Recife aconteceria um caso bárbaro de tortura logo após o golpe vitimando o líder comunista Gregório Bezerra então com 64 anos. Gregório havia participado da rebelião comunista de 1935. Poucos dias depois do golpe foi preso e muito torturado. Os casos de tortura no Nordeste e em outras partes do Brasil foram numerosos e acabaram sendo denunciados na imprensa. (FICO, 2014, p. 106)

A proximidade dos militares com a política no Brasil, sempre foi marcante, em muitos episódios de nossa história. Eles se confundiram por um tempo, mas nenhum durou tanto, como o inaugurado em 1964. A relevância desse debate para a historiografia demonstra a importância da abertura dos Arquivos Públicos aos pesquisadores do período, que podem revelar novos enfoques dando luz a equívocos, e voz para novas interpretações de temas sobre o golpe, e o período posterior que foi instaurado o governo autoritário.

Para os autores Carlos Fico (2014) e Marcos Napolitano (2014), o Brasil de hoje deve muito ao golpe e ao período que seguiu, as decisões tomadas foram cruciais para formar o país pós-ditadura militar e ainda acredita que há muito que estudar sobre o período.

3.2 A DITADURA MILITAR E O APARATO DE REPRESSÃO

É preciso lembrar que o Brasil é signatário dos Direitos Humanos desde 1948. Diante do contexto que vai ser exposto, é importante destacar que durante o regime militar 1964 – 1985 foram violados vários direitos, tais como: tortura, prisões, falta de liberdade de expressão, política e civil. A Comissão Interamericana é o órgão responsável em promover o cumprimento, o respeito aos direitos humanos, tem por objetivo recomendar aos países membros, que crie meios para que os direitos humanos se efetivem socialmente. Algo que não foi seguido pelos governos militares.

Alfredo Boulos (2018), na abertura do capítulo 13, colocou como título as Ditaduras na América Latina e logo em seguida fez uma pequena introdução com a imagem usada como propaganda dos militares se exaltando no poder com a seguinte frase: BRASIL, PAÍS QUE VAI PRA FRENT!

O autor dá continuidade, abordando o tema como “O Regime Militar no Brasil”, e com o clássico argumento, de que os militares queriam “livrar o país da ameaça comunista”, destituindo João Goulart da presidência da República.

Em seguida, Boulos (2018) analisa sobre o decreto do primeiro Ato Institucional. Utiliza esse mecanismo, tentando dar uma aparência de legalidade ao regime, e assim, justificando as violências e prisões, contra os opositores ligados ao governo anterior. Depois, ele continua sobre a eleição do General Castelo Branco, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, em abril de 1964. Destaca algumas medidas na área econômica, para conter a inflação, como congelar os salários e criar o FGTS. O governo do General Castelo Branco, é descrito como ditadura, que limitou as liberdades, criou a Lei de Segurança Nacional, com essas medidas, ampliou mais ainda a censura e as perseguições.

Boulos (2018) afirma que, o general Castelo Branco, fazia parte da ala moderada das Forças Armadas, e haviam também os militares da chamada linha dura que defendiam, a radicalização do governo, na luta contra o inimigo interno, os opositores do regime, ou simplesmente quem fazia parte dos movimentos sociais, e da luta armada, que eram chamados pelos golpistas de subversivos. Nesse sentido, todos concordavam moderados e linha dura, que o inimigo interno deveria ser combatido.

A partir dessa introdução, Boulos (2018) vai descrevendo as ações de cada governo militar, que chega ao poder, destacando os principais acontecimentos, e características de cada um, sem muita novidade, de forma tradicional e assume uma posição conservadora dos relatos.

O período do governo de Castelo Branco é caracterizado por muitos historiadores como uma pseudodemocracia, já que ele tentou governar com medidas autoritárias, violentas, desrespeitando direitos básicos de liberdade, mas com um discurso legalista, e em defesa da democracia.

Para Carlos Fico, em sua obra *Como Eles Agiam* (2001), afirma que, os militares considerados “moderados” não concordavam entre si, ao menos toleravam a espionagem e a violência.

Essa aliança ambígua” fundava-se num “mal-entendido mais ou menos consciente”, qual seja, a admissão, pelos moderados, do caráter indispensável da espionagem e da repressão que, não obstante, concomitantemente, eram por eles condenados quando se excediam (tortura, assassinatos, atentados). (FICO, 2001, p. 21)

Argumentavam os moderados que, as ações violentas teriam sido perpetradas sem sua autorização direta. Os oficiais-generais moderados que criaram a ideia de uma grande autonomia dos responsáveis diretos pela tortura e assassinato, com isso, talvez, procurando justificar o que, em última instância, deve ser caracterizado como omissão (FICO, 2001).

O Alto Comando da Revolução deu aos brasileiros uma série de declarações anunciando ao programa do novo governo. A Junta Militar prometia restaurar a legalidade, reforçar as instituições democráticas ameaçadas, e restabelecer a composição federativa da nação, rompendo com o poder excessivamente centralizado do governo federal, e devolvendo poderes aos Estados. Prometia, sobretudo, eliminar o perigo da subversão e do comunismo, e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção (ALVES, 1984).

Segundo Alves (1984), os militares tinham um plano de governo, que fora pensado durante anos na ESG. Após a Segunda Guerra Mundial, frutificou a amizade entre o futuro marechal Castelo Branco e o oficial norte-americano Vernon A. Walters, amizade nascida no campo de batalha e que se tornaria um elo importante entre os dois países, mais precisamente para o movimento golpista da década de 1960. Os militares brasileiros, puderam se aperfeiçoar nos Estados Unidos durante o período democrático no Brasil (1946-1964), fundaram a Escola Superior de Guerra, que civis também participavam. Essa instituição foi influenciada pelos estadunidenses na elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, que instrumentalizou e respaldou as ações dos governos militares durante a vigência da ditadura no Brasil.

A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949, com assistência de consultores franceses e norte-americanos, para treinar ‘pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional’. Seu papel foi ampliado no mesmo ano, passando a incluir o desenvolvimento de um ‘método de análise e interpretação de fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico’. O

desenvolvimento de teorias da guerra fria resultou em ênfase para a interpretação de fatores políticos, econômicos, filosóficos e militares na formulação da política de segurança nacional, passando-se a dar crescente prioridade ao adestramento em teoria do desenvolvimento. (ALVES, 1984, p. 24)

A Ditadura estava firmemente ancorada no binômio Segurança e Desenvolvimento, que surgiu dentro da ESG. A autora afirma ser falsa a forma como um modelo de desenvolvimento, que ao invés de ir para frente, puxa para trás e uma segurança exagerada que chegou a transformar o País numa verdadeira praça de guerra (ALVES, 1984). Foram os trabalhadores, os mais penalizados com o arrocho salarial, fim da estabilidade, e com as perseguições, prisões, torturas. Resumidamente, a autora analisa o período ditatorial dentro de uma lógica buscando os detalhes, os meios, os órgãos que os militares implantaram para impor à população um controle, e formas de repressão, a fim de legitimar e consolidar seu poder.

3.3. OS ATOS INSTITUCIONAIS

De acordo com os livros didáticos de Ronaldo Vainfas *et al.* (2016), e Alfredo Boulos (2018), o governo militar, precisava dos Atos Institucionais elaborados a partir de uma linguagem de difícil compreensão, e carregado de intenções legalistas, que serviam como fachada, para o exercício ilegítimo e violento do poder. O historiador Marcos Napolitano (2014), nos leva a refletir, sobre os decretos autoritários impostos à sociedade. Afinal qual era sua função?

Assim, Napolitano (2014) descreve o fundamento básico que os militares precisavam, para legitimar suas ações despropositadas, em nome da defesa do Brasil contra os próprios brasileiros. Para concretizar essas ideias, os Atos Institucionais, tinham como principal objetivo reforçar o executivo de poderes excepcionais legítimos, em detrimento do legislativo e judiciário, que ficavam com os poderes limitados, e manipulados pelo presidente general. O autor desenvolve outra tese: Porque o presidente não assumia o poder de fato? Ele afirma que, esse tipo de opção poderia jogar as várias lideranças militares umas contra as outras. Os Atos serviriam para consolidação do processo de normatização autoritária.

No livro de Boulos (2018), o conteúdo muitas vezes, é apresentado de forma desconexa, sem relação entre as partes, dificultando a problematização para os estudantes. O primeiro Ato Institucional deixou uma lacuna de quem o havia decretado. Mostra o General Castelo Branco como moderado, porém, ao longo do seu governo, devido ao autoritarismo, a moderação vai

sendo deixada de lado, se tornando apenas um verniz, para atenuar a violência contra os inimigos. O autor afirma que, o governo se aliou aos Estados Unidos, impondo duras medidas aos trabalhadores, para beneficiar e atrair o capital internacional, à custa da exploração da população mais pobre. Como destaca Alves (1984), a política do Estado, para controlar o salário, resultou no empobrecimento da população assalariada, juntamente com a criação do FGTS, causou uma generalizada insegurança entre os trabalhadores, estimulando várias manifestações e passeatas em 1967 e 1968, contra a política econômica e social do governo militar.

Mas os sacrifícios impostos à sociedade, especialmente aos assalariados, elevaram a impopularidade de Castelo Branco e influenciaram o resultado das eleições para governador, em 1965: políticos da oposição ao Regime Militar foram eleitos governadores nos estados da Guanabara e de Minas Gerais (BOULOS, 2018, p.197).

Os atos institucionais na obra de Boulos (2018) foram tratados superficialmente, descolados do sistema repressivo que o governo foi instalando no Brasil, sem citar os órgãos repressivos. Ele ressalta que para os militares, era necessária uma aparência de legalidade, quando lhes era conveniente, usando o Congresso Nacional para isso. É preciso destacar que, a rotina legislativa do Congresso foi totalmente desvirtuada após o golpe, pois inúmeros deputados da oposição foram alijados da vida parlamentar, deixando o Congresso totalmente desfalcado. A princípio, funcionou bem para os militares, mas quando os políticos perceberam que a alta cúpula militar do governo não pretendia devolver o poder para os civis, começam a perder apoio.

O primeiro Ato Institucional, segundo Boulos (2018), foi decretado em nove de abril pela Junta Militar, que era encabeçado pelo general Arthur da Costa e Silva, antes mesmo, do General Castelo Branco ser eleito pelo Congresso Nacional, como presidente da República em 15 de abril de 1964.

Os primeiros perseguidos foram os políticos, participantes de movimentos sociais, demonstrando o caráter autoritário do momento. Com o AI-2, o general Castelo Branco acabou com a pluralidade de partidos, sendo autorizada a existência de apenas dois partidos: ARENA - Aliança Renovadora Nacional, de situação, e o MDB - Movimento Democrático Brasileiro, que faria o papel de uma oposição tutelada, já que o Congresso podia ser fechado quando o presidente general acreditasse ser conveniente, e tornou a eleição para Presidente indireta. O AI-3 impedia os cidadãos de escolherem os governadores de seus estados, estabelecia eleições indiretas para esse cargo, que nomeariam os prefeitos das capitais.

O autor dividia os militares entre castelistas moderados, e linha dura, conservadores, que desejavam uma radicalização da repressão contra os comunistas, e que as medidas deveriam ser mais rigorosas. Ainda cita o AI-4, que reabriu o Congresso para a aprovação da nova

Constituição em 1967. Boulos (2018) enfatiza que, os militares baixavam leis para conter a oposição, e a resistência ao regime, justificando o AI-5, como reação ao aumento do antagonismo civil, ao regime militar. Este foi o ato institucional, mais opressivo de todos. Boulos (2018) demonstra que, o governo de Castelo Branco, era evidentemente uma ditadura, devido às várias medidas autoritárias, perseguições, prisões, mas sempre com a preocupação de dar aparência de legalidade, às atitudes autoritárias.

Na introdução, Ronaldo Vainfas *et al.* (2016), faz uma analogia dos dias atuais, com o período da ditadura, ressaltando democracia, e o direito de votar da população, de escolher seus governantes. Segundo o autor, os atos institucionais foram “impostos por decretos e normas para legalizar as ações arbitrárias da ditadura, sendo uma invenção jurídica dos militares”. Os Atos Institucionais estavam acima da própria Constituição e não eram submetidos à avaliação, tampouco à aprovação dos poderes Legislativo e Judiciário.

Vainfas *et al.* (2016) abre o capítulo, intitulando seu texto como A ditadura disfarçada, todos os historiadores Carlos Fico (2014), Marcos Napolitano (2014), Maria Helena Moreira Alves, concordaram que os Atos Institucionais, foram promulgados com a intenção clara de dar legalidade aos atos autoritários, utilizados pelos militares para realizarem todo tipo de perseguição, prisão, e tortura durante o governo do general-presidente Castelo Branco, disfarçando seu autoritarismo. Para Carlos Fico, no livro *Como Eles Agiam* (2014), o primeiro presidente militar deveria rever sua biografia.

Porém no que se refere a Castelo Branco, bem caberia uma revisão de sua biografia, pois a fama de liberal e moderado discrepada sem-cerimônia com que se serviu de atos de força, sempre que necessário – para além da evidência de ter conspirado contra seu chefe e as instituições. (FICO, 2001, p.37-38).

No decorrer do capítulo, o autor relata o contexto da promulgação dos três primeiros Atos Institucionais, com suas prerrogativas e a implantação da Doutrina de Segurança Nacional, e a criação do SNI. Toda política para perseguir, prender e torturar foi colocada em prática no governo de Castelo Branco, que tentava se impor como defensor da democracia, e da legalidade.

O governo autoritário e punitivo de Castelo Branco vivia uma duplidade política. Ao mesmo tempo que afirmava que o regime militar fora instaurado em nome da democracia com o objetivo de salvar o país do perigo comunista, reprimia a oposição, tolhia os direitos políticos dos cidadãos, censurava as artes e prendia pessoas por motivos ideológicos. Tratava de uma ditadura que não se assumia como tal. (VAINFAS ET AL. 2016, p. 221)

O livro de Vainfas *et al.* (2016), é cheio de pequenos “boxes”, que trazem explicações complementares sobre as ideias centrais dos textos, proporcionando ao estudante maior entendimento sobre o conteúdo. O presidente Castelo Branco em 1964 garantia que o governo militar seria curto, queriam apenas afastar os comunistas do cenário político brasileiro. O autor coloca a questão de que os militares não possuíam projeto de governo duradouro, era apenas para arrumar a casa, fazer uma limpeza, e devolver aos civis. Essa ideia contradiz Alves (1984), que afirma que os militares tinham um projeto para o Brasil, baseado na DSN, desenvolvida na ESG, que era um órgão promotor de conhecimento nas Forças Armadas Brasileiras.

Entre 1964 e 1966, 2 mil funcionários públicos foram demitidos, 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos, 5 mil foram presas. Na Marinha, 963 marinheiros e fuzileiros navais foram expulsos. Centenas de oficiais das três Forças Armadas foram reformados. (VAINFAS ET AL., 2016, p. 220)

O autor cita vários casos de barbárie, invasões, torturas, prisões, perseguições, cassações. A Doutrina de Segurança Nacional se tornou o fundamento do regime militar, respaldando a criação de vários órgãos de serviços secretos de espionagem, e controle social, como o SNI. Os partidos políticos foram extintos, com o AI-2, acaba com o pluripartidarismo, tendo permissão apenas dois: ARENA, representante dos militares e o MDB, dominado pelos civis apoiadores do regime.

Com a derrota de muitos partidários do regime militar, nas eleições de 1965, e o voto nulo que teve grande adesão, sendo considerado um protesto contra os militares, foram fatores que contribuiu para justificar o fim das eleições com voto direto para Presidente da República. Nesse mesmo ano, foi decretado o AI-3, para resolver o problema das eleições estaduais e dos prefeitos das capitais, que seriam eleitos indiretamente. Em 1967, foi elaborada uma Constituição pelos militares, e promulgada pelo Congresso. O autor não cita o AI-4 diretamente, apenas diz que, governo militar usava esses artifícios dos Ais, para manipular as instituições para aprovação de suas leis, aparentando legalidade aos seus atos, fato considerado importante para os militares, que continuavam com a ideia de transparecer legitimidade para a população.

A intenção do presidente-general Castelo Branco, era manter a aparência de legalidade ao regime militar, com manutenção do Congresso, diretamente atingido pelas medidas autoritárias, pois, limitava seus poderes e os do judiciário, manipulando as leis eleitorais para fortalecer o Executivo. As relações internacionais com o FMI foram reestabelecidas, principalmente com os Estados Unidos, e não demorou muito, para os militares perceberem que

não era possível domar a economia, para satisfazer o capital internacional, porém, com grandes sacrifícios da população. Vainfas *et al.*(2016) não relata sobre o fim do governo de Castelo Branco, nem quando o golpe se transforma em uma ditadura.

Segundo Alves (1984), o Alto Comando golpista, possuía programa governamental para o Brasil, declarado à sociedade no dia 2 de abril: a Doutrina de Segurança Nacional, que trazia o binômio segurança e desenvolvimento. O primeiro Ato Institucional foi sem dúvida, baseado nos preceitos da DSN para combater o inimigo, e iniciar a operação limpeza contra os opositores ao golpe, ligados ao governo anterior. Esse era o critério utilizado para classificar quem seria punido.

Em compensação, no mesmo discurso que declarava a eliminação dos subversivos, também prometeu restaurar as instituições democráticas, que estavam ameaçadas pelo comunismo. O texto que ficou conhecido como AI-1, foi redigido em segredo, e assinado em 9 de abril de 1964 (ALVES, 1984). Através do Ato, os militares demonstravam toda disposição que teriam para afastar qualquer ameaça ao que chamavam de “Revolução”. Mas logo nos primeiros dias, o regime perdeu vários apoiadores, que não concordaram com as primeiras medidas dos militares. O Ato lançou efetivamente as primeiras bases legais, para aplicação da Doutrina de Segurança Nacional.

O objetivo era varrer todos os que estiveram ligados ao governo anteriores, desde partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas, e movimentos sociais engajados com as reformas sociais. Especialmente visados eram os líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo (ALVES, 1984).

Como o primeiro Ato Institucional tinha data para acabar, descontentando uma parte dos militares, que começou a pressionar o presidente-general Castelo Branco, a intensificar a repressão, que concordou em impor um novo Ato, devido ao péssimo resultado eleitoral para os militares, nas eleições para governador de alguns estados em 1965.

O governo apoiou candidatos em todo Brasil, mas perdeu em estados extremamente importantes como Minas Gerais e Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro. Isso deixou o Alto Comando descontente, pressionando o general Castelo Branco, a decretar mais medidas autoritárias, que contrariava o discurso democratizante que realizava para a sociedade.

Em seu discurso, o presidente-general relatava que seu governo era uma autêntica revolução, que representava o povo, e em seu nome exerceria o Poder Constituinte (ALVES, 1984). Eram medidas, que podiam representar naquele momento uma pequena parcela da sociedade apenas, mas não o todo, pois o povo estava sendo aterrorizado com perseguições

constantes, pelas prisões e torturas, tudo isso para fortalecer os superiores objetivos da revolução, considerando a necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do País.

Boulos (2018) e Vainfas *et al.* (2016), concordam sobre as motivações da criação do AI-5. A justificativa seria o aumento da oposição ao governo ditatorial. Eles relatam os vários movimentos, como o estudantil, que desafiou os militares com um congresso clandestino em outubro de 1968; e os operários, que se organizaram em uma grande greve em São Paulo.

Boulos (2018) afirma que, foi o discurso inflamado do deputado Márcio Moreira Alves, em setembro, que usaram como pretexto pelos militares decretarem medidas extremamente autoritárias. Ele é mais detalhista sobre o período, afirmado que, com o afastamento do presidente Costa e Silva, seu vice Pedro Aleixo, não assumiu o cargo, os militares desrespeitaram a Constituição, e uma Junta Militar ocupa o governo por quase dois meses, fazendo aprovar nesse tempo, a emenda Constitucional de 1969, que instituiu a pena de morte, exílio e prisão perpétua em casos de subversão. Vainfas *et al.* (2016) cita, as determinações do AI-5, entre elas a suspensão do *habeas corpus*, em caso de crime político, porém, leva a discussão para o viés econômico, que questiona a necessidade de medidas tão repressoras, se o país estava alcançando índices elevados de crescimento.

Fico (2014), contradiz a tese defendida por Alfredo Boulos (2018) e Ronaldo Vainfas *et al.* (2016), afirmando que, o AI-5 teve um caráter reativo ao aumento da oposição. O primeiro afirma que, seria uma explicação simplista demais, relacionando a criação do sistema de segurança, com o crescimento dos movimentos antagônicos ao regime. O AI-5 foi imposto quando finalmente, o aparato repressivo do Estado, estava sendo organizado para eliminar do país, tudo que ressoasse divergente da DSN.

Segundo Alves (1984), vários fatores contribuíram para que outro Ato Institucional fosse imposto, - já era o 5º ato. O que houve na verdade, foi uma reedição do AI-1, pois ele tinha prazo para acabar, o que deixou o grupo dos militares conservadores muito contrariados. Finalmente, com AI-5 podiam concretizar suas aspirações repressivas, com a intensidade que desejavam fazer desde 1964. Como ainda estavam preocupados em transparecer um ar de democracia ao governo, tiveram dificuldade em efetivar, e ampliar as punições devido ao curto prazo para isso. A autora afirma que, o AI-5 estava pronto desde julho de 1968, sendo decretado somente em dezembro daquele ano, provavelmente, por que o Executivo precisava de um pretexto plausível, para justificar as medidas repressivas à nação.

Documentos recentemente revelados indicam que o Ato Institucional N° 5 já estava pronto em julho de 1968. Ele fora preparado em resposta ao crescente apoio da classe média às manifestações estudantis e à militância dos trabalhadores [...] Confirma-se isto pela rapidez com que agiu o Estado de Segurança Nacional. Menos de 24 horas depois da votação no Congresso Nacional, o texto do Ato Institucional N° 5 foi publicado na imprensa e reiteradamente lido na televisão e no rádio. Fechava o Congresso por tempo indefinido. Suspendiam-se todas as garantias constitucionais e individuais. Em todo país, o Exército procedeu a manobras que representavam verdadeira ocupação. Opositores de todos os matizes ideológicos eram presos aos milhares (ALVES, 1984, p. 130 – 131).

Fico (2001) amplia a discussão sobre a natureza do AI-5, ele foi causa ou consequência do aumento da oposição? Afirma que, os militares e civis que apoiavam a ditadura, justificavam que o AI-5 foi uma reação ao terrorismo das esquerdas da guerrilha, como o movimento estudantil, que ganhou grande projeção com a morte do estudante secundarista, em abril de 1968. A classe média, que passou a apoiar o movimento, engrossando as manifestações contra a violência dos militares.

A quase totalidade dos militares e civis que apoiaram a ditadura afirma, ainda hoje, que o AI-5 foi uma resposta à escalada do “terrorismo”, isto é, uma reação inevitável, por parte do regime, àqueles que pretendiam derrubá-lo através do “terrorismo de esquerda” (atos como sequestros, assaltos, atentados, etc.), da guerrilha urbana e da guerrilha rural (entendidas como “luta armada” contra o regime militar). Portanto, uma das questões historiográficas mais momentosas da recente história do Brasil é a resposta à seguinte pergunta: o AI-5 decorreu da opção extremada pelas armas, feita por boa parte da esquerda comunista revolucionária, ou, ao contrário, induziu tal escolha (já que, com o AI-5, a oposição legal tornou-se indefesa. (FICO, 2001, p. 57).

O autor coloca esse debate: o rigor estabelecido a partir de 1968 foi causa ou consequência da guerrilha urbana e rural? Qual foi a causa dos militares, criarem o maior aparato repressivo que o Brasil já conheceu? Fico (2014) expõe as possíveis motivações dos dois lados, mas não se pode esperar que a história estabeleça explicações lineares, fundadas em relações simplistas de causa e efeito. Assim, não podemos afirmar que a luta armada, foi apenas uma reação ao endurecimento do regime, mas que fazia parte de um projeto maior, geral, da oposição radical. O autor ainda contrapõe a ideia do AI-5:

Restará sempre o fato incontestável de que o Estado brasileiro poderia ter optado pela repressão legal dos assaltos, dos sequestros e do ensaio de luta armada. O governo de Costa e Silva, ao optar pelo caminho da ditadura, marcou definitivamente sua entrada na história como responsável por inúmeros crimes hediondos (FICO, 2001. p. 63).

Fico (2014), chega a algumas conclusões sobre o debate acima. Ele ressalta que, o AI-5, veio como uma consequência do processo de maturação da linha dura. De que precisavam completar a operação limpeza, interrompida por Castelo Branco, e que a oposição, só dava provas, sobre a necessidade de o regime ser rigoroso, violento contra os inimigos do Estado, por isso aumentava o poder do executivo, que poderia decidir tudo independente do Congresso Nacional – anseio básico dos ditadores e seus auxiliares. O autor afirma ainda, que em muitos episódios a oposição, foi provocada pelos repressores, e cita o caso da UNB.

Certos casos, como a invasão da Universidade de Brasília, em agosto de 1968, foram provocações evidentes, parte de uma tática que o sistema de segurança persistiria usando por muito tempo, qual seja disseminar o terror, terreno fértil para a incrementação de ações repressivas (FICO, 2001, p. 64).

Ele ainda complementa que, o presidente-general Costa e Silva, tentou processar o Deputado Marcio Moreira Alves, solicitando permissão à Câmara, o que foi visto pela linha dura como excessivamente transigente recusado pela Câmara, justificando finalmente, a implantação desse ato vergonhoso, em dezembro de 1968. O AI-5, não expressou uma mudança de natureza da ditadura militar, pois, no governo do presidente-general Castelo Branco, já havia sido efetivada toda forma de perseguições, prisões e tortura e houve na verdade, uma mudança na escala, mas não de natureza. Quando o autor diz, que o golpe civil-militar não pressupôs uma ditadura, ele quer apontar justamente, o momento da guinada para a ditadura. Muitos que haviam defendido o golpe retiraram seu apoio, talvez, não por serem democratas convictos, mas por contrariar seus interesses políticos, preferiam provavelmente, apenas uma intervenção moderada dos militares.

Durante todo o regime militar, os sucessivos generais-presidentes, foram redigindo leis de acordo com o que queriam resolver dos problemas do momento, eliminando candidatos e sufocando a oposição tutelada do MDB, não se melindraram em impor leis arbitrárias, para se manterem do poder, tentando buscar legitimidade para a ditadura militar, que era a ideia que, muitos governantes tentaram passar em seus discursos, falaciosos e desconectados de suas ações. Os militares ao longo dos anos, foram criando um abismo entre o Estado e a sociedade, ficando isolados devido ao alto grau de centralização.

A tendência faz ressaltar um importante ponto de análise: demonstra que, embora a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tenha efetivamente fornecido as bases para um programa de Estado, não proveu um esquema completo de criação de instituições. Os controles

instituídos pelo Estado evoluíram gradualmente, em resposta dialética a iniciativas potenciais ou reais da oposição. [...] Por outro lado, o Estado precisava continuar invocando a função legitimadora das eleições, vinculada à promessa de restabelecimento da democracia, que era, por sua vez, a justificativa original para a tomada do poder (ALVES, 1984, p. 87)

Segundo Alves (1984), essas medidas eram necessárias, para os militares não correrem o risco de perderem as eleições nos estados e capitais. Passaram a reformular constantemente as leis eleitorais, garantindo que candidatos da oposição, fossem eliminados do pleito. A partir do AI-5, todas as eleições para presidente, foram decididas pelo colégio eleitoral via Congresso Nacional, que em última instância representava a sociedade.

Passou assim a reformular permanentemente a legislação eleitoral, para garantir que os candidatos indesejáveis seriam eliminados e que os do partido governamental venceriam sempre. Ao fazê-lo, entretanto, o Estado subverteu a função legitimadora das eleições, diminuindo assim a cada confrontamento eleitoral sua própria legitimidade (ALVES, 1984, p. 87).

3.4. REPRESSÃO

A aliança entre civis e militares, foi aos poucos sendo rompida, com a percepção de que o governo castelista, era a cada dia mais autoritário. A ditadura, se tornava cada vez mais evidente, (e o regime que se construía com ele, e por ele) não poderia ser caracterizado como propriamente liberal como sugere certa memória do período. A tortura, as prisões, os IPMs eram frequentes. O fim da aliança civil-militar, ou o apoio ainda de parte da sociedade ao regime, acarretou o aumento da repressão em dezembro de 1968.

Para Carlos Fico (2001), em sua obra *Como eles agiam*, afirma que os considerados moderados se não concordavam, ao menos toleraram a espionagem, e a violência dos conservadores extremos.

“Essa aliança ambígua” fundava-se num “mal-entendido mais ou menos consciente”, qual seja, a admissão, pelos moderados, do caráter indispensável da espionagem e da repressão que, não obstante, concomitantemente, eram por eles condenados quando se excediam (tortura, assassinatos, atentados) (FICO, 2001, p. 21).

Argumentavam os moderados que, as ações violentas, teriam sido perpetradas sem sua autorização direta. Os oficiais-generais moderados que criaram a ideia de uma grande autonomia

dos responsáveis diretos pela tortura e assassinato, com isso, talvez, procurando justificar o que, em última instância, deve ser caracterizado como omissão (FICO, 2001).

A repressão é apresentada em Boulos (2018) com destaque para Atos Institucionais, e a Lei de Segurança Nacional, que respaldou e legitimou o regime militar durante toda sua existência. Foi colocada em prática, por um organizado aparato repressivo, descrito pelo autor para executar atos violentos contra quem se opusesse ao governo. O autor, em momento algum se refere ao período como ditadura, apenas afirma que, existia um grande aparato de órgãos, que foram criados para controlar, censurar, prender e torturar, os suspeitos que se opuserem ao governo, dando ênfase ao AI-5, descrevendo os poderes excepcionais do presidente militar, como o defensor da democracia, que não existia mais já há algum tempo, mas não cita os órgãos.

Para Vainfas *et al.* (2016), foi durante os primeiros anos da ditadura, que os opositores do governo tentaram se reorganizar, os estudantes, operários e alguns políticos proeminentes. A sociedade em geral, era contra a permanência dos militares no poder, portanto, contra a ditadura. Podemos perceber, pela alta adesão às greves e movimentos antagônicos ao governo.

Vainfas *et al.* (2016), aponta dois fatores para o aumento das manifestações contrárias ao governo, a violência e a recessão. Os militares acreditaram que ressolveriam o desequilíbrio da economia, incentivando o desenvolvimento industrial, e aumentando as punições com o aparato repressivo do Estado. O autor ressalta que, a oposição não se articulou somente nas ruas e greves, mas politicamente também, como a aliança Frente Ampla, entre três grandes lideranças políticas, por volta de 1966, Juscelino Kubistchek, João Goulart e Carlos Lacerda, que eram inimigos em outros tempos.

A união de suas forças políticas abria uma possibilidade de negociação pela redemocratização do Brasil. Os militares não toleraram nenhuma oposição, mandou fechar a Frente Ampla, e prenderam JK e Carlos Lacerda. Assim, como reprimiu as manifestações estudantis e operárias. O autor não detalha sobre os órgãos de repressão, e como os militares controlavam a sociedade, destaca apenas as características do AI-5, não problematiza. Deixa a lacuna no desenrolar do capítulo, não explica como o governo impôs as restrições à população, não faz a ligação entre as leis criadas pelos militares e as perseguições, torturas dos inimigos do regime.

Alves (1984) defende a tese de que, houve três ciclos de repressão antes de 1968 no Brasil, durante a Ditadura Militar. O primeiro ciclo de repressão começou logo após o golpe em 1964, para pessoas ligadas ao populismo, e ao governo de João Goulart, mais precisamente aos camponeses e trabalhadores urbanos. O segundo ciclo, começou com a promulgação do AI-2, que iria punir os funcionários do Estado, e cargos eleitorais, que tinham conseguido escapar do

primeiro Ato. O terceiro ciclo ampliou as cassações de políticos eleitos, funcionários públicos, nas universidades, estendendo-se a todos os setores e classes sociais, que até então não havia sentido a opressão do Estado.

O antagonismo entre Estado e oposição no Brasil, a interação entre os polos, vão transformando suas estruturas e fortalecendo-as, tentando cada parte se sobrepor a outra. Trata-se por isso mesmo, de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista, (ALVES, 1984). O próprio governo estimulou o medo na população, criou inimigos internos, para justificar os violentos atos de repressão. Qualquer palavra ou atitude mal interpretada poderia ser vista como ameaça ao governo militar, que reforçava a necessidade de um Estado forte, e centralizado.

O projeto dos militares traz em seu bojo, as definições ambíguas dos inimigos da nação, que seriam todos aqueles que contestam suas diretrizes. As ameaças possuíam caráter oculto de suas ações, o que tornava o poder repressivo do Estado dúvida. A população, pouco sabia dos critérios da política violenta e discriminatória do governo militar, já que a definição, de quem era subversivo, era totalmente aleatória e subordinada ao entendimento dos órgãos da ditadura, encarregados de empregar a violência aos contingentes que fossem antagônicos ao Estado Militar, que se dotava de poderes quase ilimitados sobre a população. É essa noção, que vai gerar a cultura do medo entre a população. Qualquer indivíduo poderia ser considerado um potencial inimigo. O medo, entre a população generalizou. A tortura se tornou um importante meio de controle, intimidava os civis, que sabiam de sua prática nos quartéis, afastando-os da participação política contra os militares. Era um risco real, obtendo um efeito social devastador.

Durante este período, o efeito combinado, da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura estabeleceu uma “cultura do medo” que coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. A população sabia, assim, da existência da repressão, e experimentava a realidade da violência institucionalizada de Estado, mas não podia manifestar seu medo ou protestar publicamente (ALVES, 1984, p. 169).

A interpretação do que se constituía crime, não era sabido pela sociedade comum, o que tornava o medo, um grande instrumento de controle da sociedade em geral. Havia o medo físico, de ser atingido pelo Estado, de ser preso, ou mesmo denunciado, de ser sequestrado pela repressão. E tinha o medo psicológico, que limita nossas ações, pela preocupação de não contrariar os que estão acima. O medo foi uma fonte inesgotável de poder, usado pelo Estado, para manter o controle e domínio da população.

3.5 ÓRGÃOS REPRESSIVOS

Os Atos Institucionais foram os instrumentos burocráticos, utilizados pela Ditadura para formalizar a repressão. Eles foram uma tentativa, de dar uma aparência de legalidade ao Estado na luta contra o comunismo. Os AIs e a repressão, foram sendo pensados e elaborados com base na Doutrina de Segurança Nacional, que ao longo dos primeiros anos do regime, foram implantando a ideologia de segurança, contra o inimigo interno, que era todo aquele, que se opusesse ao governo. Assim, devemos buscar na ESG, a origem da DSN, foi nessa primeira instituição que começaram a ser desenvolvidos os parâmetros, que orientariam o sistema repressivo do governo militar. Após o golpe civil-militar em 1964, dentro da lógica do autoritarismo prescrito na DSN, ativaram o dispositivo da Operação Limpeza, através dos IPMs que já estavam previstos no AI-1.

A Lei de Segurança Nacional constitui aplicação prática dos argumentos teóricos da ideologia da Segurança Nacional. Os termos da lei mantinham-se suficientemente amplos para permitir que o Estado exercesse tal arbítrio no estabelecimento do que constituiria crime contra a Segurança Nacional. A lei fornece sustentação legal à repressão de qualquer pessoa ou grupo que se oponha à política do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1984, p. 158).

O presidente-general Castelo Branco, autorizou os IPMs, em 27 de abril, inaugurando a repressão, com as cassações de parlamentares, prisões e torturas. O Comando Supremo militar criou comissões especiais em todos os níveis de governo, órgãos públicos, autarquias para identificação dos indivíduos subversivos, e eliminação. Muitas pessoas sofreram com os inquéritos, foram julgadas, condenadas, por serem consideradas inimigas do governo militar. Os coronéis foram os oficiais encarregados de comandar as investigações. Os IPMs constituíram o primeiro instrumento repressivo, ostensivo do Estado.

Segundo Alves (1984), é difícil quantificar o número de pessoas, que foram envolvidas nestes inquéritos, pois os dados são dispersos pelo Brasil. As cassações e exonerações aconteceram em todas as esferas públicas municipal, estadual e federal. Era necessária apenas a denúncia, sem provas de envolvimento com ações, que pudessem ser interpretadas de esquerda. O Congresso foi um dos principais alvos da Operação Limpeza. A repressão nessa instituição agravava muito a situação política do país, pois, quem conseguiu manter seu mandato, era coagido a aceitar os ditames do novo governo, os deputados, se tornaram marionetes nas mãos dos militares. Os únicos parlamentares poupadados foram da base da UDN, que apoiou formalmente as decisões do governo militar, que se colocava como protetores do Brasil, contra a ameaça comunista.

Segundo Alves (1984), o aparelhamento repressivo do Estado de Segurança Nacional, estava dividido em três categorias, mas que se integravam entre si: órgãos de informações políticas, organizações diretamente responsáveis pelas ações repressivas a nível local, e os aparatos das Forças Armadas usados no controle político interno.

não se deve compreender a constituição do aparato repressivo, possibilitada pelo AI-5 e representada pelo sistema Codi-Doi, como uma simples reação à chamada “luta armada”. [...] Havia desde o início do regime militar, a vontade, por parte dos setores mencionados da linha dura, de constituição de um aparato global de controle da sociedade (FICO, 2014, p. 81).

O Serviço Nacional de Informação (SNI) foi criado através da prerrogativa da DSN, dentro da legalidade, “órgãos de recolhimento e análise de informações, que visam a assessorar o poder público, são essenciais e compatíveis com a democracia. Eles existem em quase todos os países do mundo” (FICO, 2001). Esse órgão tinha por objetivo auxiliar e municiar o Presidente com informações, recebidas pelos órgãos subordinados a ele, em todo país. O SNI coordenava a comunidade de informações, que era composta por um organismo bem definido, em que alguns colhiam dados, enquanto outros executavam as ações. Através do Conselho Nacional de Segurança, iam se formando a teia, os aparelhamentos estatais como o SISNI que amparava o funcionamento da comunidade de informação, com as Divisões de Segurança e Informações, (FICO, 2001).

As Forças Armadas tinham seus próprios centros de informações, como o CIE (Centro de Informação do Exército), CENIMAR (Centro de Informação da Marinha) e o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) todos criados com o objetivo de combater a subversão. Esses centros não estavam submetidos ao SNI, mas aos seus respectivos ministros, com amplos poderes, podiam organizar operações, prender, interrogar e torturar. Há inúmeros relatos de violências sofridas nesses centros.

No regime militar brasileiro, entretanto, esses órgãos não se limitaram ao recolhimento de informações estratégicas, mas integraram o sistema repressivo da Ditadura Militar, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político (FICO, 2001, p. 105).

Segundo Fico (2001) em Como eles agiam, o AI-5 foi o propulsor para efetivação do sistema repressivo, que contava com diversos organismos de informação e segurança. A polícia política foi estruturada através da Organização Bandeirante (OBAN), subordinada ao II Exército de São Paulo, com prerrogativa de análise de informações, interrogatórios e ações de combate, ligado diretamente a repressão dos elementos suspeitos. Nas palavras do autor, a OBAN, inspirou a criação do sistema CODI-DOI. Esses dois órgãos se complementavam, o CODI tinha função de planejar e coordenar medidas de defesa interna, enquanto o DOI era designado para o

trabalho sujo, que mancharia por muito tempo, a imagem dos militares brasileiros. O sistema CODI-DOI, foi instalado em grande parte dos estados do país. A OBAN possuía sucursal apenas no Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso.

A tortura foi durante o regime autoritário um instrumento comum, utilizado pelos órgãos da ditadura militar OBAN, DOI-CODIs, CENIMAR, CIE, para reprimir os inimigos internos do regime. Esses órgãos torturavam para obterem informações sobre atividades subversivas. Podemos afirmar que, a oficialidade tinha conhecimento da prática da tortura, devido ao alto investimento que demandavam essas estruturas, pois havia objetos, instrumentos, ambientes preparados, com alta complexidade para tal fim.

A tortura contribuiu para a cultura do medo na população, seu uso generalizado nos porões, provocou receio das pessoas se envolverem na política. Essa violência era umas das principais armas de intimidação do povo. Como afirma Alves (1984):

Embora constitua maneira eficiente de obter informações, a tortura institucionalizada é ainda mais importante como método de controle político da população em geral.

[...] O uso generalizado da tortura origina uma “cultura do medo” que resulta em comportamentos políticos contraditórios. Embora a repressão indisponha a população e volte contra as autoridades governamentais grupos ou setores anteriormente simpáticos, o grande medo da tortura efetivamente impede a participação em atividades políticas. (ALVES, 1984, p. 168-170).

Para a Anistia Internacional, a tortura é caracterizada como, maus-tratos físicos de presos, praticados por funcionários civis ou militares, que agem sob o comando de um superior. Esse tipo de tratamento é extremamente grave, e deve ser combatido veementemente pelas autoridades competentes. Na década de 1970, durante a ditadura militar, devido ao grande número de queixas, de pessoas que foram torturadas, a Igreja Católica e a OAB, foram os catalisadores, desse tipo de denúncias contra o Estado. A Anistia Internacional, era acionada para combater essas violações, através de organismos que pudessem apoiar as vítimas. Os direitos humanos eram constantemente invocados contra o estado, que queria salvar o país dos subversivos atacando seus próprios cidadãos.

Carlos Fico (2014) em Além do golpe, chama a atenção para a dicotomia, que marca todo período ditatorial no Brasil 1964-1985, como o Estado Direito/regime de exceção. Essa ideia, de aprovar leis, com Congresso tutelado por uma ditadura, promulgação de atos institucionais, decretos secretos. Queriam passar a imagem, de que havia democracia no país. Os militares, construíram um formidável aparato de controle, para se manterem no poder.

3.6. RESISTÊNCIA

Boulos (2018) finaliza o capítulo analisando a resistência, com o subtítulo “A resistência democrática”. Sabemos que, nem todos da oposição defendiam a democracia. É citado, o movimento estudantil e operário, diversos artistas e intelectuais, e parte dos políticos contrários à ditadura. Em um momento, ele buscou associar, as manifestações ocorridas no Brasil à efervescência de rebeldia do movimento mundial de contestação de 1968. Os jovens brasileiros ressoariam as manifestações ocorridas pelo planeta, o maior exemplo, foi a Manifestação dos Cem Mil, em junho, no Rio de Janeiro. Logo depois, o Congresso da UNE, onde prenderam mais de setecentos estudantes, em Ibiúna, no interior de São Paulo.

O movimento operário, também realizou algumas greves, mas foi discurso do deputado do MDB Márcio Moreira Alves, que tentava persuadir a população, a não ir à parada militar de 7 de setembro, e também pedia às moças, que não namorassem oficiais que participavam da repressão, o que causou o maior alvoroço entre os militares. A resistência do movimento estudantil estava baseada na reivindicação, de melhoria da qualidade da alimentação do restaurante universitário; os operários queriam aumento salarial como motivação dos protestos. Ficaram algumas lacunas e informações desconexas, sobre o movimento estudantil e operário.

O autor, em seu texto, diferencia os movimentos de resistência: o movimento democrático, que fazia protestos de rua, abaixo-assinados, espetáculos teatrais, musicais, que continham críticas ao governo; e o movimento armado, que tinha vários grupos: ALN, VPR, MR-8, praticavam assaltos a banco, sequestros, e pretendiam tomar o poder por meio da luta armada.

Sobre a luta armada, afirma que já existia antes do golpe, e que apenas se intensificou, citando várias organizações, suas práticas, o que defendiam e criticavam. O livro de Boulos (2018) traz a fotografia do embaixador estadunidense, que foi sequestrado para ser trocado por presos políticos. O autor deu destaque para a luta do governo Médici, contra as organizações armadas, conseguindo vencê-las, onde muitos foram mortos e presos.

O autor continua descrevendo o período do regime militar, perpassando pelos governos militares, destacando seus nomes, características do governo, ressaltando o combate a repressão, como ponto forte em todos os governos ditoriais. Ele destaca que foi no governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que começaram as perseguições políticas. Descrito por Boulos (2018), como um dos principais arquitetos da Lei de Segurança Nacional no Brasil, baseada na lei dos Estados Unidos. Para ilustrar, ele usa uma fotografia do presidente vestindo a faixa presidencial, uma imagem bastante conservadora. Demonstrando que, o período do

governo de Castelo Branco, não foi tranquilo, pelo contrário, ele ressalta que a repressão foi institucionalizada no seu governo, através dos IPMs, e dos superpoderes que a justiça militar tinha contra os considerados subversivos.

Sobre o governo de Costa e Silva, Boulos (2018) o qualifica como linha dura, destacando seu governo apenas no viés político e repressor. Coloca como causa do aumento da repressão, a resistência democrática, que envolvia vários setores da sociedade. O autor destaca que o ano de 1968, foi emblemático para o movimento de resistência, com uma juventude engajada nos problemas sociais e políticos. No Brasil, teve seu auge com a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, em confronto com a polícia, havendo grande repercussão popular em torno do fato.

É importante destacar sobre a resistência democrática, que Boulos (2018) imprime valorosos relatos, a essa parcela da sociedade civil, que não estava envolvida na luta armada contra a ditadura. Esses lutavam, contra o regime militar por meio de abaixo-assinados, protestos de rua, oposição parlamentar, jornais, espetáculos teatrais e festivais de música popular brasileira, como parte importante da luta contra a opressão militar, e na defesa de direitos básicos de cidadania.

Vainfas *et al.* (2016), destaca que a luta armada já existia antes de 1964, mas que se multiplicou após o golpe civil-militar. Ele afirma que a luta armada no Brasil, via outras experiências das esquerdas no mundo, como exemplos a serem seguidos, mas a que mais entusiasmava a todos, era a Revolução Cubana. Tentaram colocar aquele modelo em prática no Brasil, pois, acreditavam que derrubariam a ditadura, por meio da luta armada, engajando os trabalhadores que apoiariam o movimento revolucionário. A lógica, era começar a revolução no campo, como em Cuba, e estendê-la para as cidades, porém, não receberam o apoio esperado da sociedade brasileira, que não desejava uma revolução socialista. Muitos nem sequer entendiam, as ideias defendidas pela luta armada ou guerrilha.

O autor destaca também, a forma de financiamento do movimento, utilizando sequestros como meio de conseguir dinheiro, para realizarem as ações dos grupos, buscando tomar o poder dos militares, ou trocar por presos políticos. Para enfrentar a guerrilha, o governo militar unificou os órgãos de repressão, para o combate à luta armada: como perseguições, prisões, torturas para obterem informações sobre o movimento, e desarticulá-lo. A luta era desigual: jovens das classes médias armados com revólveres, enfrentando militares profissionais e agentes treinados. Calcula-se que cerca de 800 pessoas se engajaram na luta armada, e 386 foram mortas ou desapareceram. (VAINFAS *et al.*, 2016).

Vainfas *et al.* (2016) afirma que, oficialmente, a guerrilha acabou em 1973, no governo do general Médici, e três organizações (VPR, VAR e APML), reconheceram o fracasso da luta

armada contra o governo militar. O autor, falou pouco sobre os órgãos de informações e repressões.

Segundo Alves (1984), o Estado acaba com a ideia de unidade da nação, para se impor sobre os cidadãos. Os membros da sociedade, inconformados com a ditadura, que não se engajaram na luta armada, se organizavam em atos de protestos pacíficos, contra a violência do Estado. Porém, atingidos pela repressão, se resignaram e se entregaram ao isolamento e a desesperança. O medo da tortura continuou norteando a vida das pessoas e suas ações, mesmo depois que foi declarada, o início da abertura política em 1976.

Os livros didáticos não relacionam a violência contra os considerados subversivos, como sendo violações dos direitos humanos.

4. ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO

O Brasil ficou sob muitas tensões, desde que o presidente-general Ernesto Geisel, anunciou o plano de distensão política, que mais tarde seria chamado de “abertura política”. O projeto seria colocado em prática de forma lenta, gradual e segura, porém, foi um período marcado por muitas controvérsias. O AI-5 que foi revogado em 1978, mas o presidente Geisel, decretou inúmeras “salvaguardas”, que na prática ele continuava com amplos poderes. A linha dura o pressionava, atemorizada pela ideia de extinção dos órgãos representativos de sua ala política, como também, de possíveis punições. O governo de Geisel praticamente apresentou o “projeto de distensão, lenta, gradual e segura”, sendo mais um ato simbólico, do que efetivo. Foi com o general-presidente João Baptista Figueiredo, que iniciou oficialmente a política de abertura.

A Lei da Anistia foi um dos primeiros passos realmente na direção da “abertura política”. Foi uma vitória para um amplo movimento social que se intensificou a partir de 1978, quando o Estado não podia mais ignorá-lo. A Anistia permitiu a volta ao Brasil de todos os exilados e a recuperação de seus direitos políticos, porém, tinha suas limitações. Foram anistiados, perdoados dos seus crimes militares e agentes do governo. Isso significava legalmente, o fim de qualquer denúncia contra a prática de tortura e assassinatos, e dificultava as investigações que podia comprovar a violação dos direitos humanos.

Em 2010, foi reaberto o processo para que a Lei da Anistia reavaliada e revogada. Mas o STF julgou imprudente tal ato. Porém, o discurso da Corte Interamericana é de que a autoanistia, é uma afronta aos direitos humanos constituídos pelo Estado. A revisão poderia reparar muitas injustiças cometidas durante a ditadura militar. Dessa forma, a Anistia, pode ser considerada uma derrota para a oposição, que lutou para que os crimes cometidos durante o regime militar fossem reparados.

A Lei de Anistia promulgada em 1979 resultou de intensas negociações com a oposição. Chegou-se a um evidente acordo entre as pressões oposicionistas e as preferências dos setores militares de linha-dura. “por um lado, a lei não concedia anistia aos que se haviam envolvido na luta armada e eram acusados do que o governo definia como “crimes de sangue”. [...] Mais grave, porém, era conter a lei um perdão incondicional aos integrantes do aparato Repressivo que estiveram envolvidos com a tortura. [...] Ele dificultaria eventuais investigações sobre as atividades do Aparato repressivo, constituindo, portanto, uma derrota para a oposição. (ALVES, 1984, p. 268)

Neste contexto, de fins dos anos 1970, muitos setores da sociedade civil haviam se organizado contra a repressão dos militares, política econômica, censura, entre outras questões. A Igreja Católica, a OAB, a ABI, o MDB, o movimento pelo custo de vida e os movimentos ou associações de bairros, se alastraram pelo país. Mas foi em São Paulo, que houve maior representatividade dessas organizações que adotaram práticas diversas contra o governo militar.

A Igreja Católica, Arquidiocese de São Paulo, comandada por Dom Evaristo Arns e a OAB, mantiveram constantes combates às graves violações dos direitos humanos com denúncias aos órgãos internacionais no auxílio às famílias e a defesa dos presos.

O Estado autoritário, diante do fim da luta armada e a excessiva centralização, se viam cada vez mais isolados. Diante da crescente crise econômica precisava descentralizar-se, tornar-se mais flexível, para continuar no comando do governo.

Segundo Alves (1984), os generais brasileiros usaram a democracia como discurso para implantar um Estado autoritário. A falta da democracia forçou o governo buscar uma legitimidade na permanência do Congresso Nacional, mesmo que tutelado. Assim foi na esfera Estadual e Municipal, e a existência de dois partidos políticos. Mesmo assim, o general Golbery, recomendava a política de abertura, para evitar o “buraco negro” do poder excessivamente centralizado. A falta de certa coerência, entre o discurso e a prática, abriu espaço para a oposição lutar contra o sistema autoritário e até negociar com seus membros.

No relacionamento dialético com um movimento de oposição que não podia destruir e cujas relações com o Estado alternavam-se continuamente, o Estado de Segurança Nacional via-se constantemente forçado a incorporar algumas das exigências dos setores de oposição. Desse modo, após cada período de repressão (que refletia a posição do setor de “segurança interna” dos militares), o Estado encetava uma política de liberalização gradual, para diminuir o nível de tensão criada pela violência do Aparato Repressivo. (ALVES, 1984, p. 319)

Alves (1984) afirma que, a política da abertura não esperava o crescimento dos movimentos ligados aos sindicatos e à base ligada à Igreja Católica. O Estado não admitia a possibilidade de ampliar a participação de setores ligados aos operários e camponeses, pois, a participação deles no processo colocaria o modelo econômico em xeque. Dessa forma, o governo Figueiredo teve que impor restrições à participação oposicionista.

Fundamentalmente, o processo de liberalização dos controles sociais e políticos que foram negociados durante o período de distensão do presidente Geisel e de abertura do Presidente Figueiredo chegou em 1984 a um impasse. Está cada vez mais claro que não existe no Brasil um processo de “transição para a democracia”, mas sim uma tentativa de institucionalização de

estruturas de Estado visando ampliar o apoio político e ao mesmo tempo manter o controle básico de classe. (ALVES, 1984, p. 327)

Dessa forma, a oposição (PMDB) aceitou a forma de transição exigida pelo Regime Militar para saírem do governo. A oposição escolhida pelo governo militar, concordou com as medidas liberalizantes que não provocou rupturas, mas sim, muitas continuidades nessa transição. Assim Alves afirma:

Enquanto as oposições se mantiveram presas ao círculo da relação dialética do estado e da Oposição, negociando medidas liberalizantes, mas não promovendo rupturas nas estruturas fundamentais de poder, não haverá maiores transformações no contexto político brasileiro. Neste sentido, a partir da campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, cabe às oposições compreender que o ciclo de abertura tem de encerrar-se para que, ao invés de uma institucionalização liberalizada do Estado de Segurança nacional, se consiga na realidade uma sociedade aberta e democrática, com ampla participação popular. Não bastam as eleições diretas. Para reorganizar a sociedade no sentido de uma real transição democrática é necessário romper com as estruturas do estado e terminar com os ciclos característicos do período formado sob a luz da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. (ALVES, 1984, p. 328)

Segundo Napolitano (2014), os militares não pretendiam realizar uma ruptura, e sim uma transição, que deveria ser lenta, gradual e segura. Mas, diante das diversas manifestações populares, inclusive com os operários, tudo pressagiava que regime autoritário não aguentaria a pressão de uma sociedade que, contra sua própria história, parecia aderir em bloco a uma democracia, que combinasse amplo direito ao voto com justiça social (NAPOLITANO, 2014, p. 263). Nesse momento da história a oposição (PMDB) conservadora e moderada ainda não havia feito o pacto de conduzir a transição. A classe operária quase rouba o protagonismo da transferência de governo. As greves alcançaram enormes destiques na luta por melhores salários, contra o desemprego, e participação política. O povo era o ingrediente inesperado neste cenário de mudanças. Quando o PMDB percebeu a força que vinha das ruas, se aliou aos manifestantes para desencadear o movimento pelas “diretas já”, e pressionar os militares a realizar eleições diretas para presidente da República em 1984

Nenhum regime autoritário em franco processo de desagregação e sem legitimidade junto aos atores e as instituições sociopolíticas mais influentes quer enfrentar uma oposição unida e vigorosa, capaz de ditar a forma da transição. Em 1978 e 1979, a oposição brasileira parecia conseguir se manter unida, apesar da pluralidade ideológica interna, fazendo com que os setores liberais-democráticos se encaminhassem sensivelmente para a esquerda, na trilha dos movimentos sociais em um ciclo de mobilização crescente. Mas do que isso, entre 1978 e 1980, temas políticos, lutar por direitos sociais e mudanças na estrutura econômica pareciam convergir em um projeto de país que em tudo negava aquele construído pelo regime [...] se aquele contexto histórico [...] menos também parecia distanciado da opção moderada e

conciliatória sempre preferida pelos liberais de corte mais conservador nos momentos de crise ao longo da história brasileira [...] esse equilíbrio, levemente pendente para o lado mais progressista, logo se relaria frágil e precário. (NAPOLITANO, 2014, p. 276).

O PMDB, os movimentos sociais o que se entendia por sociedade civil, do qual fazia parte um diversificado grupo de atores sociais, que mesmo compondo a oposição e promovendo ações contra o regime militar, não compartilhavam das mesmas concepções, do que deveria ser a democracia e a própria sociedade (NAPOLITANO, 2014). Os debates sobre a abertura, democracia, revelava os impasses entre as entidades. Isso provocou o afastamento entre elas. Havia uma disputa de espaço entre os movimentos, que não conseguiram construir juntos, um caminho para uma transição democrática.

A catarse proporcionada pela política servia para aliviar as tensões socioeconômicas e projetar um futuro no qual todos os problemas seriam resolvidos pela livre escolha do próximo presidente da república. Era o auge da pequena utopia democrática que encantava pelo espírito progressista e cívico, mas não conseguia definir uma agenda de programa e de ação muito clara. Ao mesmo tempo, a amplitude social e ideológica da campanha era seu ponto fraco. Nela não se propunha uma agenda mais concreta de transição e de desmontagem da herança autoritária nas instituições e na máquina de repressão. (NAPOLITANO, 2014, p. 286)

E não era interesse dos militares, promover a transição negociando com atores de vários segmentos sociais. Para acabar com essa possível união, em 1979, foi aprovada a Lei de reforma partidária pelo Congresso Nacional, manipulado pelo governo militar. Essa reforma criava o pluripartidarismo, a arena transformou-se no PDS. A intenção dos militares era clara, dividir a oposição e dificultar a vida dos prováveis partidos, com regras para favorecer o PDS e tirar a política das ruas.

Após as eleições estaduais de 1982, o PMDB, que havia se fundido com o PP, estava fortalecido. A expectativa dos militares era que assumissem o papel mais moderado, se afastando da luta pelas eleições diretas e aceitasse os limites do jogo eleitoral pelo regime militar, (NAPOLITANO, 2014).

A partir de 1983, os movimentos sociais e sindicais não queriam abandonar a cena da transição lenta, gradual e segura orquestrada pelos militares, mas o PMDB não podia ignorar o poder de organização que tais movimentos tinham, pois precisavam do voto popular, e as ruas eram excelente vitrine para o partido. Assim, pegou carona na campanha lançada pelo PT, pela volta das eleições diretas para presidente da República, e resolveu agir em dupla estratégia, ir às ruas pelas eleições diretas, mas continuar negociando com os militares.

Naquele início de 1984, as ruas estavam tomadas pelo furor cívico da campanha das “Diretas Já”. Encampada pelo PMDB, sobretudo por Montoro e Ulisses, que não queriam deixar a campanha de rua na mão dos partidos mais à esquerda, o movimento visava pressionar o Congresso Nacional a aprovar a emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira. (NAPOLITANO, 2014, p. 286)

A intensa manifestação da sociedade era empolgante, mas não conseguiram a aprovação da emenda constitucional, que permitia a eleição direta para presidente. Segundo Napolitano. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, só restou à negociação da transição indireta. A presença do povo nas ruas foi suficiente para sensibilizar os congressistas.

Em uma campanha orquestrada pela dissidência do PDS, que seria chamada de “frente Liberal”, com apoio tácito dos setores moderados da oposição que lhe garantiriam espaço político em futuras negociações, muitos congressistas faltaram a votação, impedindo o alcance do quórum mínimo para a reforma constitucional.(NAPOLITANO, 2014, P, 287)

Assim, foi lançada a candidatura de Tancredo Neves pelo PMDB, que se comprometeu com os militares, que faria uma transição sem “revanchismo”. Com efeito, o denominado “revanchismo”, que nada mais era, do que investigar as graves violações dos direitos humanos pelo regime, e esclarecer a questão dos desaparecidos políticos, não germinou porque foi uma semente que ninguém regou, a não ser os familiares dos mortos e desaparecidos e alguns poucos militantes da causa dos direitos humanos, deixando uma questão não resolvida até os dias de hoje, (NAPOLITANO, 2014).

Tancredo Neves foi escolhido pelo colégio eleitoral, contudo, não assumiu a presidência do Brasil, falecendo antes. Seu vice José Sarney, assumiu o cargo e realizou a transição, prometendo recuperar as liberdades democráticas plenas e instaurar um processo constituinte (NAPOLITANO, 2014).

A transição brasileira de regime não democrático, não quer dizer que foi para a democracia, ou outra coisa. Temos que pensar como os restos de autoritarismo nas instituições, ainda afetam a dinâmica política democrática no Brasil.

Levando em consideração a natureza conservadora do processo de transição no Brasil, podemos justificar os continuísmos do mesmo grupo no poder mesmo, que houvessem mudado de partido, como José Sarney, ex-integrante da arena da arena, que passou para o PMDB. A forma como foi realizada a transição podemos concluir que não houve uma verdadeira substituição dos atores ligados à ditadura, mas uma reacomodação da elite no poder. A liberalização imposta pelos militares havia mais continuidade, do que uma ruptura, colapso do autoritarismo, foi uma transformação lenta, gradual e segura, como queriam os militares. Esse fato pode ser verificado, através do déficit de cidadania existente em nossa sociedade atual.

A ditadura reatualizou e exacerbou no Brasil a cultura autoritária. Não bastou uma roupa nova – a Constituição de 1988 – para resolver esse desafio. Que o digam os pataxós queimados, os presos do Carandiru e todo a legião de cidadãos de segunda, terceira e quantas classes mais houver abaixo da primeira, vagando nas margens do sistema. Entretanto, foi em plena exceção, no mais fundo exílio, que as esquerdas descobriram os valores democráticos. Veremos se não os esquecerão, ou não terão deles uma abordagem meramente formalista, perdendo a perspectiva da mudança para se tornarem administradoras da ordem. (REIS, 2005, p. 43).

Aquino (2004) ressalta que, entre as consequências da transição do regime autoritário para democrático, houve a preservação de uma memória positiva do regime militar brasileiro, devido à falta de punição aos torturadores e assassinos que faziam parte dos diferentes órgãos repressivos. Os atores das graves violações dos direitos nunca foram responsabilizados pelas mortes, desaparecimentos, e brutais torturas físicas e psicológicas. Os militares justificam-se afirmando que sentem traídos pela sociedade que apoiou o golpe. Na visão deles, não é justo eles serem responsabilizados totalmente pelas mazelas do regime. Ficam ofendidos quando qualquer tentativa de revisar os documentos como a anistia.

O chamado processo de “transição” brasileiro, oficialmente iniciado com o governo de Ernesto Geisel (1974), se considerarmos a passagem do poder para um governante civil, durou 11 anos, até o término do governo de João Batista Figueiredo, em 1985. Se levarmos em conta a restauração das eleições diretas para presidência da república, aí temos 16 anos, até a passagem da faixa para Fernando Collor de Mello, em 1990. Durante todo esse tempo, os militares pretendiam controlar a “agenda da transição”, naquilo que os “arquitetos”, do processo, os Generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, entendiam como uma “abertura, lenta, gradual e segura”. Concretamente, este processo foi atropelado, fundamentalmente, por dois atores políticos prioritários, naquele momento: os chamados “bolsões sinceros, mas radicais” (a “linha-dura” militar-repressiva, que não aceitava o processo de abertura política) e os movimentos sociais organizados que, em diferentes momentos, agiram para estancar o terrorismo de Estado (manifestações como as que se sucederam ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog sob tortura em São Paulo; a luta por uma “anistia ampla, geral e irrestrita”; o movimento das “Diretas Já”) (AQUINO, 2004, p. 89).

4.1 DIREITOS HUMANOS

Os “direitos humanos” consistem em um conjunto de direitos fundamentais naturais garantidos a todos os indivíduos, são universais, pois devem se estender a pessoas de todos os povos e nações, independentemente de sua classe social, etnia, gênero, nacionalidade ou posicionamento político. Isso quer dizer que, todos os humanos em todas as regiões do mundo devem possuí-los igualmente apenas pelo status de serem humanos (PRIORI; KISCHENER, 2019).

O Estado deve reconhecer, e ser o responsável por implementá-los e defendê-los, resguardando os direitos de seus cidadãos. Assim, assegurando direitos básicos da população, elas se sentirão seguras. Porém, na prática ainda vivemos um grande desafio em garantir plenamente os direitos fundamentais ao povo brasileiro. Durante a vigência do Regime Militar no Brasil, se constituiu graves violações dos direitos humanos, que ainda se busca sua reparação.

Para Priori e outros (2012, p. 201) “todo o cenário opressor do regime estava resguardado pelo manto dos atos institucionais e autoridade absoluta dos militares, serviriam como proteção e salvaguarda do trabalho das forças repressivas, fossem quais fossem seus métodos de ação”. E para colocar em prática a repressão foram criados vários órgãos como SNI, os DOI-CODI, o CIEX, o CENIMAR, a CISA, e o fortalecimento do DOPS, segundo Priori, essa foi a forma como o regime autoritário dos militares foi pensado, arquitetado no país, com certa ambiguidade, num regime de exceção e sob certa suspeição. Ainda assim, seus dirigentes procuravam legitimá-lo como governo democrático, sendo a democracia defendida nos discursos do governo ao povo brasileiro, a adoção de ações e comportamentos que transgredia os direitos humanos eram feitos em nome de uma pseudodemocracia.

A conjuntura delineada pelo regime militar e suas ações repressoras contra os inimigos do estado, pessoas perigosas, terroristas e subversivos contrariava claramente os ideais dos direitos humanos. Devido a truculência e violência, das arbitrariedades e excepcionalidade do regime militar, foi uma afronta moral aos direitos inerentes a toda humanidade, consagrados na Declaração Universal do Direito do Homem e do Cidadão. Esse ideal de direitos ainda era incipiente na década de 1970 no Brasil, e ainda é atualmente. Dessa maneira, após um período de desrespeito aos direitos humanos em nosso país, foi preciso buscar uma educação para os direitos humanos. Assim uma parcela da sociedade que teve seus direitos diretamente violados, ou de parentes, levantou a bandeira para que se efetivasse a prática, a defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Que sejam divulgadas atitudes que busquem efetivar o respeito pelos direitos dos cidadãos. Entretanto, Priori e Kischener (2019, p. 10) “lemboram que para se tornarem direitos fundamentais em nosso país, é necessário o reconhecimento do Estado internacionalmente, que sejam aprovados pelas autoridades que detêm o poder aprovar normas, leis, declarações e documentos”. Esses direitos devem ser reconhecidos oficialmente, dando mais segurança para as pessoas, mesmo que também não tenhamos 100% de certeza que serão cumpridos.

Uma prática que pode contribuir para a expansão de sua legitimação é a divulgação nas escolas para que se torne público. A escola é um caminho viável, educar para os direitos

humanos é um dos grandes desafios do século XXI. Através de um currículo que contemple tais ideais, e que possamos colocá-lo nas aulas, os estudantes têm a chance de conhecer o contexto e as situações em que tais ideais foram pensados e podem interferir na sociedade, contribuindo com a formação de cidadãos críticos que possam atuar no meio em que vivem.

A mobilização, a união dos órgãos e instituições auxilia na expansão de conhecimentos básicos dos direitos humanos, a execução de políticas públicas voltadas para o reconhecimento e prática de direitos é importante para amparar e proteger os vulneráveis que não dispõem de recursos suficientes para terem uma vida digna (PRIORI; KISCHENER, 2019).

No caso específico da ditadura civil-militar no Brasil, a luta contra o regime durante sua vigência baseados nos Direitos Humanos foi realizada várias denúncias cerca de 40, apresentadas contra o governo brasileiro na década de 1970, sendo que a maioria foi ignorada pela CIDH, órgão da OEA. Foi praticamente ínfimo a defesa aos Direitos Humanos na época. Por causa das graves violações durante a ditadura, somente com a Constituição de 1988, e no governo de Fernando Henrique Cardoso que foram reconhecidas e defendidas pelo Estado brasileiro propostas de Direitos Humanos para todos os cidadãos sem distinções de classes sociais, admitiu-se que houve mortes, desaparecimentos durante o período ditatorial (PRIORI; KISCHENER, 2019).

Diante desse período sombrio de nossa história onde houve muitas violações de direitos, temos a necessidade de buscar nas escolas que possui um papel fundamental no processo educacional o aparato para divulgar e desenvolver consciências para os Direitos Humanos. Nessa busca de proteger os indivíduos, garantindo dignidade principalmente aos grupos que foram historicamente vulnerabilizados, e vivem situações de insegurança, precisa ser efetivada a cultura voltada para a conscientização e defesa dos Direitos Humanos. Nas escolas a educação para os Direitos Humanos é possível, atingindo grande público, e sua aprendizagem deve ser assumida por toda sociedade, inclusive pelo governo. Reafirmando a importância da educação para os Direitos Humanos, a ONU estabeleceu em 02 de dezembro de 2011 práticas educativas, ampliando o acesso dos estudantes aos ideais de Direitos, responsabilizando os Estados e governos de promoverem e assegurar a educação e formação para os Direitos Humanos.

No Brasil os temas relacionados aos direitos humanos foram incluídos nas leis educacionais por meio de políticas de reconhecimento, reparação e valorização dos grupos sociais comprometidos com a dignidade humana. Assim, a escola possui papel como espaço de reflexão e mudança, importante no debate de ideias, na conscientização e socialização dos Direitos Humanos como prática. (PEREIRA; FELIPE, 2019)

Pereira conclui que seu material seja de construir pontes para efetivação real da valorização da dignidade humana, que as ideias não fiquem apenas no papel, mas se transformem em práticas potentes das realidades brasileiras, para que os Direitos Humanos sejam acessíveis a todos, e que as pessoas os reconheçam e o exijam. (PEREIRA; FELIPE, 2019)

4.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO 1964-1985

Para Motta (2003), numa sociedade há sempre várias memórias em disputa. É importante entender os diversos tempos da lembrança, já que as memórias mudam com o tempo e com as demandas do presente.

O fato de não ter tido processo, de não ter tido uma política de estado memorial e judicial forte em relação a esse passado, permitiu que grupos estejam promovendo uma memória positiva (da ditadura). Grupos promovendo memória positiva da ditadura sempre existiram, eles nunca desapareceram. Eles começaram no momento da queda da ditadura, em 1985. (Por exemplo) No momento da volta dos civis ao poder, houve a publicação, talvez a mais importante, de denúncias dos crimes da ditadura que foi a grande pesquisa e reunião de arquivos e o livro "*Brasil Nunca Mais*". Imediatamente, houve uma resposta de setores ultraconservadores e militares, que foi um livro, de um autor chamado Marco Pollo Giordani, chamado "*Brasil Sempre*", que era uma resposta direta. Ou seja, a guerra da memória nunca parou. (CHIRIO, 2018, p. 71).

História e memória não são sinônimas. A história é distanciamento, problematização, crítica e reflexão. É reconstrução sempre questionadora e incompleta do que não existe mais, (MOTTA *apud* NORA, 2003), ela busca uma representação crítica do passado. É uma operação intelectual, que ao criticar as fontes e reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação do passado, em que o consenso e o conflito são importantes. A memória constrói uma linha com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias, sem nenhuma crítica às fontes [...] é um elo vívido no eterno presente. (MOTTA *apud* NORA, 2003, p. 182).

Napolitano (2015) afirma que a relação entre memória e história, não é uma equação simples. As duas podem até se confundir, e entrar em choque quando falamos do mesmo passado. E quando envolve processos políticos, que estão em jogo na sociedade. O passado é dinâmico, fluído e contraditório, sobretudo quando existem traumas, tabus e ressentimentos. A história não é uma verdade absoluta do que aconteceu, nem a memória é pura invenção, sem nenhum compromisso com o real.

Segundo Motta (2003), o confronto entre história e memória, pode emergir muitas possibilidades de pesquisa, revelando novos embates e lutas, deixados de lado na constituição de uma memória nacional. As ideias de Motta (2003) e Napolitano (2015) se complementam em vários momentos. A autora trata dos conceitos mais amplos, enquanto o autor analisa os conceitos voltados para o regime militar brasileiro. Como o estudo da história e memória da Ditadura Militar faz parte “da história do tempo presente”. O historiador é parte de uma memória social em disputa. Sua neutralidade e distanciamento são colocados à prova constantemente, (NAPOLITANO, 2015).

A disputa pela memória do Regime Militar Brasileiro é complexa. Para o autor, não houve uma ruptura completa entre o Estado Militar e o Democrático. Não havendo, por exemplo, a completa desmontagem do autoritarismo nas instituições, com continuísmo disfarçado, no período pós-ditadura, formalizado na transição, com discurso de rompimento entre os militares e os civis. Alguns historiadores têm realizado um desserviço à história e a memória de nosso país, distorcendo as vilanias cometidas em nome de uma ideia de democracia, que só existia na fala dos responsáveis pela transição, que não impediu que os militares continuassem nos meandros do poder.

As democracias do pós-Segunda Guerra Mundial promoveram um movimento baseado na construção da memória em torno da visão das vítimas, que tiveram seus direitos violados. Napolitano (2015) afirma que no Brasil existe um duplo estatuto da verdade sobre o regime militar brasileiro, em que a reconstrução da memória, na dimensão jurídica, é inquestionável, voltada para esclarecer os crimes, os corpos dos desaparecidos. Por outro lado, há a dimensão histórica, mais complicada de se definir. Responsável por escrever a história, em que concilie o rigor científico, independente da ideologia do historiador, construindo uma narrativa que possa contribuir para uma convivência democrática no Brasil.

Existe muita contradição na construção da memória hegemônica nacional, sobre o regime militar brasileiro. Napolitano (2015) coloca o seguinte questionamento: Por que os vencedores da batalha ideológica de 1964 não conseguiram triunfar no campo da memória? É visível que os princípios ideológicos e simbólicos, que nortearam os governos militares contrariam os valores que prevaleceu na memória hegemônica, mesmo que haja um movimento revisionista em curso no Brasil.

A questão é uma memória baseada em convicções progressista e democrática, triunfou no Brasil? Diante dessa questão, por que o Brasil não conseguiu fortalecer a prática dos direitos civis atualmente, negados desde o regime militar? Segundo Napolitano (2015) deve haver

alguma armadilha, neste aparente triunfo da memória hegemônica crítica, ao autoritarismo e seus valores. O autor tenta explicar os questionamentos acima, esclarecendo que, no processo de afastamento político entre os liberais e os militares no poder, lembrando que muitos tinham sido sócios em 1964. Mas, se tornaram oposição na década de 1980. Os liberais incorporaram parte do discurso da esquerda. Foram eles, os escolhidos pelos generais para liderar a transição para a democracia.

Muitos analistas concordam que a elite liberal, que liderou a mudança para o regime democrático foi relapsa, deixando permanecer um grande legado dos militares. Os parâmetros democráticos pós-ditadura, foram forjados limitados e corrompidos, pelas políticas do regime autoritário decadente, sendo sancionados pelos seus beneficiários civis, líderes do processo de transição política.

Dessa forma, se construiu a memória hegemônica do regime militar brasileiro, através de um processo complexo e contraditório, mesclando visões de esquerda e da direita liberal. Portanto, não se consolidou uma memória hegemônica dos vencidos, mas uma memória cheia de armadilhas.

Para Napolitano *apud* Reis Filho (2015), os liberais conseguiram, ou pelo menos tentaram apagar uma participação no golpe e construção do regime militar, nos primeiros anos. As esquerdas também reconstruíram sua memória, eliminando sua participação nos projetos autoritários de esquerda da luta armada, se unindo a resistência democrática. Para o autor, não é cinismo, essa postura de esquecimento dos atores políticos, isso faz parte do jogo do esquecimento, da construção de qualquer memória, que servem para justificar posições no passado e identidades no presente. A construção social da memória ainda está em construção (em obras ou em andamento) longe de ser sedimentada no imaginário, e no debate público da memória social ou mesmo histórica.

Segundo Napolitano (2015), o período de 1974 a 1994, está assentado na construção da memória crítica, que significou um processo complexo e multifacetado, de revisão e construção de novos sentidos do regime militar. Os grupos sociais que defendiam a democracia aprenderam de modo mais difícil e custoso, o valor da democracia. Ela se tornou o bem maior dos movimentos que lutavam pelo fim do governo opressor dos militares. A classe média escolarizada, e outras parcelas sociais, se tornavam protagonistas na deslegitimização da supremacia dos quartéis, perante a opinião pública, sendo o embrião de uma memória crítica dessa época.

O período de 1974 a 1985 foi o mais combatível, pela resistência, crucial para fixação ao regime (NAPOLITANO, 2015). Suas bases simbólicas e ideológicas se esfacelaram,

demonstração de poder das ruas nessa fase. Porém os militares não se sentiram atingidos, pois, o governo dos generais continuou firme, ditando os critérios para a transição. A resistência passou a um confrontamento mais direto, nas ruas, como o Estado Autoritário, em que novamente, os liberais e as esquerdas, sob a visão vitimizadoras, mas resistente e digna foi compartilhada. Isso significava, que ter sido de alguma maneira, resistente, passou a ser o passaporte político, para a futura recomposição democrática do sistema político.

A preferência de negociar os termos da transição foi dada aos liberais. Por isso, para eles, o acordo feito com os procuradores indicados pelos militares, foi exitoso para comandar a autodissolução do regime militar. A impunidade dos torturadores foi o preço mais caro pago pela oposição, com a justificativa de garantir uma transição “sem traumas”. As ameaças dos militares eram constantes, caso o processo, não fosse realizado nos ditames dos quartéis.

O que talvez justifique o poder dos militares, no final do seu governo, segundo Napolitano (2015) seja o trauma motivado pela violência do Estado Militar, que gerou um tabu político na fase de transição. Que qualquer divergência, entre as partes, poderia alimentar um ciclo de violência, e novamente a ruptura democrática. A Democracia sob ameaça levou o governo pós-ditadura, até 2013, a adotar um tom mais moderado. A ambiguidade foi a marca principal das memórias produzidas pelo Estado, que passou a ter esse papel.

A necessidade de uma memória hegemônica crítica do regime militar brasileiro, influenciou as políticas de Estado pós-ditadura. Ainda que tímida. O Estado se pautou por uma política de reparações e de recuperação da história de vida das vítimas, nos anos 1990, como também ações simbólicas e institucionais no campo da construção da memória hegemônica crítica à ditadura.

A instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2012, é um exemplo desta política. Mesmo com poderes limitados, sua missão era esclarecer fatos ainda obscuros, e produzir uma espécie de história oficial do período, a partir da perspectiva de uma democracia golpeada. O resultado da CNV, não agradou plenamente as organizações dos direitos humanos e de familiares, sendo que, uma das 29 recomendações da Comissão, é para educação, a reforma do currículo dos colégios militares, e a preservação da memória das diversas violações dos direitos humanos nas políticas educacionais.

Segundo o autor, estamos vivendo uma situação que beira a esquizofrenia. Que faz conviver no mesmo estado, discursos e ações que não endossam os valores autoritários e a violência política do passado. Mas nada fazem, ou melhor, protege os violadores, impedindo punições jurídicas. A Suprema Corte entende que não houve uma ruptura jurídica severa entre o regime autoritário e a democracia posterior. Aceitam que a Lei da Anistia foi suficiente. Sem

punições para ambos os lados, apontando para uma ruptura com seu passado recente. Como por exemplo, o Estado reconhece oficialmente os óbitos dos desaparecidos políticos, mas não cria instrumentos sobre as responsabilidades das mortes e desaparecimentos.

A versão do Programa Nacional de Direitos Humanos em uma de suas diretrizes está estabelecida “o direito a memória e a verdade como proposta de ações para esclarecer as violações dos direitos humanos praticados pelo regime militar”. É preciso reconhecer que o estado brasileiro tem uma política de memória para o período da ditadura, mas que essa política provoca tensões e conflitos, o que dificulta ações concretas de investigações, e eventuais punições aos violadores dos direitos humanos. “O aparente triunfo de uma memória crítica ao regime, no plano das políticas oficiais de memória, passou a conviver com a disseminação do revisionismo ideológico e historiográfico” (NAPOLITANO, 2015, p. 32).

Atualmente, as redes sociais de internet como um todo, tem importante papel de disseminação de perspectivas e opiniões sobre o passado. Esses espaços têm servido como canais influentes, para posicionamentos sobre o regime militar brasileiro, com pouco debate e reflexão. Esses discursos têm servido como revisionismo da extrema direita, na sua luta contra a memória critica. Os militantes desses grupos atacam qualquer um que discorde, dessa visão deturpada e pouco reflexiva sobre o regime militar brasileiro.

Os debates em torno da revisão das pesquisas e narrativas historiográficas sobre a ditadura se acirraram a partir da efeméride dos 40 anos do golpe de Estado de 1964, completados em 2004. Naquele período, ocorreu a publicação de um grande volume de material sobre o tema pela imprensa. [...] Numa perspectiva historiográfica, a polissemia de um conceito num determinado contexto temporal nem sempre significa um ganho para a compreensão das implicações de determinados atos e ações na realidade social, uma vez que podem revelar apenas a tentativa de desconstrução ou de relativização de um discurso, sem que haja o lastro de novas evidências historiográficas. Resumindo, pode jogar sombras ao invés de luz sobre determinados períodos históricos. (DAEFIOL, 2020, p. 4 - 9)

A memória hegemônica tem enfrentado questionamentos, com memórias inorgânicas e difusas de extrema direita, que chegaram a reeditar “marchas da família” e de passeatas pela “volta dos militares”. Para sorte da democracia brasileira, segundo Napolitano, é uma versão não consolidada na memória. Mas quem defende a ditadura, uma solução autoritária para problemas brasileiros, ganham espaço e volume, sobretudo em redes sociais e blogs.

O revisionismo historiográfico se encaminha para a direita, mas Napolitano, não consegue avaliar o grau de poder desses autores ao revisionismo para suprir a direita de visões deturpadas do que propor novas perspectivas historiográficas para o período (NAPOLITANO, 2015).

É fato que a extrema-direita, está ganhando adeptos e perturbando o campo da memória. Essa hegemonia está constante disputa. O Brasil vive uma situação paradoxal. Os sistemas políticos e jurídicos lidam de formas diferentes com os crimes da ditadura.

O limite ético de algumas análises revisionistas que qualificam como “discurso hegemônico” a historiografia crítica construída ao longo de muitos anos de pesquisa, que jogou luz sobre um dos períodos mais traumáticos da história do Brasil, para que não sejam esquecidos ou relativizados os danos humanos, sociais, políticos e econômicos deixados como herança pela ditadura, bem como os crimes cometidos pelos militares, os reais detentores do poder naquele triste período da história. (DAEFIOL, 2020, p. 10)

Napolitano (2015) ressalta, devemos superar explicações simplistas. Algumas visões “vilanizam” os militares, enquanto outros idealizam os opositores ao regime. A historiografia já percebeu que essa dicotomia é inócuia, em que conservadores relativizam os crimes da ditadura. Para conquistar uma história engajado na construção da democracia brasileira, será a de estimular a reflexão e propiciar a crítica, ou autocritica dos protagonistas. Essa visão é importante, para que a memória crítica que se construiu sobre o regime, está em disputa atualmente, seja alvo do revisionismo, e que se dilua no relativismo e no negacionismo, de um período importantíssimo para a história e a memória dos brasileiros para que não se repita.

5. PRODUTO - SEQUÊNCIA DIDÁTICA (SD)

5.1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira 1964 – 1985, ainda está forte na memória nacional, assim, é relevante investigar como os estudantes compreendem e expressam essas narrativas. As aulas de história são momentos importantes para que os estudantes tenham acesso a narrativas históricas, que problematize as informações que chegam até eles, através da mídia, redes sociais. É um período distante daquele que vivem, por isso, talvez sejam os principais alvos de interpretações negacionistas, reforçado por um revisionismo que adestra a verdade, de que houve uma ditadura em nosso país.

Diante do exposto nessa dissertação propomos uma SD que possa nortear o aprofundamento de conhecimento para estudantes sobre o contexto do golpe civil militar no Brasil em 1964, bem como sobre a construção do regime autoritário subsequente que se formou no Brasil até 1985.

A sequência didática é um projeto voltado para análise de um conteúdo que envolve diversas propostas e estratégias, de aulas interligadas e relacionadas entre si.

A produção dessa SD está voltada para os estudantes do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio com o objetivo de abordar e analisar criticamente os antecedentes do golpe civil militar de 1964 e a construção do Regime Militar que emergiu no Brasil em alguns aspectos: os primeiros AIs - período da consolidação dos militares no poder, e a implantação do aparato repressivo, com aumento da censura; a repressão e a resistência, a violação dos direitos humanos; e a abertura política como a anistia e a justiça da transição.

Para nortear nossos estudos, destaco quatro objetivos principais que serão problematizados em cinco momentos: a sondagem, a problematização, a construção da ditadura, a resistência e a repressão e a abertura e a memória.

- Conhecer os setores sociais envolvidos na campanha contra e a favor do golpe em 1964; e as motivações de cada um;
- Compreender as principais características e o processo de consolidação da ditadura militar de 1964 a 1968;
- Analisar as violações dos direitos humanos durante a ditadura militar de 1964 e 1985 e o papel da comissão da verdade;

- Compreender sob quais aspectos ouve a anistia e a transição do período autoritário para a democracia.

No 1º Momento

A SONDAGEM

O ensino de História vem se tornando um conhecimento essencial para a compreensão da vida em sociedade. Tem se destacado como pressuposto na construção da cidadania no Brasil. Assim a consciência histórica que os estudantes adquirem ao longo da vida é importante para formar indivíduos comprometidos com o coletivo.

Como o Regime Militar vem a algum tempo se destacando como tema a história presente, e é alvo de muitos debates e controvérsias, temos a necessidade nesse estudo de verificarmos o que os estudantes sabem sobre o conteúdo exposto. Entendermos qual o nível de entendimento e quais os conceitos dominam e as influências que tiveram aqui sobre o autoritarismo no Brasil. Quais foram as principais fontes que tiveram para ter um conhecimento prévio?

Propomos algumas perguntas para aferirmos o conhecimento prévio que os alunos possuem. As questões serão escritas para que possamos analisar com mais precisão o resultado. Dessa forma é proposto nesse momento apenas o que eles sabem ou ouviram, o professor pode apenas escrever no quadro Regime Militar Brasileiro entregar aos alunos as questões que devem ser respondidas individualmente, sem muitas interferências. Assim propõe Barca:

ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceptual dos seus alunos, não para de imediato classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceptualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação. (BARCA, 2004, p. 132)

Questionário:

- 1) Você já ouviu falar sobre golpe militar ou ditadura no Brasil em 1964?
- 2) Você conhece o significado de golpe, ditadura, autoritarismo, tortura, repressão, resistência?
- 3) Você já ouviu alguém conversando sobre esses temas? Onde?

Após a sondagem e a verificação da compreensão dos estudantes o professor pode aplicar com mais segurança à SD que proponho. O professor sabendo que nível de conhecimento que o aluno tem sobre o regime militar, pode flexibilizar, a SD para que consiga resultados mais eficazes, direcionar melhor as discussões, e se necessário acrescentar ou tirar algo que contribua para melhorar a assimilação.

No 2º Momento

PROBLEMATIZAÇÃO: Golpe militar ou Civil militar?

A partir da problematização os alunos serão instigados a identificarem, e caracterizarem os diversos setores ou atores que estavam presentes na conjuntura do golpe. E também perceberem as motivações que cada setor social teve. Tínhamos os favoráveis ao presidente João Goulart, que apoiavam as reformas de base, e os que eram contra, anticomunistas, que pediam a intervenção militar. Segundo esta visão o presidente deveria ser fôsse retirado do poder, pois o mesmo estava encaminhando o Brasil para o comunismo.

Para isto o professor pode mostrar os seguintes textos e vídeos:

"Brasil no início dos anos 1960" <http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/#brasil-no-inicio-dos-anos-1960>. <http://memoriasdaditadura.org.br/formacao-regime-militar/#o-golpe-civil-militar-no-brasil> Acesso em 16/12/2020

Golpe militar de 1964" - Heloisa Starling <http://www.dhnet.org.br/> Acesso em 18/12/2020

As propostas reformistas e trabalhistas do presidente João Goulart
<https://www.youtube.com/watch?v=1oQ3tbIBu18> Acesso em 16/12/2020

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade
<https://www.youtube.com/watch?v=dzOENN8WiJY> Acesso em 16/12/2020

O professor irá destacar nos textos e nos vídeos elementos que ajudem na compreensão do contexto que antecedeu o golpe. Após a leitura e a exibição dos vídeos, a sala será dividida em dois grupos:

Grupo 1 - Governo Jango e apoiadores das reformas de base.

Grupo 2 - Opositores: sociedade civil, militares e nortes americanos.

Os alunos deverão destacar o papel desempenhado por cada setor social a favor ou contra, que formou um grupo maior, e apresentar em forma de seminário as motivações que cada setor tinha naquele período, os alunos deverão ler e debater.

Após a apresentação irão preencher a tabela:

PREPARAÇÃO DO GOLPE GOLPE MILITAR OU CIVIL-MILITAR?	
CONJUTURA POLÍTICA QUE FAVORECEU O GOLPE.	
SETORES SOCIAIS FAVORÁVEIS AO GOLPE E SUAS MOTIVAÇÕES.	
SETORES SOCIAIS CONTRÁRIAS AO GOLPE E SUAS MOTIVAÇÕES.	

Após a leitura iremos assistir aos dois documentários sobre a instalação do golpe para refletirmos e ter base para concluirmos sobre a essência do golpe.

Minidocumentário: A ditadura se instala (1964 – 1968) <https://vimeo.com/120608207>
Acesso em 16/12/2020

- 1) Relacione o golpe com a Guerra Fria.
- 2) Quais são os interesses que outros países tinham para apoiar o golpe?
- 3) Análise de imagens presente no vídeo.
- 4) Documentário: O dia que durou 21 anos, de Camilo Tavares, exibido na TV Brasil.
<https://youtu.be/4ajnWz4d1P4> Acesso em 16/12/2020

5) Quais eram os interesses dos Estados Unidos na articulação e execução do golpe civil-militar?

6) Na sua opinião, como as propostas de reformas sociais do governo João Goulart eram vistas pelos setores contrários às reformas e a favor do golpe?

3º Momento

A CONSTRUÇÃO DA DITADURA

PROBLEMATIZAÇÃO: Em que momento o golpe civil-militar se transformou numa ditadura?

Num primeiro momento, é necessário conhecermos e entendermos os cinco primeiros atos institucionais. Assim analisaremos o período de 1964 a 1968, os aspectos repressores, os discursos dos presidentes generais, bem como a justificativa para se manter no poder.

O período possui muitas abordagens, dentre elas que de 1964 a 1968, não houve ditadura, sendo o período nominado pelo historiador Marco Antônio Villa de "ditabrand". Dessa forma, vamos conhecer os argumentos do historiador para se referenciar do período e contrapor com outras análises demonstrando a diversidade, e os fatos que confrontam a ideia de que esta fase não haveria ditadura. Para isso devemos caracterizar o período e refletirmos sobre o que é regime autoritário e democrático.

Proponho discutir o revisionismo histórico da ditadura militar brasileira que tenta encurtar e justificar, que o autoritarismo se iniciou em 1968 quando foi decretado o AI-5. Argumentou-se que o decreto do AI-5 foi para conter a violência da oposição ao regime, e sendo necessário instaurar medidas para lutar contra ações subversivas. É importante ressaltarmos que desde que foi dado o golpe ouve uma escalada autoritária do AI-1 de 1964 ao AI-5 de 1968, em que ouve perseguições, torturas, mortes. Demonstrar que essa fase foi o tempo que o estudo levou para organizar e impor um sistema repressivo no Brasil, que transformou qualquer opositor aos governos militares a inimigo do estado. A partir de 1968 foi colocada uma série de serviços que vigiava, prendia, torturava e censurava qualquer indivíduo que ousasse se opor abertamente ao regime militar brasileiro.

Para isto podemos verificar:

Site com linha do tempo sobre o Golpe civil-militar
<http://memorialdademocracia.com.br/card/golpe-militar-depoes-governo-constitucional#card-8>
Acesso 17/12/2020

Vamos apresentar os textos dos 5 atos institucionais para análise dos estudantes;
<http://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura/> Acesso em 17/12/2020

Vídeo da passeata dos 100 mil e do assassinato do estudante Edson Luís;

<https://www.youtube.com/watch?v=2dfk1vT0FRk> Acesso em 17/12/2020

Leitura de artigos sobre a “ditabrand” e depois a complementação do Marco Antônio Villa.

Limites à Chaves

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> Acesso em 17/12/2020

Ditadura à brasileira

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm> Acesso 17/12/2020

Derrubando o mito da “ditabrand”

<https://teoriaedebate.org.br/estante/1964-historia-do-regime-militar-brasileiro/> 17/12/2020

Assim colocar algumas questões para os estudantes:

- 1) Explique os objetivos dos Atos Institucionais 1, 2, 3, 4, 5.
- 2) Após a leitura sobre o texto da Ditabrand e analise dos atos institucionais, é possível concordar com a visão de Marco A. Villa?
- 3) Diante do exposto, na sua opinião, quando teve início a ditadura no Brasil?
- 4) Você acredita que a legalização do sistema repressivo em 1968 foi em decorrência da resistência e da luta armada?

4º Momento

RESISTENCIA E REPRESSÃO

PROBLEMATIZAÇÃO: Repressão e resistência, o que foi uma? E o que foi outra? E o direito e a memória

Nesse momento é preciso enumerar os diversos órgãos repressivos e seus objetivos no regime militar. E ressaltar os movimentos que eram contra a ditadura no Brasil, UNE, luta armada, etc.

Veja o vídeo:

A ditadura aterroriza <https://youtu.be/OJDbutDMn2s> Acesso 17/12/2020

- 1) Análise das imagens sobre as ações da repressão do governo autoritário.
- 2) Quais foram as estratégias mostradas, dos grupos da resistência que se formaram durante a ditadura?
- 3) Você acredita que a guerrilha era uma forma eficiente de luta contra a ditadura?
- 4) A partir do documentário reflete, a tortura foi uma estratégia eficaz para vencer os inimigos do governo?
- 5) A tortura foi uma forma legal de luta contra os opositores do regime militar? Justifique.

Após ser consolidada a ditadura, foi contestada por uma grande parcela da sociedade, de diferentes maneiras, que aprenderam a duras custas, o valor da democracia. Após o decreto do AI-5 de 1968, que implementou a Lei de Segurança Nacional, que transformou os cidadãos que era contra o governo militar, em subversivos, considerados “inimigos do Estado”, que justificou inúmeras violações dos direitos humanos pelos militares através de órgãos que tinham o objetivo de vigiar e punir, ou seja, o Estado tinha conseguido organizar seu aparato repressivo, tornando o período de 1968 a 1975, os mais terríveis chamados “anos de chumbo”.

Assim, devemos expor alguns métodos de resistência usados pela sociedade contra os militares. A luta armada foi uma delas, porém, se mostrou ineficaz contra o governo militar, devido principalmente a desproporcional força entre os guerrilheiros e o Estado, tornando-se inviável tal confronto. A luta armada fracassou, mas devemos mostrar o resultado do conflito no Araguaia. O resultado desse conflito que ainda é motivo de luta com o governo para que seja esclarecido o desaparecimento de dezena de pessoas naquela região, as diversas violações dos direitos humanos.

Nesse momento devemos mostrar outras resistências como das mulheres paulistas sobre o custo de vida, e as medidas menos conflitosas que queriam o fim da ditadura.

A crise econômica, o arrocho salarial de anos, provocou um descontentamento da população além das classes trabalhadoras. Além do movimento grevista que estava se organizando, as mulheres foram protagonistas de um movimento sobre o custo de vida. Nesse

cenário, tem-se a organização de movimentos contra a carestia, como do “custo de vida”, organizado por mulheres em São Paulo. Surgiu também organizações de bairro em todo país.

Movimento do custo de vida <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2019/03/30/maior-movimento-feminino-contra-ditadura-veio-de-clube-de-maes-da-periferia/> Acesso 15/01/2021

(<https://www.youtube.com/watch?v=NkCbwrKPAsM>

Questões:

- 7) Você considera legítima a ação das pessoas que se engajaram na luta armada contra a ditadura? Justifique.
- 8) Na sua opinião, era necessário a constituição de um sistema repressivo no Brasil, quando os militares adotaram um discurso em defesa da democracia? (Mudar talvez)
- 9) Por que a luta armada se mostrou ineficiente contra a ditadura?
- 10) Explique por que as mulheres se organizaram contra o custo de vida?

5º Momento

ABERTURA E MEMÓRIA

PROBLEMATIZAÇÃO: Redemocratização, a ditadura acabou?

A proposta é analisarmos o contexto da abertura política no Brasil. As diversas reivindicações da sociedade brasileira, e a reação dos militares diante dos diversos seguimentos que se ergueram contra o regime autoritário brasileiro.

Os brasileiros aprenderam durante a ditadura o valor da democracia. Foi um aprendizado duro e difícil, e que ainda não está totalmente consolidado diante das diversas tensões e falta da verdade sobre principalmente, os desaparecimentos ligados a ditadura.

No processo de luta pela democracia no Brasil, buscamos realizar um balanço do legado polêmico da ditadura, que se mantém mesmo com muito esforço para superar no passado de violações de direitos em muitos níveis. Também devemos refletir sobre o atual papel da democracia no Brasil, seus pontos de tensões, avanços, retrocessos.

Durante o exposto vamos procurar entender o contexto em que várias manifestações voltaram a acontecer no fim da década de 1970, relacionadas com o descontentamento da

maioria da população devido à crise econômica e a violência do estado, que foi manifestado no sistema repressivo imposto a sociedade. Esse descontentamento culmina numa grande campanha pela Anistia e pela abertura política.

A ditadura não se sustenta <https://youtu.be/kKxiOLHVJmw> Acesso 17/12/2020

Lei da Anistia http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm Acesso 18/12/2020



Veja o vídeo sobre a Luta pela Anistia, que foi outro movimento importante:
https://www.youtube.com/watch?v=0xHd_pTbwgQ -

O que significa "saída da sombra" nesse contexto?

- 1) Qual era a principal reivindicação com a anistia?
- 2) Qual o significado da Anistia ser ampla, geral e irrestrita?
- 3) A lei que foi aprovada pelo governo correspondeu com os anseios da sociedade?

A lei da Anistia nunca foi revisada desde 1979. Assim ainda se vive uma série de injustiças, pois, ninguém nunca foi julgado no Brasil pelas diversas violações dos direitos humanos cometidos durante a ditadura militar no Brasil 1964 a 1985.

Legado da Anistia <http://memoriasdaditadura.org.br/memoria-e-verdade/> Acesso 17/12/2020

- 1) Qual legado negativo que a anistia deixou?
- 2) Como a sociedade atual tenta resolver a falta de justiça com as vítimas da ditadura?

MOVIMENTO DIRETAS JÁ

Eleições indiretas <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/eleicao-indireta>

Rejeição a emenda Dante de Oliveira e convocação para diretas já Povo exige ir às urnas <http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>

- 1) Qual a diferença de uma eleição direta e uma eleição indireta?
- 2) Qual era o objetivo do Movimento pelas Diretas Já?
- 3) A volta da democracia, foi conduzida. Explique essa afirmação.
- 4) Segundo o vídeo, o movimento pelas diretas já, fracassou, mas saiu vitorioso. Você concorda? Por quê?

O conceito de fontes históricas, documentos deve ser trabalhado com os estudantes, para compreendermos a amplitude da análise de diferentes vestígios, oficiais ou não, tudo que foi produzido no período da ditadura militar no Brasil 1964 – 1985. Assim, a noção de verdade deve ser considerada como uma versão sobre os acontecimentos. As narrativas revelam pontos de vistas diferentes, sobre o mesmo passado, que podem ser analisados atualmente com os valores, os olhares de hoje, e construírem uma memória que possa ser uma centelha para vencermos o passado que ainda vive no presente.

É importante refletirmos sobre a situação atual em relação à democracia em nosso país. Já que o Estado brasileiro, ainda usa da violência contra manifestações atuais. Trata os manifestantes como bandidos usando a força policial para acabar com protestos que são formas legítimas de exercício da democracia.

Legado da Anistia <http://memoriasdaditadura.org.br/memoria-e-verdade/> Acesso 18/12/2020

Abertura política contradições do processo lento, gradual e seguro
<https://jefersongevigier.wixsite.com/constituinte-ensino/abertura-politica>

Qual legado negativo que a anistia deixou?

- 1) Como a sociedade atual tenta resolver a falta de justiça com as vítimas da ditadura?

Atualmente há uma disputa pela memória da ditadura militar 1964 – 1985, no Brasil. Grupos de direita cultivam e defendem lembranças positivas do período por meio das mídias, enquanto, outros propõe a reflexão crítica, o repensar do passado, através da herança de graves violações de direitos humanos que a ditadura deixou. É importante questionarmos essas contradições que vivemos atualmente. Após mais de 30 anos do fim da ditadura, seus ideais ainda permanecem vivos em parte da população. Enquanto a outra parte, luta contra esse legado. A escola é um espaço privilegiado, que deve problematizar o tema, de forma que contribua, para a construção de uma memória, que valorize a democracia e os direitos humanos, na construção de uma memória crítica do passado.

A Comissão Nacional da Verdade CNV, foi instaurada em 2012. Com a missão de esclarecer fatos ainda obscuros do Regime Militar 1964-1985. Analisou, investigou, colheu depoimentos, e produziu relatório com seus resultados.

Comissão Nacional da Verdade
<https://novaescolaproducao.s3.amazonaws.com/mgRf4bgjRZrbCH6zQp9zUpbDmqGmCaAJT2wDv2NB3p4Qv8HQdUYfcu8TmQNM/his9-19und02-o-que-sao-comissoes-da-verdade.pdf>
Acesso 18/12/2020

Relatos de presos torturados <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/kderVpTJKvAEDZ9qhGaf4UU65ujCyjb2tFE2ZT9yFgne4fvhAeF3JQV8yEUZ/his9-19und02-relatorio-comissao-nacional-da-verdade.pdf> Acesso 18/12/2020

Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção
<http://www.scielo.br/pdf/seq/n69/09.pdf> Acesso 15/01/2021

- 1) Qual foi o legado que a ditadura nos deixou?
- 2) Como as pessoas que foram prejudicadas com a ditadura luta contra essa situação?
- 3) O que é CNV? O que ela propõe?
- 4) A Comissão Nacional da Verdade pode ser vista como um resgate da memória coletiva. Explique essa afirmação.
- 5) Relacione a CNV com a luta pela defesa dos direitos humanos.

A disputa pela memória sobre o Regime Militar 1964 – 1985, é complexa. E, numa sociedade sempre há várias memórias em conflitos. Podendo emergir muitas possibilidades de pesquisa e estudos que contribuem para formação de uma memória nacional.

Precisamos extirpar as metástases da ditadura
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/468-precisamos-extirpar-as-metastases-da-ditadura> Acesso em 15/01/2021

Motivos para não ter saudade da ditadura <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/22/10-motivos-para-nao-ter-saudades-da-ditadura.htm> Acesso 15/01/2021

- 1) O que é democracia?
- 2) Aponte em nossa constituição, características democráticas.
- 3) Quais são os avanços e limites da democracia brasileira?
- 4) Como você vê essas manifestações pedindo intervenção militar no Brasil atualmente?
- 5) Você acredita que os militares, como em 1964, resolveriam os problemas brasileiros?

O momento exige que problematizemos os acontecimentos que o país vem passando desde 2014, quando o golpe civil-militar de 1964, completou 50 anos. Desde então, grupos reivindicam uma memória positiva em manifestações contra a corrupção, adotando um discurso praticamente igual ao de 64, com os mesmos inimigos da nação. Dessa forma, eles pedem a volta dos militares ao poder para resolverem o problema do país. Eles relacionam os problemas atuais com o contexto de 1964, numa clara reedição do cenário que depôs João Goulart, da presidência. O paralelo entre esses dois momentos, demonstra claramente que a democracia ainda é frágil no Brasil. E devemos nos atentar e reforçar em nossos estudantes, valores que correspondam as liberdades fundamentais, que eles consigam interpretar e praticar no seu cotidiano, ações que fortaleçam a igualdade e o respeito pela democracia, e direitos sociais.

Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP
<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html> Acesso 18/12/2020

- 1) Qual relação podemos perceber entre as duas manifestações?
- 2) Os contextos das duas marchas são equivalentes?
- 3) Em sua opinião, as motivações atuais são aceitáveis, diante do contexto que vivemos? Justifique.

- 4) Em sua opinião, está claro o motivo que essas pessoas justificam sua reivindicação? Justifique.

A greve dos caminhoneiros em 2017, no Brasil, foi mais um termômetro para observarmos as manifestações e seu caráter ideológico e político baseadas em interpretações negacionistas ou revisionistas, que adestram a verdade, de que houve uma ditadura em nosso País.

Greve dos caminhoneiros, vitrine desproporcional para a “intervenção militar”
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161_738090.html Acesso 18/12/2020

Intervenção e greve dos caminhoneiros <http://dapp.fgv.br/debate-sobre-intervencao-militar-motiva-9525-mil-mencoes/> acesso 18/12/2020

Apagamos a memória da ditadura <https://bemblogado.com.br/site/apagamos-a-memoria-da-ditadura/> Acesso 18/12/2020

- 1) Podemos perceber que a atual paralisação dos caminhoneiros no Brasil, tinha algumas reivindicações de classe, mas aos poucos foram sendo incorporadas outras ideias, como a que pedia intervenção militar no Brasil. Você acredita ser legítima essa reivindicação? Justifique.
- 2) Vamos refletir! Em 1964, havia um contexto político de agitações sociais. Em 2017, a nossa realidade pode ser comparada com 1964? Explique.
- 3) Qual a importância das redes sociais na divulgação e propagação da greve dos caminhoneiros, convergindo-a uma possível intervenção militar?
- 4) O discurso construído atualmente pedindo intervenção militar, não preza pela democracia, e esquece que já passamos por um regime autoritário durante duas décadas, e que deixou um saldo de graves violações de direitos humanos. Como a democracia pode resolver os problemas atuais do nosso País. Levante hipóteses para solucionarmos as principais reivindicações presentes em nossa sociedade, e fortalecermos a democracia.

Na época atual, têm grupos que se manifestaram com simpatia e defesa à ditadura, pedindo seu retorno. Em contrapartida, existem também muitos que condenam, que abominam regimes autoritários, em defesa da democracia. Em 2019, a Escola de Samba “Mangueira”, do Rio de Janeiro, vinculou em seu enredo a crítica da escrita da história oficial, com o título “a história que a história não conta”. Entre os diversos carros, ela fechou o desfile com a crítica aos anos que o Brasil foi governado por presidente militares, que cometaram graves violações de direitos. No carro, estava a frase “DITADURA ASSASSINA” ressaltando as vidas assassinadas, torturadas, desaparecidas.

Assim, vamos analisar:



Fonte: O globo

- 1) Na sua opinião, o que motivou a escola de samba Mangueira, fazer essa referência à memória da Ditadura?
- 2) Leia e reflita sobre os versos retirados do samba-enredo da escola. O que eles querem nos dizer?
- 3) “Mangueira, tira a poeira dos porões; A história que a história não conta; O avesso do mesmo lugar; A Mangueira chegou; Com versos que o livro apagou; Desde 1500 tem

mais invasão do que descobrimento; Tem sangue retinto pisado; Atrás do herói emoldurado; Mulheres, tamoios, mulatos; Eu quero um país que não está no retrato; Quem foi de aço nos anos de chumbo”.

- 4) Quem é o destaque do carro? Pesquise sobre ela, e reflita o motivo da escolha dela para representar a crítica da escola, e escreva.
- 5) Na sua opinião, por que depois de 57 anos, a ditadura ainda faz parte dos debates atuais na política, na imprensa e nas escolas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação procuramos evidenciar a importância de refletirmos sobre a abordagem do conteúdo da Ditadura Militar Brasileira nos livros didáticos de História. Ele é uma ferramenta importante nas escolas, e como apresenta os temas históricos, tradicionalmente elencados como pressupostos do conhecimento que os estudantes deverão assimilar durante sua vida escola.

Os dois livros didáticos foram analisados em alguns aspectos, sendo, no entanto, uma visão parcial, mas não menos importante. Examinamos as obras e as correntes historiográficas que os autores afirmavam fazer parte e sua correspondência. Constatamos que divergências, que titubeavam, ora era assertiva, outra vezes, equivalia-se. O mais grave talvez foi no LDH do 9º ano, em que os conteúdos não foram problematizados, estavam organizados de forma tradicional, destacando basicamente os governos militares, com imagens de seus presidentes generais. Enquanto no do 3º ano, também estavam organizados tradicionalmente, mas a abordagem atentava para a reflexão do que era tratado em suas páginas sobre a ditadura militar no Brasil.

Como o tema é controverso, necessitamos relacionar, comparar o conteúdo com a historiografia.

O tema tem tido amplo debate nas redes sociais, e em manifestações nos últimos anos. Nossa preocupação em verificar como os LDHs tratam o tema em seus discursos, interagindo com os professores e alunos. Esta pesquisa cumpriu com seu objetivo, não com o intuito de rotular as obras analisadas, como “boas” ou “ruins”, mas com a intenção de mostrar a relevância de realizarmos análises constantes, que possam contribuir com o trabalho de outros professores de história, demonstrando como conhecer o LDH que tem em mãos é significativo, e perpassa uma série de ações que ajudam na medição entre o conhecimento e os estudantes, com a construção de sua identidade como sujeitos históricos. Além disso, pretendemos ressaltar seus pontos fortes, e indicar o que pode ser melhorado, refletindo juntamente com os autores que estudam os LDHs.

No esforço de tentarmos superar os limites impostos pelas obras didáticas analisadas, procuramos ampliar as reflexões e pensar o ensino de História, e quais aspectos fundamentais, tem que ter um bom livro didático. Dessa forma, com os autores especialistas em LDH, as contribuições foram imensas.

A visão desse material didático evoluiu, elucidando questões pertinentes sobre o papel, e uso do LDH, sua influência conteudista sobre os estudantes em sua formação histórica. Mesmo que, muitas vezes seja culpado pelas deficiências que o ensino de história enfrenta.

Como não é possível falar da ditadura militar brasileira, e não recorrer à memória, e ressaltar a valorização dos direitos humanos, fomos em busca de ativar esse recurso para formação de nossos estudantes, reforçando ideias democráticas. Realizamos uma descrição de vários aspectos importantes do período ditatorial brasileiro, desde o contexto do golpe, sua essência; a construção e consolidação da ditadura, através do aparato repressivo; a luta da oposição armada ou não, pela Anistia e por eleições diretas em todos os níveis de governo; e a transição, que parece que não acabou ainda.

Diante do exposto, propomos uma Sequência Didática, que favoreça uma aprendizagem crítica e reflexiva sobre o período da ditadura militar no Brasil. Valorizando aspectos que são importantes para a construção do pensamento questionador e da consciência histórica. Assim, nos preocupamos em problematizar o tema, abordando o conteúdo de modo que os estudantes consigam relacionar o presente com o passado, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos que analisem sua realidade. Elencamos abordagens da década de 1960, e também atuais, pois, estudamos o passado com questões do presente. Que adquiri aprendizado significativo para realizarem análises comparativas entre o que é divulgado e a historiografia.

A maior contribuição dessa pesquisa foi pensar ensino de história.

Analisar livros didáticos como perspectiva de avaliar o tema da ditadura militar, como também fazer apontamentos desse material didático, que é fundamental em muitas escolas, refletindo sobre seu papel social, seus limites e alcances, e como o LDH contribui para a formação de uma consciência histórica em nossos estudantes.

O livro didático pode ser uma ferramenta potencialmente utilizada pelos professores e alunos como transformadores da realidade contribuindo para o desenvolvimento da cidadania, relacionando a aprendizagem histórica com a vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carlos Monteiro. **Ditadura Militar Brasileira: memória e ensino em tempos de redemocratização.** Amambaí, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.
- ALVES, Maria H. Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida. Brasil: Golpe de Estado de 1964. Que Estado, País, sociedade são esses? Projeto História. **Revista do Programa de Estudo pós-graduados de História**, v 29, n 01, 2004. p. 87 – 105.
- AVILA, Bryan Lee Thompson. **As Narrativas dos alunos do ensino médio de Londrina – PR, Sobre a Ditadura Militar Brasileira 1964 – 1985.** Londrina, 2015. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Londrina.
- BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do projecto à avaliação. In: Para uma educação de qualidade.** Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) / Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.
- BARCA, Isabel. **O pensamento histórico dos jovens:** ideias dos adolescentes acerca da provisoriação da explicação histórica. Braga: Universidade do Minho, 2000. p.p. 23-26.
- BOULOS JÚNIOR, Ronaldo. **História sociedade e cidadania:** 9º ano: ensino fundamental, anos finais. 4. ed. São Paulo. FTD, 2018.
- DAEFLIOL, Regina Célia. **Ditadura e revisionismo no Brasil: as disputas de narrativas e seus reflexos no direito à memória, verdade e justiça das vítimas do regime autoritário (1964-1985).** XVII Encontro Regional de História da ANPUH- PR. O Futuro do Futuro do Ensino de História. Universidade Estadual de Maringá – 2020.
- FERNANDES BITTENCOURT, Circe Maria. **Os livros e materiais didáticos de História. Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2º edição. Ed Cortez, 2008. p. 293 – 321.
- FERNADES, Eurico da Silva. **Um historiador chamado Marco Antonio Villa e a grande mídia na revisão do golpe e da ditadura militar (1964 – 1985).** Maringá, 2016. PDE (Unidade Didático-pedagógica prevista no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Estado do Paraná) Universidade Estadual de Maringá.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano - O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria N. T; MELO, Vilma de Lurdes B. **Direito à memória e à verdade: Saberes e práticas docentes.** João Pessoa : CCTA, 2017.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe - Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, Carlos. **Como eles Agiam** - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964 - momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Por que aconteceu o golpe militar em 1964?** *Youtube*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=eEAbKs4DY5c>. Acesso em 24 de jun. 2020.

MUNAKATA, Kazumi. **Da didática da História à história da História ensinada**. Revista História Hoje, v 02, n 03, 2013. p. 251 – 267.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e Willian Oliveira – Rio de Janeiro, Ed. PUC – Rio: Apicuri, 2016.

LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. In. BARCA. Isabel (Org.). **Perspectiva em Educação Histórica**: Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga. Universidade do Minho, 2001, p. 15.

PILAGALLO, Oscar. Folha de São Paulo. **Por que aconteceu o golpe militar em 1964?** *Youtube*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=eEAbKs4DY5c>. Acesso em 24 de jun. 2020.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. **História e Memória**. Cadernos do CEOM, Memória Social – v. 16, n 17, 2003. p. 179 – 195.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil**. In: FREITAS, Marcos Cesar de. (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. 6. Ed. 1º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007. p. 271 – 296.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 - História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitude da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. Londrina, v.8, n. 15, p. 9-44, 2015.

NETTO, Letícia Rodrigues Ferreira. **Presença e Ausência: a construção dos discursos de memória sobre os desaparecidos políticos**. Araraquara, 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista.

PRIORI, Angelo; FELIPE, Delton Aparecido; PEREIRA, Márcio José (Org). **Conversas sobre Direitos Humanos e práticas educativas no espaço escolar**. Maringá: PR: Edições Diálogos, 2019.

PRIORI, Angelo; KISCHENER, Manoel Adir. Conversas sobre direitos e dignidade humana. In: PRIORI, Angelo; FELIPE, Delton Aparecido; PEREIRA, Márcio José (Org). **Conversas sobre**

Direitos Humanos e práticas educativas no espaço escolar. Maringá: PR: Edições Diálogos, 2019, p. 9-24.

QUINAN, Lícia Gomes. **As memórias dos jovens sobre a Ditadura Civil-Militar e a função social do historiador/professor.** Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REIS FILHO, Daniel. Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os manuais didáticos.** In: RODRIGUES, Rogério Rosa. (Org.). Possibilidades de Pesquisa em História. 1 ed. São Paulo, Contexto, 2017. p. 55 – 82.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. **Aprendizagem e formação da consciência histórica.** Educar em Revista, n 60, Curitiba, Brasil. p. 17 – 42

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular/** Tomaz Tadeu da Silva. – 2º ed – Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem Histórica:** Paradigmas e fundamentos. Curitiba: W & A Editores, 2012. pp. 10 – 47.

RÜSEN, Jörn. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história.** História da historiografia, n 02, 2009. p. 163 – 209.

RÜSEN, Jörn. O Livro Didático Ideal. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História.** Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 109 – 127.

VAINFAS, Ronaldo *et. al.* **História O mundo por fio: guerras, revoluções, globalização:** 3º ano: ensino médio, 3. ed. São Paulo. Saraiva, 2016.